

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**DIÓGENES PEREIRA SGARBI**

**UMA SINUOSA TRAJETÓRIA: O PCB de “Agrarismo e Industrialismo” à  
“Democracia como valor universal”.**

**SÃO CARLOS**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**DIÓGENES PEREIRA SGARBI**

**UMA SINUOSA TRAJETÓRIA: O PCB de “Agrarismo e Industrialismo” à  
“Democracia como valor universal”.**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos como requisito para o título de Mestrado em Ciências Política.

Área de Concentração: Teoria, Instituições e Comportamento Político.

Orientador: Milton Lahuerta.

**SÃO CARLOS**  
**2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S523s Sgarbi, Diógenes Pereira  
Uma sinuosa trajetória : O PCB de "Agrarismo e Industrialismo" à "Democracia como valor universal" / Diógenes Pereira Sgarbi. -- São Carlos : UFSCar, 2015. 117 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Marxismo-Leninismo. 3. Eurocomunismo. 4. Democracia. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Diógenes Pereira Sgarbi, realizada em 08/09/2015:

---

Prof. Dr. Milton Lahuerta  
UNESP

---

Prof. Dr. Jose Antonio Segatto  
IBILCE/UNESP

---

Profa. Dra. Katia/Aparecida Baptista  
UNESP

*Para os meus saudosos pais, que foram os meus primeiros camaradas, que assim como muitos dos personagens desta obra, tiveram uma vida difícil, mas não menos sensível à condição humana.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Dagoberto (Dago), irmão querido, pelo seu entusiasmo com meu mestrado, que em muitos momentos deste difícil caminho me serviu como estímulo.

Ao professor Milton Lahuerta pela orientação, paciência e conhecimento desprendido a mim.

À Flávia, amor essencial e inspirador, pela paciência comigo e pela imensurável ajuda neste trabalho.

Aos professores Katia Aparecida Baptista e José Antônio Segatto, pelos valiosos comentários realizados na banca de qualificação e, igualmente, por ter participado da banca de defesa.

Aos amigos Paulo, Lenina, Bruna, Carolina, Eliana, Beatriz, Jéssica, Daniele, Janaine, Renan, Toni e Ricardo, que durante esta jornada me estenderam a mão em diversos momentos.

Aos amigos de trabalho do Instituto Federal de Educação de Goiás, câmpus Formosa. Em especial ao professor Danilo José Dálio, pelas contribuições decisivas e enriquecedoras. Por seu conhecimento e generosidade, muito obrigado!

Aos meus colegas de turma, professores e servidores, sem distinção, que tornaram meus dias mais felizes.

Aos camaradas do “partidão” de São José do Rio Preto e região, pelo companheirismo da militância e pelas fundamentais conversas e discussões.

SGARBI, D. P. **UMA SINUOSA TRAJETÓRIA: O PCB de “Agrarismo e Industrialismo” à “Democracia como valor universal”**. Trabalho para a obtenção do título de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

## RESUMO

Esta obra discute os principais pressupostos teóricos que nortearam as ações do Partido Comunista Brasileiro em mais de seis décadas de existência. O objetivo da pesquisa é compreender os elementos histórico-conceituais que influíram na construção das linhas orientadoras do PCB ao longo das décadas. *Agrarismo e Industrialismo*, primeiro texto analítico escrito por Octávio Brandão em 1924, marca o início desta complexa relação entre teoria e prática no PCB, servindo também como ponto de partida desta dissertação. Como ponto de chegada, tomou-se o ensaio *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho, de 1979, por ter se tornado um texto síntese da diversificação interpretativa do marxismo, que marcou o pensamento da esquerda daquele período. Por esse motivo, *A democracia* representou uma tentativa mais qualificada de explicar um país que se complexificava e a necessidade do PC brasileiro em lidar com a “questão democrática”. Contraditoriamente, foi um dos símbolos do início do ocaso do PCB histórico, quando a crise orgânica dos anos 1980 resultaria na fundação do PPS (Partido Popular Socialista).

**PALAVRAS-CHAVE:** Partido Comunista Brasileiro. Marxismo-Leninismo. Eurocomunismo. Democracia.

SGARBI, D. P. A SINUOUS PATH: The PCB from “Agrarismo e Industrialismo” of “Democracia Como Valor Universal”. Master’s Dissertation submitted to the Post-Graduate School of Political Science of Federal University of São Carlos to obtain the Master’s Degree. São Carlos, 2015.

## **ABSTRACT**

This article debates the main theoretical presumptions which guided the actions of the Brazilian Communist Party (PCB) along over six decades of existence. The objective of the research is to comprehend the historical conceptual elements which affected PCB’s guidelines throughout the decades. “Agrarismo e Industrialismo”, first analytical article written by Octávio Brandão in 1924, marks the beginning of such complex relation between theory and practice at PCB (Brazilian Communist Party), also working as starting point for this thesis. The essay “A Democracia Como Valor Universal”, by Carlos Nelson Coutinho, 1979, became the finishing line, for having become an overview of the Marxism interpretative diversification which framed the left-wing’s way of thought at the time. Therefore, “A Democracia Como Valor Universal” represented a more qualified attempt to justify a country that became compound and the need for the Brazilian Communist Party of dealing with the “democratic matter”. Contradictorily, it was one of the symbols of the death of the historical PCB, when the 1980 organic crisis would lead to the foundation of PPS (Popular Socialist Party).

**KEYWORDS:** Brazilian Communist Party. Marxism- Leninismo. Eurocommunist. Democracy.

## **LISTA DE SIGLAS**



**AIB (Ação Integralista Brasileira)**

**ALN (Ação Libertadora Nacional)**

**ANC (Assembleia Nacional Constituinte)**

**ANL (Aliança Nacional Libertadora)**

**AP (Ação Popular)**

**ARENA (Aliança Renovadora Nacional)**

**BOC (Bloco Operário e Camponês)**

**BSA-IC (Bureau Sul-americano da IC)**

**CC (Comitê Central)**

**CENIMAR (Centro de Informações da Marinha)**

**CGT (Central Geral dos Trabalhadores)**

**CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil)**

**CISA (Centro de Informações da Aeronáutica)**

**CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria)**

**COLINA (Comandos de Libertação Nacional)**

**CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)**

**CPC (Centros Populares de Cultura)**

**DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operação de Defesa Interna)**

**DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)**

**FDLN (Frente Democrática de Libertação Nacional)**

**IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)**

**IC (Internacional Comunista)**

**IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)**

**ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)**

**LAR (Liga de Ação Revolucionária)**

**MCI (Movimento Comunista Internacional)**

**MDB (Movimento Democrático Brasileiro)**

**MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário)**

**MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro)**

**MRM (Movimento Revolucionário Marxista)**

**MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes)**

**MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores)**

**PC do B (Partido Comunista do Brasil)**

**PCA (Partido Comunista Argentino)**

**PCB (Partido Comunista Brasileiro)**

**PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)**

**PCCh (Partido Comunista Chinês)**

**PCE (Partido Comunista Espanhol)**

**PCF (Partido Comunista Francês)**

**PCI (Partido Comunista Italiano)**

**PCR (Partido Comunista Revolucionário)**

**PCs (Partidos Comunistas)**

**PCUS (Partido Comunista da União Soviética)**

**PDT (Partido Democrático Trabalhista)**

**PFL (Partido da Frente Liberal)**

**POC (Partido Operário Comunista)**

**POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária)**

**POR-T (Partido Operário Revolucionário Trotskista)**

**PPS (Partido Popular Socialista)**

**PSB (Partido Socialista Brasileiro)**

**PSD (Partido Social Democrático)**

**PST (Partido Social Trabalhista)**

**PT (Partido dos Trabalhadores)**

**PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)**

**SNI (Serviço Nacional de Informação)**

**TSE (Tribunal Superior Eleitoral)**

**UDN (União Democrática Nacional)**

**UJC (União da Juventude Comunista)**

**ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil)**

**UN (União Nacional)**

**UNE (União Nacional dos Estudantes)**

**URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)**

**VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1 PARTIDO COMUNISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA .....	16
1.1 O período autêntico de “Agrarismo e Industrialismo” .....	18
1.2 O Comintern .....	25
1.3 Prestes era maior que o PCB .....	32
2 DO RENASCIMENTO NA MANTIQUEIRA À MORTE DE STALIN .....	41
2.1 O Período Luminescente .....	42
2.2 O hiato .....	48
2.2.1 Núcleo Dirigente.....	53
2.3 A desestalinização e a “Nova Política” .....	56
2.3.1 Declaração de Março de 1958.....	61
3. OS ANOS 1960: A DÉCADA LONGA .....	65
3.1 Um partido de massa e um país polarizado .....	66
3.2 Diversificação à esquerda, radicalização e crítica do reformismo.....	71
3.3 O Golpe e as influências teóricas dos grupos armados .....	73
4 SABEDORIA TÁTICA E TEORIA POLÍTICA.....	84
4. 1 Sopros de renovação: o eurocomunismo e a assimilação de Antônio Gramsci.....	90
4.2 A tese da democracia como valor universal .....	93
4. 3 O fim da trajetória .....	99
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

## INTRODUÇÃO

Falar sobre o Partido Comunista Brasileiro é trazer a luz a singular história do partido que mais tempo esteve em funcionamento na nossa república. Devido a esta premissa, sua trajetória se liga visceralmente aos principais acontecimentos políticos nacionais e internacionais do século XX. Surgido na conturbada década de 1920, influenciou e foi influenciado pelo ambiente político de contestação deste período. “A duras penas” o PCB conseguiu se consolidar como organização, ao mesmo tempo em que se tornava o representante no Brasil da III Internacional Comunista fundada por Lênin. Ao longo de seu percurso histórico as vicissitudes que os comunistas brasileiros sofreram não foi impedimento para que o partido atuasse no cenário político do país de forma decisiva. Nem mesmo as adversidades da ilegalidade, que foi uma constante na vida do PCB, imposta pela melhor tradição autoritária do Estado brasileiro, fez minar a sua capacidade de atuação. E como diz o poema de Ferreira Goulart:

O PCB não se tornou o maior partido do ocidente  
Nem mesmo do Brasil.  
Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis  
Tem que falar dele.  
Ou estará mentindo.

Foram justamente estas características ímpares das organizações marxistas que provocaram o interesse pessoal do autor desta dissertação pelos partidos de esquerda, que culminou no interesse particular pelo mais antigo e um dos mais importantes entre eles, o PCB. Se hoje é discutível o papel das agremiações partidárias no cenário político contemporâneo, o mesmo não acontecia ao longo do século passado. Durante décadas, os partidos congregaram a centralidade da estrutura de poder em sociedades modernas e, junto a isto, os anseios das realizações sociopolíticas das massas emergentes, próprias do século XX.

Durante as seis décadas que o texto se propôs a refletir sobre o PC brasileiro – dos anos 1920 até os anos 1980 - foi possível verificar a participação dos comunistas em acontecimentos importantes para a sociedade brasileira, tais como: as

Revoltas Tenentistas, a “Revolução” de 1930, o Levante Comunistas de 1935, o Estado Novo, a entrada na II Guerra Mundial, a Assembleia Constituinte de 1946, os reflexos da Guerra Fria, a morte de Getúlio Vargas, a morte de Stalin, o Relatório Krushev, das eleições e os governos de JK, Jânio e Jango, a fatídica Ditadura de 1964, a Transição Democrática nos anos 1980, entre outros.

Estes acontecimentos são discutidos no decorrer do texto, dando ênfase as construções teóricas pelas quais os comunistas brasileiros se orientaram nas atividades políticas das quais foram partícipes. As variáveis que interferiram nas linhas políticas adotadas pelo partido foram problematizadas, levando em consideração as conjunturas históricas em que elas surgiram. Durante o recorte histórico proposto, foi possível observar como a relação teoria/prática resultou em momentos de maior e menor interferência dos comunistas brasileiros na política nacional, chegando a alguns períodos críticos de quase extinção. Foi uma trajetória caracterizada por um “sinuoso” ziguezaguear das formas de se fazer política, oscilando entre momentos mais favoráveis, como no período liberalizante do pós-guerra, ou em situações obscuras, como as ditaduras do Estado Novo e do Regime Militar de 1964, findada na mudança da década de 1980 para 1990, com a crise interna que levaria à fundação do PPS (Partido Popular Socialista).

Na construção do texto, o processo de investigação da dissertação contou com uma pesquisa bibliográfica que se debruçou sobre o tema PCB, priorizando o papel desempenhado pelo partido nos acontecimentos mais importante do país. Na reconstrução destes fatos foi de fundamental importância também, as análises dos principais documentos do PC brasileiro, sendo possível tal arguição com os compêndios organizados por Vinhas (1982), Carone (1982a; 1982b; 1982c) e Nogueira (1982). Por esta metodologia chegou-se ao objetivo da dissertação, que em um sentido amplo, foi o de contribuir no entendimento da história social e política do Brasil, referenciado pelo estudo de um partido que obteve, durante décadas, um papel hegemônico entre a esquerda brasileira.

Dentro de um escopo mais específico, tentou-se entender os “pormenores” que interferiram na adoção de determinadas linhas políticas durante o período escolhido para análise. Isto é, foram priorizados os condicionantes históricos e os elementos teóricos-conceituais que influíram nas ações dos comunistas brasileiros. Por mais que não se busque escrever estritamente uma história do Partido Comunista

Brasileiro neste recorte proposto, mas sim discutir algumas relações específicas em sua forma de atuação, a perspectiva presente em todo o corpo do trabalho levou em conta as orientações sugeridas por Gramsci que diz:

Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e o setor mais avançado. Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido (GRAMSCI, 1978, p. 24).

Dividida em uma estrutura com quatro capítulos, a dissertação inicia-se com a discussão sobre as dificuldades concretas dos PCB, de se reafirmar como organização na primeira década de sua existência, anos 1920, e a transformação que sofre na década seguinte quando se sujeita as influências das diretrizes de um Comintern arbitrário, comandado pelo grupo de Stalin. Este é o assunto central do primeiro capítulo da pesquisa, que debate o movimento do PCB nos anos 1920-1930. Este íterim começa com o esforço dos intelectuais comunistas em interpretar a realidade brasileira a luz de uma teoria “dita” marxista-leninista, mas que estava distante dos postulados de Marx e Lênin. O texto *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a guerra de classe no Brasil e a revolta de São Paulo*, escrito por Octavio Brandão, reunia em sua simbologia as dificuldades do partido nos primeiros anos de existência.

O desfecho do capítulo é a entrada de Luís Carlos Prestes e seu grupo, que proporcionou maior visibilidade e poder de influência do PC brasileiro, mas que não foi capaz de evitar os erros táticos como o ocorrido com a insurreição comunista de 1935, pois, tanto o PCB como Prestes já se encontravam sobre a influência dogmática do stalinismo. A perseguição aos comunistas no Estado Novo fez com que o partido quase fosse extinto, ficando completamente inerte no início dos anos 1940.

A atuação dos comunistas brasileiros nas décadas de 1940 até 1960 são tratados no segundo capítulo, que discorre sobre três momentos táticos diferentes do PCB. O primeiro desses momentos trata do “ressurgimento das cinzas” em 1943, até o curto período de legalizado, quando os comunistas atuam de forma prioritária na “grande política”. O segundo momento, diz respeito ao período “esquerdizante” (de

1947, com a súbita ilegalidade, até 1958), cuja carta orientadora foi o *Manifesto de Agosto de 1950*, documento síntese desta fase, que ficou marcado pelo isolamento política do PCB e pelas práticas internas mandonistas dos seus dirigentes. O terceiro intervalo pondera sobre os condicionantes que levaram a adoção da “Nova Política”, que provocou mudanças substanciais no partido. O significado dessas mudanças foram uma “ruptura qualitativa” e o início do “gosto pela política” do PCB, apresentado na *Declaração de Março de 1958*. Apesar das táticas variadas, uma característica que perpassam aos três momentos foi a permanência da leitura de que o país apresentava resquícios feudais, herança da tradição Etapista/Stalinista.

No terceiro capítulo são debatidos os condicionantes históricos do partido nos anos 1960 – a década longa – marcado pelo pluralismo das ideias no mundo, com a “diversificação do marxismo”, que se refletiu no Brasil com os postulados teóricos de Caio Prado Jr. Este autor vai se contrapor à *teoria consagrada* do PCB sobre o caráter da revolução brasileira e a premissa feudal do problema agrário do país, influenciando as demais esquerdas que começavam a se diversificar. No cenário político nacional o golpe militar de 1964 foi o “divisor de águas” do período. Antes dele o PCB multiplicava-se, iluminado pela Nova Política, tornando-se um “quase” partido de massas. Depois, vieram as perseguições do regime, as mortes, as prisões e as torturas. Se não bastassem esses problemas, vieram também as defecções das dissidências pecebistas que optaram pelos grupos armados, levando-os a formação das guerrilhas urbanas.

No quarto e último capítulo tratou-se das nuances que conduziram o PCB à escolha da frente democrática como tática de enfrentamento à Ditadura, materializado no MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Era a consolidação do caminho aberto com a Nova Política, diante das agruras do regime militar. Junto a isso, mostrou-se o contato dos pecebistas com o movimento eurocomunista na Europa, ocasionado pelo exílio do Comitê Central. A sabedoria tática encontrava-se com um modelo teórico que discutia o caráter da revolução socialista para países “ocidentais”, e colocava a questão democrática no centro da discussão, a luz de pensadores como Gramsci. *A democracia como valor universal*, escrito em 1979 por Carlos Nelson Coutinho, foi o ensaio síntese que representou as teóricas de Gramsci e dos Eurocomunistas no Brasil. As discussões que envolveram o texto e o desfecho da crise orgânica por qual o PC brasileiro passou



com sua reorganização no fim da Ditadura fecham a dissertação, mostrando a trajetória sinuosa e inacabada do Partido Comunista Brasileiro.

## 1 PARTIDO COMUNISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA

Em março de 1922 o Partido Comunista<sup>1</sup> surgia, no Brasil, como uma agremiação de pequeno porte, urbano em um país predominantemente agrário, na esteira da Revolução de Outubro que deu origem a URSS. Seu nascimento foi fruto do impacto catalisador que esta revolução deu ao movimento operário no mundo. Seus primeiros militantes eram formados por um reduzido grupo de jovens letrados e trabalhadores sem experiência parlamentar e partidária. No Congresso de fundação do partido participaram delegados dos grupos de Porto Alegre, Recife, São Paulo, Cruzeiro, Niterói e do Rio de Janeiro. Entre os membros fundadores estavam: Abílio de Nequete (barbeiro), Astrojildo Pereira (Jornalista), Cristiano Cordeiro (funcionário público), Hermogêneo Silva (eletricista), João da Costa Pimenta (gráfico), João Barbosa (alfaiate), José Elias da Silva (funcionário público), Luís Peres (operário vassoureiro) e Manoel Cendon (alfaiate).

Neste Congresso, foi estabelecido que o partido deveria atuar como a *vanguarda do proletariado*, com o objetivo de conquistar o poder político para a transformação da sociedade capitalista em comunista. Também foram aceitas as 21 teses que pré-condicionavam a filiação do partido ao *Comintern* (III Internacional Comunista ou apenas IC - Internacional Comunista). Assim, o nome oficial do PC brasileiro era *Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista*. Isto dava à agremiação uma “intenção”, a de ser parte integrante do organismo internacional. Entretanto, a aceitação ao Comintern só ocorrerá alguns anos após sua fundação, depois de uma primeira desastrosa tentativa de filiação em 1922, conforme se discutirá mais a frente.

As 21 condições foram estabelecidas no *II Congresso do Comintern* em 1920, um ano depois da sua fundação, ainda sob a liderança de Lênin. De acordo com Carone (2003) e Fishuk (2012), é neste Congresso da IC que surge a estratégia de incentivar nos países capitalistas o modelo de Partido Comunista que deveria se alinhar

---

<sup>1</sup> “O mais antigo partido do período republicano constitui-se em 1922 como com a denominação de **Partido Comunista. Seção Brasileira da Internacional Comunista**, mais conhecido como Partido Comunista do Brasil. Após o seu V congresso (1960), na luta para reconquistar a legalidade adotou a designação de **Partido Comunista Brasileiro/PCB**” (NETTO, 2014, p. 263-264). Ao longo deste trabalho também serão usadas as denominações “PC”, “PC brasileiro” ou, simplesmente, “Partido Comunista”. E seus militantes serão tratados por “pecebistas” ou “comunistas brasileiros”.

a um projeto internacional. Em relação as 21 teses, ela surge com o objetivo de enrijecimento das regras para evitar a participação dos partidos *Sociais Democratas* que, com o fim da *II Internacional* em 1914, migravam para o Comintern. O intuito era afastar tendências consideradas “menos radicais” que pudessem diluir a combatividade da organização.

Assim, as restrições impostas pelas 21 condições são significativas da intenção centralizadora da IC. Ao contrário da I Internacional, que passa por crise em razão da cisão entre socialistas e anarquistas, e da II Internacional, que se torna o berço para todas as nuances de esquerda, menos o anarquismo, a IC começa por uma afirmação dos valores do marxismo e só aceita a inclusão de partidos e facções representativas da sua tendência. As 21 condições representam mais do que aparentam, pois constituem um programa que transformava os partidos socialistas de tendências múltiplas, contraditórias, em órgãos revolucionários, monolíticos, unificados, prontos para conduzir as massas para a tomada de poder (CARONE, 2003, site)

O surgimento do PCB como partido do “proletariado” deve-se também às transformações econômicas vividas pelo Brasil e ao consequente crescimento da classe operária. Conforme Mazzeo (1999 p. 15-36) e Segatto (1981, p. 9-30), desde o fim do século XIX, havia um processo em curso caracterizado pelas transformações sociais advindas da intensa industrialização. Este fenômeno era fruto, em boa medida, do crescimento da economia cafeeira e dos investimentos internacionais no país. Se na década de 1880 havia 636 indústrias e 54.169 operários, este número passa para 13.336 estabelecimentos industriais e 275.512 operários nos anos de fundação do PCB. Em concomitância ao crescimento industrial há um enorme fluxo imigratório, que entre 1888 e 1900 recebeu cerca de 1,4 milhões de pessoas. Destas, cerca de 890 mil se fixaram em São Paulo, sendo absorvida por essa nascente indústria nacional. Junto com os processos de industrialização e de modernização, ocorre também o crescimento dos centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo, por exemplo, saltará de 239.820 habitantes em 1900, para 579.033 em 1920. Enquanto que o Rio de Janeiro, no mesmo período, passará de 811.433 para 1.157.873 habitantes.

Os imigrantes vinham, em sua maioria, da Europa e traziam consigo alguma experiência de trabalho industrial e também de forma de organização. Neste contexto, é que tem início o movimento dos trabalhadores por melhores condições de vida no país. Com o crescimento do operariado nacional, aumentaram também as lutas por melhorias dos trabalhadores. Com a classe operária, vieram também as ideologias a

ela vinculadas, como o Anarquismo e o Socialismo, em suas várias versões. De 1906 até 1922, ano de fundação do PCB, são realizados inúmeras manifestações e greves operárias pelo país. Neste período, foram organizadas em média 6,46 greves por ano, sendo a maior a greve geral de 1917. Neste ano, inicia-se a crise interna no movimento Anarco-Sindicalista, até então a corrente hegemônica entre os operários. Outra característica das manifestações era a forte repressão policial dispensada aos manifestantes e à organização. A perseguição será uma das dificuldades iniciais do PCB, que logo nos primeiros meses de existência vai conhecer a ilegalidade, situação que o acompanhará por quase toda a sua história<sup>2</sup>.

Assim, o PCB nasce em uma década marcada pela efervescência social, política e cultural, simbolizada entre outras manifestações, pela *Semana de Arte Moderna de 1922* e pelo *Movimento Tenentista*. “Uma década que, além de encerrar a velha República, punha um ponto final tardio no século 19” (VIANNA, 2007, p. 28). Entretanto, mesmo com os reveses provocados pela clandestinidade, o partido cresceu e se tornou uma importante força política do país no século XX. Com a fundação do partido houve a ampliação do poder de organização dos trabalhadores, dando a eles uma linha política cientificamente orientada, com vistas à transformação radical da sociedade brasileira (SEGATTO, 1981).

### **1.1 O período autêntico de “Agrarismo e Industrialismo”**

Pensar o PCB em suas primeiras décadas de existência exige compreender seu envolvimento diante dos seguintes aspectos: a relação com as diretrizes vindas do Comintern; a complexidade da formação social brasileira; a estrutura de classes do país; a formação ideológica das lideranças comunistas e o tipo de mobilização nacional-popular, promovida pela pequena-burguesia tenentista. Isso é o que argumenta Zaidan Filho (1980; 1985; 1989). Para este autor um dos primeiros problemas nas interpretações sobre a fundação do PCB está na leitura “banalizada” de que o partido surgiu da crise dos anarquistas no movimento operário, no fim dos anos 1910. De fato houve um refluxo das lutas sindicais nos anos 1920, consequência das

---

<sup>2</sup> Nesta década houve outro momento de funcionamento legal do partido, que durou oito meses, de janeiro a agosto de 1927. O último período de legalidade antes de 1985 foram os 20 meses, entre outubro de 1945 e maio de 1947.

perseguições intensificadas pelos governos oligárquicos. Era a repressão intimidadora às greves daquele período. E por conta disto surgiu o entendimento de que o nascimento do PCB se deveu ao esgotamento teórico-organizativo do anarco-sindicalismo brasileiro, diante da elevação do patamar das lutas operárias. De modo que o surgimento de um partido operário aconteceu por necessidade natural.

A construção desta máxima carece de perspectiva crítica, pois teria sido construído a partir de relatos dos militantes pecebistas, carregados de juízos de valores. Zaidan Filho (1980) argumenta que o processo de ruptura com o anarco-sindicalismo aconteceu às escondidas das lideranças anarquistas. Isto gerou nocivas consequências para a unidade do movimento sindical. Vinhas (1982) relembra que, dos nove membros fundadores do PCB, somente Manoel Cendon, espanhol, possuía a experiência de uma tradição socialista. Os demais eram todos provenientes do anarco-sindicalismo. Um exemplo que demonstra o quão conturbado foi a cisão é o relato do militante anarquista José Oiticica sobre o desfecho da saída de Astrojildo Pereira das fileiras do anarquismo.

Pois bem, para o fim do ano, fui sentindo, em certos sindicatos, frieza absoluta, risos de mofa, descaso. Referi a impressão ao nosso velho camarada João Gonçalves e ele me aludiu a Astrojildo, terminando com uma frase que me pareceu duríssima. Será Possível? Astrojildo renegava o anarquismo? Astrojildo virava casaca e se passava traiçoeiramente para o bolchevismo? ...Foi quando Elias alvitrou: Gildo [Astrojildo], não acha melhor dizer ao Oiticica o que se passa? Astrojildo, sem levantar a cabeça de um papel que segurava, respondeu displicentemente: É...é melhor...Nada mais disse porque, compreendendo tudo, retruquei apenas – “já sei, vocês são bolchevistas”. Eles confirmaram e eu retirei-me. Compreendi a ação subterrânea de Astrojildo. Ele havia, sem dizer nada, minado os sindicatos, propagado o vírus da ditadura do proletariado. (OITICICA *apud* Z Aidan Filho, 1980, p. 3)

Na construção ideológica das lideranças pecebistas é inegável o referencial do anarquismo, advindo principalmente da Europa. Contudo, existem outras duas dimensões fundamentais que marcam fortemente a trajetória do partido em seus anos iniciais: a formação positivista ou semi-positivista, e a condição socioeconômica pequeno-burguesa dos primeiros dirigentes do partido. O positivismo foi, no início do período republicano, o referencial político-ideológico do “jacobinismo” brasileiro. Em sua primeira fase, os principais quadros intelectuais do PC – Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Cristiano Cordeiro, entre outros – eram todos bastante influenciados pelo positivismo. Após os anos 1930, o ingresso de Luís Carlos Prestes, Agildo Barata e outros tenentes na organização trouxe para o PC brasileiro a vertente militarista do

positivismo. Zaidan Filho (1980, p. 5) argumenta que a “origem classe média” e a “influência positivista” colocará no partido uma necessidade da superação do rescaldo ideológico desses dois elementos, “que produzirá um difícil e lento aprendizado que vai desde o reforçamento das bases comunistas nos meios sindicais urbanos e agrários até a sua depuração ideológica propriamente dita” (ZAIDAN FILHO, 1980, p. 5).

Este complicador ideológico tem a ver com outra afirmação comum na literatura sobre o nascimento do PC brasileiro. Trata-se da afirmação de que todas as lideranças do partido tiveram uma preparação advinda das lições e experiências da Revolução Russa e dos problemas da Revolução Mundial. Na verdade elas não passaram efetivamente pelas lideranças, pelo menos não por todas as lideranças mais representativas. Ou seja, as teorias de Marx e dos marxistas, pelo menos de Lênin, chegaram de forma enviesada ao PCB. Um caso exemplar disto está em outro relato apontando por Zaidan (1981), agora de Astrojildo Pereira. Em depoimento em 1949, Astrojildo declarou que apenas em 1924 havia sido feita a primeira análise marxista sobre a situação nacional. Contudo, o texto acabaria sendo abandonado pouco tempo depois, por ter sido considerado “mecânico e arbitrário” para a compreensão da situação brasileira. Este comentário refere-se à obra *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a guerra de classe no Brasil e a revolta de São Paulo*, de Otávio Brandão, que serve a esta dissertação como ponto de partida das análises teóricas do PCB.

Brandão, um dos primeiros intelectuais do partido, escreveu essa obra pioneira, às pressas, para explicar as revoltas tenentistas. Sua elaboração deu-lhe a condição de um dos fundadores do marxismo no Brasil. Junto com Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda, formou o grupo dirigente original do PCB que conduziu o partido durante os anos 1920<sup>3</sup>. E a obra tem o mérito de ser “a mais marcante contribuição nesse processo de mutação ideológica e de conformação de uma nova vertente político-cultural vinculada ao mundo do trabalho no Brasil” (DEL ROIO, 2004, p 122).

Assim como Astrojildo, Brandão e outras lideranças do partido tiveram uma formação intelectual autodidata, mesclando elementos do anarquismo, com uma forte influência positivista do ambiente cultural da época e com leituras de marxismo,

---

<sup>3</sup> Sobre as críticas proferidas aos primeiros marxistas e suas parcas análises, Claudio H. M. Batalha (1995, p. 11) argumenta: “os socialistas brasileiros que atuaram na última década do século XIX e nos primeiros anos deste século podem não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo”.

em especial de Lênin. O anarquismo em Brandão veio da influência do primo de Recife, Cristiano Cordeiro, que, até fim dos anos 1910, também militava no movimento anarquista. Quando jovem, Brandão era leitor de autores como Darwin, Humboldt e Ratzel, de quem absorveu o gosto pelas ciências naturais e o hábito da investigação. Suas paixões nacionais eram Zumbi, Tiradentes, Euclides da Cunha e Castro Alves. Desses personagens adquiriu as primeiras análises realistas do Brasil. Esses e mais outros autores levaram Brandão a um humanismo de caráter positivista e que serve de fio condutor de todo pensamento crítico do autor de “Agrarismo e Industrialismo”, do anarco-sindicalismo ao marxismo. A partir de sua entrada no PCB torna-se um defensor do socialismo soviético e um leitor de Lênin, lendo tudo que lhe pudera aparecer deste autor (DEL ROIO, 2004).

A obra *Agrarismo e Industrialismo* foi produzida como consequência das revoltas tenentistas de 1922 e 1924 (São Paulo). Escrita em 1924, teve sua publicação final em 1926<sup>4</sup>. A rigor, o texto não pode ser entendido como um ensaio marxista-leninista, apesar do pioneirismo no uso do termo “análise marxista-leninista”<sup>5</sup>. Contudo, também não lhe cabe a redução de uma simples análise da revolta paulista de 1924. Para além deste panorama, ela deve ser entendida como uma tentativa de interpretação das características sociais brasileiras, mostrando suas contradições e apontado perspectivas. Sua construção é carente de fundamentação metodológica e as argumentações têm falhas nas mediações explicativas. Para Del Roio (2004), as deficiências teóricas precisam ser entendidas não apenas no campo teórico do marxismo, mas também como expressão do peso que o cientificismo e o positivismo exerciam sobre seu autor.

---

<sup>4</sup> Sobre a circulação do texto, Buonicore (2006, site), argumenta que “Em abril, ainda como a capital da República sob estado de sítio, Agrarismo e Industrialismo começou a circular. Ele trazia como autor um tal de Fritz Mayer e a informação que havia sido editado em Buenos Aires. Os comunistas espalharam que Mayer era um oficial alemão que havia participado do levante tenentista de São Paulo e fugira para Argentina. Tudo isso foi feito com o objetivo de despistar a polícia brasileira. A artimanha parece ter dado resultados.”

<sup>5</sup> Especificamente sobre Marx, Moraes Filho (1991, p. 16-45), faz uma discussão da chega das ideias do pensador comunista no Brasil, que serve de parâmetro para as dificuldades encontradas por Astrojildo e, principalmente, Brandão, quanto ao acesso aos textos marxista. Segundo o autor, a primeira vez que se tem notícias das ideias de Marx em terras brasileiras foi no ano de 1871, em uma moção de repúdio do Congresso brasileiro por conta da repercussão dos acontecimentos da *Comuna de Paris*. “Havia mesmo por parte do governo o propósito de extraditar para a França os *communards* que, por acaso, viessem aqui aportar.” (1991, p. 22). Contudo, a propagação das ideias de Marx e dos marxistas acontece bem mais tarde “...apesar de alguns exemplos isolados, mormente depois de 1922, com a fundação do Partido Comunista, somente depois de 1930 é que a obra de Marx começou a ser realmente divulgada no Brasil, quer em línguas estrangeiras quer em traduções, que se multiplicavam. E somente, nestes últimos trinta anos, com estudos de sua obra nas universidades, em seminários, em conferências, em debates sérios nos centros culturais é que se pode dizer que Marx é realmente estudado entre nós.” (1991, p. 22).

O objetivo de *Agrarismo e Industrialismo* era demonstrar a dinâmica da revolução democrática em marcha no Brasil. Com isso, apresentar um plano de estratégia e tática para nortear as ações políticas dos comunistas que, até aquele momento, eram deficitários de postulados teóricos. Pela consistência das teses ali defendidas, e pela carência de outras formulações, o texto provocou forte impacto nas ações do PCB e influenciou as diretrizes do II e III Congresso, que aconteceram em 1925 e 1929, respectivamente.

Tomando por base os livros *O Estado e a Revolução* e *Imperialismo, Estágio Supremo do Capitalismo*, de Lênin, Brandão defendeu em seu texto, a iminente crise do sistema capitalista, a decadência da burguesia mundial e o prospero momento das revoluções. Essa influência de Lênin era marcada por uma peculiaridade no caso brasileiro. Segundo Moraes (1995), neste período o movimento marxista (leninista) estava reascendendo a partir da Europa, por consequência da Revolução Russa. Este movimento vinha de um refluxo da crise aberta na II internacional. Assim “o impacto do bolchevismo conduziu à refundação revolucionária do marxismo à luz das ideias de Lênin. A diferença na verdade, está em que enquanto nestes países o marxismo se refundava, em países como o Brasil ele se fundava” (MORAES, 1995, p. 48).

A partir de uma leitura marxista-leninista, que pode ser entendida como “rudimentar”, Brandão caracterizava a rebelião paulista de 1924<sup>6</sup> como um conflito menor entre a pequena burguesia urbana e os “agrários feudais”. Os tenentes estariam neste primeiro grupo. Ligada a esta conjuntura, estava em curso uma grande batalha internacional entre a burguesia imperialista e o proletariado, auxiliado pelos povos coloniais. Da guerra imperialista ascendeu os Estados Unidos, que exercia no Brasil uma disputa com a Inglaterra e colocava em lados opostos os fazendeiros de café e, também, os “novos” industriais.

---

<sup>6</sup> Trata-se da segunda revolta do que ficou conhecido como *Movimento Tenentista*, sendo a primeira o *Levante dos 18 do Forte de Copacabana*, dois anos antes. De forma resumida, o movimento pode ser entendido assim: “Na década de 1920 e início dos anos 1930, os tenentes foram fiéis às tradições intervencionistas-salvacionistas do Exército e a amplitude e o destaque de suas ações deveram-se às condições da época em que atuaram. Seus ideais regeneradores coincidiram com as necessidades de mudança sentidas pela sociedade e na crise da década de 1920, foram os primeiros a levantar a bandeira dos grupos dominantes contrários à hegemonia do café com leite” (VIANNA, 2007, p. 32-33). Sobre o PCB e o movimento, ao longo dos anos 1920 o partido se distanciou dos revoltosos, o que complicou a relação entre tenentes e comunistas. Contudo, contraditoriamente, a complexidade desta história passa também por lembrar que o mais conhecido dos tenentes, Luís Carlos Prestes, entrou para o PCB neste período. Portanto, compreender os primeiros anos do PC brasileiro passa por discutir as conexões entre comunistas e militares e assim se fará ao longo do texto.



Devido ao longo tempo de influência dos ingleses no país, estes apoiavam a burguesia agrária. Os EUA, entretanto, davam suporte aos rebeldes urbanos, na expectativa de debilitar os ingleses. E, aos olhos de seu autor, a batalha paulista demonstrava a derrota da pequena-burguesia tenentista. Além disso, ela simbolizava o choque entre o ideal de um *republicanismo versus* o ideal da *filomonarquia católico*. Para Brandão, o primeiro havia nascido em 1891, com sua versão positivista, industrialista e de inspiração americana. O segundo era agrarista e vinculado aos ingleses. Entretanto, os revoltosos que permaneciam no campo, sob o comando de Luís Carlos Prestes, revelavam que essa derrota não fora por completa.

Além das batalhas de 1922 e 1924, Brandão acreditava em uma *terceira revolta* vinda do grupo remanescente de Prestes. O uso da dialética apontava: “Identifica-se assim, o presidente Arthur Bernardes com a tese (O agrarismo feudal), Isidoro Dias Lopes com a antítese (a pequena burguesia rebelada, por trás da qual estaria o capital industrial), e a revolução proletária, ainda por vir, com a síntese” (RICUPERO, 2012, p. 21).

O texto afirmava que, diante de uma iminente revolução de caráter pequeno-burguês, a estratégia exigia que os comunistas se organizassem em seu partido. E com isso, deveriam se empenhar em mobilizar os trabalhadores, difundir o marxismo e participar ativa e conscientemente na crise política que se antecipava. Uma frente de oposição deveria ser formada pelos trabalhadores, pela pequena burguesia e pela burguesia industrial. Porém, o proletariado não podia ter ilusões em relação à burguesia que facilmente recomporia com a oligarquia e o imperialismo, caso se sentisse ameaçada.

O documento enfatizava que a frente precisaria ser entre o proletariado e a pequena-burguesia, entre os “marxistas e os positivistas”, lutando conjuntamente contra o domínio do “agrarismo feudal”. Quando da vitória do “industrialismo”, a burguesia cindida daria espaço para o domínio do proletariado. Esta segunda revolução, a proletária, deveria coincidir com uma batalha entre os trabalhadores rurais e o regime de servidão feudal no campo.

A identificação do movimento revolucionário como de caráter democrático pequeno-burguês por parte de Octávio Brandão indicava que a principal força social motriz do processo seria a pequena burguesia urbana e que o regime político nascente seria uma república-democrático pequeno burguesa, na

medida em que haveria o predomínio econômico e político da pequena propriedade na cidade e no campo. No entanto, diante da instabilidade social e ideológica própria da pequena burguesia, a revolução deveria de pressa passar para a fase de revolução proletária (DEL ROIO, 2004, p. 128).

O texto marca presença também em outras ações prática do PCB, como, por exemplo, o referencial da política *frentista* dos proletários com a pequena-burguesia, explicitado na criação do BOC (Bloco Operário e Camponês) em 1927. Esta instituição foi uma espécie de agremiação política com características de partido legal. Sua composição contava com progressistas de tendências ideológicas variadas, mas com a liderança dos pecebistas. Sua fundação foi um caminho entre a ação prática orientada pelo II Congresso do PCB, e em consequência por “Agrarismo e Industrialismo”, e a impossibilidade de disputa legal da qual estava impedido os pecebistas.

Em 1927, elegem o deputado federal Azevedo Lima e, no ano seguinte, Octávio Brandão e Minervino de Oliveira para intendentess (vereadores) do Distrito Federal - Rio de Janeiro. Em 1929, a condução do PCB dentro do BOC vai ser criticada pelo Comintern, que neste período intensificava sua postura sectária diante dos PCs mundiais. Mesmo assim, antes de sua extinção pela influência da IC, disputou as eleições de 1930, tendo Minervino como candidato a presidência, com um malgrado desempenho eleitoral (SEGATTO, 1981). O BOC acrescentou certo crescimento político ao PCB, galgando espaço eleitoral entre massas. Mas um dos aspectos que nos revelam a singularidade com a qual o PCB se fez nas primeiras décadas está na incorporação do termo “camponês” na sigla “BOC”. Segundo Astrojildo Pereira:

O elemento “camponês” representava apenas uma palavra incluída no BOC, era desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operário e camponês (PEREIRA apud SEGATTO, 1980, p. 29-30)

Percebe-se neste trecho a tentativa dos pecebistas de construção de um referencial de partido vindo do “marxismo-leninismo”, difundido pelo Comintern, mas que encontrava na atuação da realidade brasileira grandes desafios. A formação do BOC continha elementos que simbolizavam uma vontade de vir a ser do PCB. De alguma forma, contraditoriamente também, demonstravam o quão distante da realidade os comunistas estavam.

## 1.2 O Comintern

Outra história marcante do início do PCB diz respeito à sua ligação com o Comintern. O vínculo do PC brasileiro com este órgão não era estreito, nem regular e muito menos assíduo. Pelo menos não em seus primeiros anos de vida. Isto, em síntese, se deve ao fato do PCB nascer à margem do Comintern, tendo procurado seu reconhecimento junto ao órgão internacional, e não o contrário. Para uma comparação, no PCF (Partido Comunista Francês), por exemplo, o processo se deu de forma diferente. Nesta agremiação já havia uma tradição socialista, advinda da II Internacional. Mas em 1920, após a elaboração das 21 teses de Lênin, a maioria dos militantes do então Partido Socialista Francês decidem por aderir ao Comintern e se transformam no PCF.

Quanto ao PCB, sua problemática relação aconteceu ainda no primeiro ano de sua fundação, naquilo que ficou conhecido como *Caso Canellas*. Conforme Carone (2003) e Vinhas (1982), em 1922 foi enviado um comissário ao IV Congresso da IC para pleitear a aceitação do PC brasileiro na organização. Era Antônio Bernardo Canellas, que foi escolhido pela sua condição de já se encontrar na Europa. Na ocasião, o PCB não dispunha de recursos financeiros para enviar um militante direto do Brasil. O resultado final vai ser desastroso. Isto porque Canellas interferiu nos debates do congresso, tomando posições favoráveis à maçonaria e ao anarquismo, entre outras adversidades. De forma resumida, o representante do PCB no IV Congresso da IC demonstrou ingenuidade diante dos temas debatidos e parco conhecimento sobre o marxismo. Como resultado, o Comitê Executivo da IC rejeitou a inscrição do PCB, alegando que o PC brasileiro conservava resquícios da ideologia burguesa e, em decorrência, apresentou uma série de críticas à pretensa seção brasileira da IC.

O PCB precisará de dois anos para conseguir ser aceito nas fileiras do organismo internacional. A filiação à IC só aconteceu em 1924, por influência do Bureau Sul-americano do Comintern, que foi criado neste mesmo ano, com sede na Argentina. Foi Rodolpho Ghioldi, do PCA (Partido Comunista Argentino), o responsável pelo relatório favorável, que serviu de aceite do PCB ao Comintern. Aliás, o PCA funcionou neste período como uma ligação entre a IC e os demais PCs latino-americanos. Contudo, esta relação entre os PCs latino-americanos e a IC, nestes

primeiros anos, vai ser marcada por certa negligência por parte do organismo máximo dos PCs Mundiais:

O caráter de sujeição do PCB em relação à IC deve ser entendido mais em função das carências teóricas e políticas dos comunistas brasileiros, em face de conjunturas que solicitarão de sua parte uma intervenção firme e decidida, que das ingerências burocráticas, mecânicas e “estrangeiras” do Comintern na vida do Partido. Mesmo depois de 1924, quando será criado o *Bureau Latino-americano*, o assessoramento político-organizativo/ideológico da IC aos Partidos Comunistas sul-americano deixará muita a desejar (ZAIDAM FILHO, 1980, p. 7).

A efetiva mudança da relação do Comintern com a América Latina, e conseqüentemente com o PCB, aconteceria só em meados dos anos 1920, mais precisamente a partir do *VI Congresso do Comintern, em 1928*, quando se intensificou a interferência desta instituição nos partidos latino-americanos. Entretanto, uma característica ruim desta ingerência foi o reducionismo teórico pelo qual passou a IC, depois da morte de Lênin e da ascensão do grupo ligado a Stalin. Isto se refletiu nas leituras equivocadas da realidade da América Latina e teve conseqüências problemáticas nos PCs Latinos, incluindo o PCB.

Segundo Mazzeo (1999), as mudanças internas na IC que refletiram no PCB e demais PCs de países não industrializados começam em 1921. Neste ano o Comintern dá uma “guinada” para o Oriente, intensificando a atenção para aquela região. Essa era uma tendência que vinha se configurando há dois anos na organização. A intenção era a articulação do movimento operário europeu com as lutas de libertação nacional dos países orientais. Os países do oriente eram tidos como coloniais ou semicoloniais, o que envolvia a questão do imperialismo. As formações desses países se dividiam em pré-capitalista, de capitalismo tardio ou de extração colonial. Além disso, os arranjos promovidos pelo Comintern deveriam garantir a “vanguarda operária” no comando das lutas nacionais e na revolução mundial.

Esta reformulação estratégica dentro da IC passou a levar em conta uma realidade até então ignorada pelo movimento comunista. Isto porque, até este momento, o organismo dava mais prioridade nas lutas do movimento proletariado europeu e estadunidense. Ou seja, países que dispunham de capitalismo desenvolvido e de numerosa classe operária. Contudo, a partir de 1921, o Comintern passa a incorporar as situações objetivas das massas populares dos países de formação social pré-capitalista

ou de capitalismo tardio. Nesta nova releitura da IC, o camponês das colônias ganhou maior importância como sujeito político. Inclusive, alimentando a ideia de que ele deveria se unir ao proletariado europeu rumo “à revolução”.

A outra finalidade da mudança de estratégia do Comintern estava na tentativa de acabar com o isolamento da Rússia soviética, consequência do refluxo dos movimentos revolucionários na Europa dos últimos anos. Com a independência das colônias no Oriente e uma possível aproximação com a Rússia, esta poderia diminuir o cerco ao qual estava submetida desde 1917. A necessidade de não se isolar era uma das razões da ascensão da teoria do *socialismo em um só país*, frente à expansão da revolução mundial, justificada pela teoria da *revolução permanente*. Esta última ligada ao grupo de Trotsky, em oposição ao grupo que gravitava em torno de Lênin.

O dilema de disseminar a revolução (revolução permanente) ou pará-la estrategicamente por um tempo (socialismo em um só país) se deparava com acontecimentos como o acordo inglês de 1921. Neste ano, a Rússia havia assinado um pacto comercial com a Inglaterra, que tinha como contrapartida a proibição de ações de propaganda pró-revolução proletária nas regiões de interesses ingleses.

Esses acordos influem decisivamente na estratégia da revolução mundial, pois apontam para a necessidade de garantir as conquistas da revolução na Rússia e, portanto, o Estado soviético em detrimento da revolução mundial que entrava, naquele momento, em compasso de espera. A maioria absoluta do comando da IC entendia ser de fundamental importância a manutenção de um Estado proletário para quando as condições favoráveis à revolução voltassem a surgir. Manter a Rússia como um bastião socialista era considerado de essencial importância para a revolução mundial (MAZZEO, 1999, p. 39-40).

Esta disputa entre as duas teses, parar ou expandir a revolução mundial proletária, se agravou com a morte de Lênin, em 1924. No mesmo ano, logo após a sua morte, realiza-se o V Congresso da IC. É neste momento que o grupo de Stalin ganha maior espaço no PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e, conseqüentemente, no organismo internacional. As novas deliberações vindas deste encontro provocaram no Comintern uma simplificação interpretativa das reais condições socioeconômicas dos países coloniais e semicoloniais. Esse empobrecimento teórico vai ser intensificado nos anos seguintes e teve como motivos principais dois aspectos: 1) O problema da ascensão da teoria do socialismo em um só país, consubstanciado à subordinação das formulações estratégicas da IC a esta questão; 2) A negligência com as particularidades

históricas dos países orientais, e a transposição para esses países das análises da realidade dos países desenvolvidos da Europa.

A consequência mais marcante dessa “interposição mecânica” do caso soviético para os demais países é o exemplo da China, tida como país semicolonial. O Comintern investe no PC Chinês levando-o à formação do *Kuomintang* em 1926. O Kuomintang foi um partido nacionalista, composto por comunistas e a burguesia nacional. O objetivo estava na realização das “etapas democrático-burguesas” para a Revolução Chinesa. Ou seja, como a China era uma nação “atrasada”, seria necessário um estágio de desenvolvimento prévio à consolidação socialismo naquela região. Trata-se da revolução organizada pela burguesia, para promover a independência do país e desenvolver as forças produtivas do capitalismo tardio. Um ano depois, liderados pelo nacionalista Chiang Kai-Chec, o Kuomintang já vitorioso se volta para a expulsão e perseguição dos membros do PC Chinês. O PCCh (Partido Comunista Chinês) foi destruído, seguido de uma violenta repressão aos seus militantes. Segundo Mazzeo (1999), o esquematismo e as visões principistas das etapas da revolução estariam por trás dos erros interpretativos deste processo por parte da IC. Além de ser um dos combustíveis das brigas internas no PCUS, principalmente entre o grupo ligado à Stalin e o grupo ligado à Trotsky.

Em 1928 realizou-se o VI Congresso da IC, sob o impacto das derrotas na China. Contudo, os esquematismos permaneceram nas análises da realidade internacional. A culpa dos acontecimentos do Kuomintang foi reduzida à ação do PC Chinês, cabendo a este o ônus dos erros. Além deste problema analítico, é neste Congresso que se institucionaliza a teoria da revolução feita em etapas, generalizando para as realidades nacionais, em um esquema que previa a etapa da *revolução democrático-burguesa*, apoiada pelo *bloco das quatro-classes*. Este bloco era formado pelos operários, camponeses, intelectuais e a burguesia nacional e este grupo deveria apoiar um partido popular e revolucionário. É deste Congresso também, a classificação das revoluções em três tipos, a saber:

- a) *países de capitalismo de tipo superior*, como os Estados Unidos da América, Alemanha, Inglaterra, etc., com potentes forças produtivas, com uma estrutura produtiva altamente centralizada, com um regime político democrático-burguês estabelecido. Nestes países a passagem à ditadura do proletariado é direta, podendo-se proceder à imediata expropriação da grande indústria a estrutura do Estado em moldes soviéticos, e ainda, à coletivização da terra;
- b) *países de nível médio de desenvolvimento do capitalismo*, como

Espanha, Portugal, Polônia, Hungria, países balcânicos etc., onde permanecem importantes vestígios de relações semifeudais na economia agrária, com o mínimo de elementos materiais necessários para a construção do socialismo, e onde o processo de transformação democrática ficou incompleto... Em todos esses países a ditadura do proletariado está subordinada à forma que irá tomar a revolução democrático-burguesa, na qual o proletário deverá disputar a hegemonia na condução do processo; c) *países coloniais e semicoloniais*, como a China, e Índia e os *países dependentes*, como Argentina e Brasil, onde estão presentes germens de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para edificação independente do socialismo. Nesses países predominam relações de modo de produção asiático ou relação *feudal-medievais*, na economia e na superestrutura política, nas quais a concentração dos meios de produtivos encontram-se em mãos de grupos imperialistas: as empresas industriais, o comércio, os bancos mais importantes, os meios de transportes, o latifúndio etc. *Nesses países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos consequentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional.* Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de *etapas preparatórias* (MAZZEO, 1999, p. 46-47).

A partir deste momento, intensificam-se as ações do Comintern nos PCs dos países não desenvolvidos. O que ocorre com o PCB, e com outros partidos em situação semelhante, é a ingerência do enquadramento esquemático e generalizador para as diversas realidades dos países não desenvolvidos. Em consequência, há uma vulgarização dos elementos históricos e objetivos das realidades dos países como o Brasil. Ou seja, ocorre uma imposição “de cima para baixo” que não levou em conta as particularidades das diversas formações nacionais. Como consequência, houve o esvaziamento da historicidade dessas realidades, consubstanciada pelo abandono dos estudos originais que já vinham sendo desenvolvidos pelos PCs (MAZZEO, 1999). Exemplo desta situação no PCB foi o abandono de *Agrarismo e Industrialismo* e dos textos que desta obra saíram, que apesar das críticas ao seu insipiente arcabouço teórico, havia nele uma originalidade interpretativa que poderia ter sido lapidada pelos comunistas brasileiros.

Este momento é de ascensão do que ficou conhecido por *Stalinismo*. Segundo o entendimento de Löwy (2006), o stalinismo promoveu em cada partido membro da IC, uma direção hierárquica, burocrática e autoritária. Este aparelho dirigente era ligado à liderança soviética e seguia fielmente as mudanças do MCI (Movimento Comunista Internacional) promovido pelo Comintern. Tal leitura tinha como origem metodológica os equívocos de um marxismo vulgar e com preponderância do econômico sobre os demais campos da sociedade, também chamado de

*economicismo*<sup>7</sup>. Em Stalin, o problema do método estava na supressão das mediações nas explicações dos acontecimentos. Conforme esclarece Lukács:

(...) a tendência staliniana é sempre a de abolir, quanto possível, todas as mediações, e a de instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais. Precisamente aqui, aparece claramente o contraste entre Lênin e Stálin. Lênin distinguia com clareza entre a teoria, a estratégia e a tática, estudando-as sempre com o maior cuidado e levando em conta todas as mediações existentes entre elas e que freqüentemente as relacionam de modo muito contraditório...Limite-me a tomar um único exemplo: o conceito tão importante para Lênin do recuo tático. É uma regra metodológica de fato óbvia a de que a necessidade e utilidade de um recuo só podem ser estabelecidas à base das relações de força concretamente existentes em cada situação dada - e não à base dos princípios teóricos mais gerais. Os princípios teóricos gerais determinam (de maneira mais ou menos mediata) os objetivos, etc., da ação atual; e tem uma grande importância para o recuo na medida em que contribuem para determinar-lhe o modo, a medida, etc., a fim de que o recuo não se torne obstáculo para um novo avanço. Que a realização elástica do recuo exige o conhecimento de todo um sistema bastante complexo de mediações, é uma coisa clara, que não precisa ser explicada...Stálin, que não dispunha da mesma autoridade que Lênin, achou um modo de dar uma justificação imediatamente evidente de todas as suas medidas, apresentando-se como a consequência direta e necessária da doutrina marxista-leninista. Para conseguir isso, precisou suprimir todas as mediações e estabelecer ligações imediatas entre a teoria e a prática. Por esta razão, tantas categorias de Lênin desaparecem do horizonte de Stálin; o próprio recuo aparece neste como um avanço (LUKACS, 1977, p. 6).

Isto promoveu nesses partidos interpretações bastante equivocadas da realidade local, muitas vezes “nadando contra a corrente” dos acontecimentos. Como no exemplo do caso brasileiro, onde a sujeição do PCB ao Comintern contribuiu muito para o distanciamento do partido da “revolução de 1930”, que levou Getúlio Vargas ao poder. Assim, na simetria entre o PCB e o Comintern, o que mais marcou os comunistas brasileiros “foi a sedução por um modelo explicativo e global da sociedade e uma receita estratégica da revolução, oferecida num esquema simplificado e de fácil assimilação” (VIANNA, 2007, p.62).

---

<sup>7</sup> O economicismo seria uma forma torpe de elevar as questões econômicas frente aos demais campos da superestrutura. Gramsci é um dos críticos a este conceito “Pode-se dizer que o fator econômico (entendido no sentido imediato e judaico próprio do economicismo histórico) é tão somente um dos muitos modos sob os quais se apresenta o processo histórico mais profundo (fator de raça, religião, etc.), mas é este processo mais profundo que a filosofia da práxis quer explicar (GRAMSCI, 1999, p. 267). Sua crítica estende as vertentes marxistas que acreditavam que crises econômicas pudessem ser geradoras espontâneas de situações revolucionárias. Esta condição estaria por trás dos problemas da subserviência autoritária na União Soviética Stalinista. “É sempre bom lembrar que uma citação isolada muito pouco pode garantir, mas se observarmos outras linhas dos Cadernos nas quais Gramsci sugere estar a União Soviética em estágio “econômico-corporativo”, percebemos como entende a subalternidade não ter sido efetivamente vencida naqueles países” (DEL ROIO, 2007, p. 74).



Todavia, é importante, também, incorporar outras variáveis na análise dos erros táticos do PCB sobre o tenentismo e sobre os acontecimentos de 1930. É o que indica Zaidan Filho (1980), ao argumentar que não basta apontar o determinante da sujeição do PC brasileiro a IC. Além deste fator, deve-se acrescentar:

Primeiro, a via reacionária assumida pelo desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, e seus efeitos sobre a fraca transformação das relações de produção na agricultura brasileira; segundo, o caráter profundamente antidemocrático da dominação burguesa republicana (resultante daquela via), caracterizada pelo predomínio político da burguesia agrária sobre o conjunto da sociedade; e terceiro, a extrema fragilidade do sistema de alianças da classe dominante, produto de um desenvolvimento capitalista ainda incapaz de abrir espaço à participação sócio-econômica da pequena burguesia (ZAIDAN FILHO, 1980, p. 13).

Outra consequência direta das mudanças promovidas a partir do VI Congresso da IC sobre a realidade do PC brasileiro deu-se nas disputas que desalojaram Astrojildo Pereira e Otávio Brandão da liderança do partido. Com a saída deles, o partido perdeu a capacidade de interpretação da realidade brasileira que vinha sendo forjada ao longo da década de vinte. Os intelectuais foram afastados e marginalizados da direção, atendendo as diretrizes do Comintern. No lugar dessas lideranças, surgiram novos dirigentes advindos do movimento operário, com pouca experiência política e baixa formação intelectual. Este processo sectário ficaria conhecido como o *obreirismo* e se centrava no argumento de que os partidos comunistas deveriam ser conduzidos por “operários autênticos”, em um processo de bolchevização. “A campanha pela “proletarização” chega a assumir conotações tais que, em reuniões de certos organismos, os intelectuais eram privados do direito de votar” (VINHAS, 1982, p. 17).

Essas agruras internas ocorreram em 1929, logo após a 1ª Conferência Latino-Americana da IC. Neste encontro, o Secretariado Sul-Americano do Comintern acusou Astrojildo, Brandão e toda a direção do partido de desvios “direitistas”, com atitudes “pequeno-burguesas”. A fundação e a atuação dentro do BOC foram criticadas porque previam a construção de uma frente ampla demais. O temor era de que essa organização se transformasse em um partido paralelo e se voltasse contra o PCB. Os tenentes revoltosos foram classificados como “aventureiros e politiqueiros”. Diante deste contexto o partido se distanciou da grande política e se isolou dos acontecimentos importantes que ocorreram em seguida no país, como a revolução de 1930.

Nos sete anos que se passaram entre o VI e o VII e último Congresso da IC, que ocorreu em agosto de 1935, o sectarismo só começou a arrefecer com a chegada de Hitler ao poder na Alemanha em 1933. Diante disto, as posições internas que eram contrárias às resoluções do VI Congresso da IC ganharam terreno, na medida em que Stalin se preocupava em preservar a URSS diante do cenário de guerra eminente. Assim, a partir de agosto de 1935, o Comintern passa a estimular a formação de frentes amplas, organizadas pelos PCs, para conter o avanço do fascismo no mundo. Se antes as alianças com liberais e sociais democratas eram motivo de execração e de expurgo, agora se tornavam um dos objetivos principais da organização.

Esta nova conversão ocorrida a partir do VII Congresso da IC deve ser lembrada, quando da querela sobre a alegação de que o Comintern influenciou decisivamente na criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e no Levante Comunista de 1935. Esta afirmação na verdade, foi forjada pelos órgãos de repressão do governo Vargas ao final do levante, e difundida por parte da literatura sobre o PCB. Não obstante, estas ligações já foram refutadas por pesquisadoras como Marly Vianna (2003, 2007), e com o contra-argumento de que o “novo” caminho tomado pelo Comintern faz minar essa possibilidade.

“É importante retermos a tal posição da IC ao falarmos de sua “interferência” no Brasil em 1935, quando as suas posições já eram, oficial e reconhecidamente, as de evitar qualquer atitude que pusesse em risco as relações diplomáticas com a URSS e já se aceitava uma política de frente única antifascista sem que a hegemonia fosse necessariamente dos PCs” (VIANNA, 2007, p. 50).

### **1.3 Prestes era maior que o PCB**

O descontentamento com a Revolução de 30 leva Luís Carlos Prestes e a facção tenentista radical a romper com sua base social e com o ideário liberal, aderindo a esquerda num movimento que finaliza o processo de polarização e destruição do tenentismo. Esta junção retira do gueto sindical um pequeno partido maximalista de reduzida dimensão política e o inscreve duradouramente no centro da vida política nacional (BRANDÃO, 1988, p.139-140).

A entrada de Luís Carlos Prestes no PC, provavelmente, o mais marcante líder da história do partido no Brasil, aconteceu quase uma década depois de sua fundação. Seu ingresso foi marcado por atribulada circunstância, com o Comintern

tendo que intervir nesta incursão. A formação política de Prestes, assim como a maioria dos tenentes, foi feita à luz de um militarismo positivista, que despreza a classe política e, concomitantemente, a política institucional. Em sua carta-manifesto, publicada às vésperas do início da *Coluna Prestes*, em 1924, reivindicava valores morais e princípios liberais, como o voto secreto. A admiração dispensada a ele pelo movimento tenentista e pelos seus subordinados de quartel vinha da sua dedicação ao serviço militar e do estilo de vida ascético. Prestes, portanto, se torna primeiro um militar revolucionário, para depois incorporar o comunismo em sua ideologia.

A admiração a Prestes aumentou depois da existência da Coluna. Ao escrever sobre ela, Neill Macaulay (1977, p.10) argumentou: “Nenhum episódio surge em tão grande escala na mitologia do Brasil moderno como a marcha da Coluna Prestes”. Entretanto, ela carecia de um programa que objetivasse a transformação da realidade socioeconômica do país. Nesses revolucionários sobravam coragem e vontade de agir e faltavam uma análise mais profunda da realidade e uma linha política orientadora. Seria por conta deste fator e do desgaste provocado pela condição adversa em que estavam vivendo seus membros, que Prestes a encerrou em 1927. Depois, o tenente revolucionário foi para uma reclusão na Bolívia e de lá foi para a Argentina, Uruguai e por último URSS. Conseguiu entrar no PCB quando voltou de Moscou em 1934. Apesar da Coluna não ter conseguido alcançar seus objetivos, Prestes tornou-se uma lenda, o herói construído pelo movimento tenentista, o “Cavaleiro da Esperança”. Nos cinco anos seguintes, diante do exílio na Bolívia, Argentina e Uruguai, Prestes sofreu as mutações ideológicas que o levariam ao comunismo. Entre as muitas coisas que leu sobre Marx, Engels e Lênin, principalmente no tempo em que esteve na Argentina, foi *O Estado e a revolução*, de Lênin, a obra que mais o marcou.

Para a criação do mito, não basta o homem e seus feitos, é preciso que suas ações preencham necessidades político-afetivo-ideológico de uma classe, um grupo, uma camada social...Sua tendência a abraçar uma ideia com rígido rigor, sua moral estoica e uma noção de dever quase messiânica iriam encontrar na visão “marxista” do VI Congresso da IC uma resposta às suas preocupações sociais. Esse período foi decisivo para moldar o comandante militar dos acontecimentos de novembro de 1935 (VIANNA, 2007, p. 97)

Foi durante esses anos de transformações, mais precisamente após 1930, que Prestes tentou se aproximar do PCB. Entretanto, devido à desconfiança dos pecebistas com relação ao movimento tenentista como um todo, não encontrou

entusiasmo correspondente no partido brasileiro. O primeiro contato oficial foi realizado pelo partido, através de Astrojildo, em 1927, em Puerto Soarez-Bolívia. Portanto, um período anterior às influências das diretrizes do VI Congresso da IC. Não houve neste momento um convite formal para a entrada no PCB. O intuito do encontro foi à tentativa de formação da “frente ampla” almejada pelo PC brasileiro entre operários e tenentes.

Nos anos de exílio Prestes rompeu com os tenentes de forma áspera. Este posicionamento teve como marco o *Manifesto de Maio* de 1930. Neste documento Prestes oficializa sua posição comunista e se empenha em demonstrar seu distanciamento das reivindicações típicas do movimento tenentista. Um dos motivos da tensão criada com o partido foi à aproximação dele, neste meio tempo, com os trotskistas. Prestes se juntou a Mario Pedrosa e Aristides Lobo para a criação da LAR (Liga de Ação Revolucionária). Uma organização de vida curta, que o Cavaleiro da Esperança ajudou a construir, pensando ser uma instituição que teria a função de auxiliar o PCB. A atitude estampava o desconhecimento do líder da Coluna-Prestes sobre as agruras entre o PCB, que se “stalinizava”, e os trotskistas.

Mas, ao contrário do que acontecia com o PC brasileiro, o PCA esteve nesse momento mais presente na vida de Prestes. É através deste partido que ele ganhou a simpatia do BSA-IC (Bureau Sul-americano da IC). Após mudar-se para o Uruguai, Prestes e a família passaram por dificuldades financeiras. Diante desta situação, as lideranças do BSA o convidam a viver na URSS. Assim, em 1931, parte com a mãe e as irmãs, seu núcleo familiar, para conhecer o comunismo mais de perto. Era um autoexílio, já que com a chegada de Vargas ao poder em 1930, todos os tenentes revoltosos foram anistiados. Antes de partir, Prestes escreve mais um manifesto caracterizado por uma declaração de princípios comunistas e pela adesão ao PCB. Mas o partido brasileiro só vai aceitá-lo anos depois, após a imposição da IC<sup>8</sup>. Na URSS permaneceu até 1934, trabalhando como engenheiro e sofrendo com a escassez de todo tipo, devido aos problemas de produção das primeiras décadas da URSS. Em solo russo recebeu instruções “marxista-leninistas”, promovidas por um Comintern já dogmatizado pelo stalinismo.

---

<sup>8</sup> Manuiski (Responsável pelos PCs Latino-americanos na IC) mandou verificar a correspondência do PCB e viu que os comunistas brasileiros mantinham uma oposição intransigente à entrada de Prestes no partido. Mostrando-se contrariado, deu um soco na mesa e disse: “Telegrafem! Que publiquem imediatamente que Luís Carlos Prestes é membro do PCB! E assim se fez” (VIANNA, 2007, p. 120).

Ao entrar no PCB em 1934, Prestes e alguns remanescentes do tenentismo vão intensificar esta interpretação vulgar de um marxismo-leninismo, esterilizado na dogmática stalinista. Contudo, paradoxalmente, a entrada de Luís Carlos Prestes proporcionou ao PCB um crescimento e uma visibilidade até então inexistentes promovendo, além disso, não só sua nacionalização como também uma substancial transformação do quadro de militantes.

A adesão de Prestes teve consequências profundas para o futuro do PCB. Com ele vieram os militares que posteriormente assumiriam posições de comando no Partido, produzindo essa mistura de stalinismo e tenentismo que caracterizou o PCB nos anos subsequentes. A adesão dos jovens militares aumentou a influência dos elementos de “classe média” na liderança do Partido, diminuindo a participação dos elementos de origem popular ou operária, muitos dos quais vinham do anarquismo. No entanto, não foi apenas a composição da liderança comunista que foi afetada pelos militares. Até então, o PCB, apesar dos seus esforços no sentido de participar da “grande política”, lançando candidatos e propondo alianças com outros setores de Esquerda, não passava de uma pequena seita clandestina que tinha sua atuação voltada principalmente para os trabalhadores urbanos, procurando implantar-se nos sindicatos e influenciar uma intelectualidade jovem e sem prestígio nas altas rodas. Com Prestes e os militares, e a formação da Aliança Nacional Libertadora, o PCB estendeu sua influência às camadas intermediárias da sociedade brasileira, à *intelligentsia* e a outras personalidades políticas e culturais de prestígio (RODRIGUES, 1991, p. 371).

Em meados dos anos 1930 o PCB viveu dois momentos marcantes de sua história, a entrada na já existente ANL e a sequência de peripécias que culminariam no Levante Comunista de 1935. Mas, antes destes acontecimentos, o que marca o momento do PCB é o seu isolamento político diante das significativas mudanças da sociedade brasileira. Isto porque, a direção formada após 1929 não conseguia formular instrumentais analíticos para atuar de forma mais objetiva na realidade do país. As diretrizes da IC e o perfil obreirista dos líderes eram os motivos da falta de capacidade interpretativa. A formação das *frentes únicas de massa* ficava na retórica, sem conseguir alcançar a sensibilidade da classe operária. Por conta disto, o partido passou à distância da “Revolução” de 1930, de Getúlio Vargas, da “Revolução Constitucionalista” de 1932 em São Paulo, da formação da ANC (Assembleia Nacional Constituinte), entre outros acontecimentos.

Esta condição só foi se alterar quando a AIB (Ação Integralista Brasileira)<sup>9</sup> intensificou suas ações e começou a ganhar espaço no país, e a Lei de Segurança Nacional aumentou a repressão aos movimentos populares e às greves no governo Vargas. Em 1935, para combater a AIB, o PCB se alia a uma frente democrática ampla, a ANL, formada por grupos políticos que até então eram criticados pelo partido. Entre estes grupos estavam tenentes descontentes com o governo, operários, intelectuais, políticos liberais, entre outras forças. Em comum havia a luta internacional contra o fascismo, o combate às ações da AIB no Brasil e a repulsa às violentas repressões da Lei de Segurança Nacional.

A ANL foi o remate de um processo de acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Sua articulação aconteceu ainda em meados de 1934. O grupo majoritário que formou e conduziu a instituição era composto pelos tenentes dissidentes da Revolução de 1930. Ou seja, seus realizadores eram os mesmos homens das revoltas dos anos 1920, mas a correlação de forças havia se alterado no país e o programa da ANL era mais abrangente. Neste novo cenário o antifascismo e o anti-imperialismo ganharam espaço entre as reivindicações.

Legalmente a ANL durou somente quatro meses, de março a julho de 1935, tendo sido fechada por Vargas após o discurso de Luís Carlos Prestes, conhecido como *Todo Poder à ANL*. Neste pequeno intervalo, os aliancistas haviam crescido muito, conquistando 1.600 núcleos pelo país, com considerável entusiasmo popular, demonstrado em inúmeras ocasiões. Entretanto, o seu fechamento, com base na Lei de Segurança Nacional, aconteceria sem nenhuma reação daqueles que seus líderes diziam representar.

O distanciamento, mesmo entre as palavras de ordem *nacionalistas e democráticas* da direção da aliança, e a consciência operária, era ainda muito grande. A ANL conseguiu mobilizar o povo e colocara muita gente nas ruas, mas eram movimentos de protesto imediatistas, luta contra os odiados e provocadores bandos integralistas ou simples manifestações entusiásticas, onde o protesto veemente e radicalização verbal não implicavam qualquer atitude consequente. A “vontade revolucionária das massas” não ultrapassava

<sup>9</sup> A partir da obra de Trindade (1979), é possível compreender o integralismo com um movimento sócio-político de inspiração fascista, que tem seu auge nos anos 1930. Fundado por Plínio Salgado (o chefe), sob influência de Miguel Reale e Gustavo Barroso, entre outros intelectuais, o movimento se organiza como partido na AIB (Ação Integralista Brasileira), e atua legalmente entre 1932 e 1937. Neste movimento, pregava-se o nacionalismo exacerbado, o partido único, o culto ao chefe, o corporativismo como representação política, a propriedade privada, o anticomunismo e o antiliberalismo, a conduta hierárquica e disciplinar, que se refletia na simbologia do movimento, e o Estado militarmente forte. Seu principal lema era: “Deus, Pátria e Família”.

esse nível. Além do mais, a ANL entusiasmava principalmente as camadas médias urbanas, de fácil radicalização e frequente inconseqüência. A classe operária, evidentemente, simpatizava com a aliança e lastimou seu fechamento, mas foi apenas isso (VIANNA, 2003, p. 56-57).

Quando da polêmica comum na literatura sobre o PCB de que foi este o responsável pela sua criação, a mesma autora argumenta:

Francisco Mangabeira, uma das personalidades de maior destaque da Aliança, assinante de seu manifesto de lançamento e ligado à UJC, afirma que o papel do PCB na fundação da organização não foi sequer de importância, até porque os comunistas eram insignificantes, do ponto de vista político (entrevista a autora)...Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), membro da direção do PCB naquela ocasião, confirma que o partido não foi o criador da ANL. Muitos dos seus membros participaram das reuniões que discutiam a formação da frente, mas a verdade, diz Bangu, é que quando a direção do partido voltou de Moscou já a encontrou praticamente formada: “O que nós fizemos foi apoiá-la” (entrevista à autora). Isto torna-se bastante evidente numa nota publicada na imprensa partidária, em 24 de janeiro de 1935 – e que nem mesmo mereceu a primeira página ou qualquer destaque no jornal -. Intitulada: “Por que apoiamos a Aliança Nacional Libertadora” (VIANNA, 2007, p.144).

Na construção do cenário que levou ao levante de novembro, além da atuação da ANL, houve outros acontecimentos que contribuíram para o desfecho insurrecional. Talvez o mais importante seja a renovação do quadro de dirigentes do PCB. Foi em meados de 1933 que o CC(Comitê Central) do PC brasileiro sofreu uma reestruturação. Este fato aconteceu por intervenção do BSA-IC, que via que os rumos adotados pela direção “proletária” acabariam por arruinar o PCB. Neste momento ascendeu ao CC, Lauro Reginaldo da Rocha, o “Bangu”, José Carlos Machado, Elias da Silva (André), Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, entre outros. Este foi o grupo dirigente que esteve em Moscou no fim de 1934 para o VII Congresso da IC. Na relação da influência da IC com a ANL, é importante lembrar que o Congresso só aconteceu em julho de 1935, quando os aliancistas já estavam na ilegalidade.

Por conta da estadia dos comunistas latino-americanos em Moscou, que lá estavam para a realização do VII encontro da IC, deu-se antes a III Conferência dos Partidos Comunistas da América Meridional e do Caribe. É neste encontro que acontece a propagação de que a situação brasileira era propícia para uma insurreição. É Miranda quem está no posto de secretário geral quando do desfecho do levante em novembro de 1935. Foi ele o principal responsável por transmitir na capital soviética uma situação

exagerada de que o país vivia um momento pré-revolucionário e o PCB influenciava e controlava os militares, operários e camponeses.

A segurança com que Queiroz (codinome de Miranda no encontro em Moscou) desfiou, na Conferência, dados minuciosos e informações detalhadas sobre a situação brasileira – falando correntemente em francês, idioma que Manuilski e outros dirigentes da IC compreendiam – impressionou profundamente tais dirigentes, tendo para isso contribuído, certamente, o desconhecimento então existente sobre a América Latina e, em especial, o Brasil. Queiroz afirmava, por exemplo, que havia uma “profunda crise revolucionária no Brasil”, exagerando o diapasão das lutas camponesas “pelo país todo”, assim como das lutas do proletariado. Referia-se a uma crise “terrível” no país e dizia que os cangaceiros “conclamam à luta, unificam todos os miseráveis, que lutam por pão, pela vida. (PRESTES, 2006, p. 3-4)

Esta descomedida euforia da falsa realidade sobre o Brasil motivou inclusive Luís Carlos Prestes quando ele ainda estava em Moscou. Sua volta ao país deve-se muito ao efeito de seu encontro com o CC e, principalmente, à atuação de Miranda. De fato, as rebeliões continuavam acontecendo nos quartéis, ainda que em proporções menores. O governo Vargas não conseguia realizar as condições propostas pelo movimento tenentista. As inquietudes sociais aumentavam, dentro dos quartéis e no movimento grevista. Contudo, estes aspectos ganharam proporções dramáticas quando da véspera dos acontecimentos de novembro de 1935.

Outra condição que contribuiu para os equívocos que levaram ao desfecho de 1935 foi o crescimento do partido no meio militar. O PCB mantinha um Comitê Antimilitar, criado em 1929, ainda sobre as ordens de Astrojildo e Brandão, com o intuito de preparar os operários para um possível levante. Este comitê, conhecido como Comitê Antimil, infiltrou-se entre os soldados e não sofreu com os problemas internos do PC, no fim dos anos 1920. Ele se tornou o braço do partido dentro dos quartéis e, ao contrário do que acontecia no meio operário, conseguiu promover o crescimento do PCB junto as Forças Armadas. O prestígio de Prestes e o desencanto com os caminhos tomados pelo governo Vargas foram fundamentais para o seu crescimento. A ampliação do número de militantes pecebistas entre os oficiais ajudou a alimentar o otimismo insurrecional da direção do partido. Porém, o caráter conspirativo comum nas Forças Armadas atrapalhava a transmissão das informações. O que realmente acontecia nos quartéis deturpava-se até chegar ao CC.



A ilegalidade da ANL fez com que esta ficasse reduzida basicamente ao PCB. Sob a liderança dos comunistas, com a parca estrutura da ANL e iludido por um etéreo ambiente de motim, se desencadeou em 23 de novembro o Levante Comunista, conhecido pejorativamente como *Intentona Comunista*. Primeiro em Natal, através do 21º Batalhão de Caçadores, que tomou o governo estadual por uns poucos dias. Depois, dia 24, aconteceu em Recife, no 29º Batalhão de Caçadores. Neste conflito os amotinados conseguiram resistir por três dias. No dia 27 foi a vez do Rio de Janeiro, com o 3º Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação Militar. O primeiro se levantou sob o comando de Agildo Barata e o segundo sob as ordens de Agliberto Vieira de Azevedo. O resultado dos conflitos foi de fracasso e derrota para os comunistas (DULLES, 1985).

As ações sequenciais do governo Vargas foram à implantação do Estado de Sítio e a prisão de vários aliancistas e comunistas. Prestes foi preso em março do ano seguinte, junto com sua companheira Olga Benário. Até meados de 1937, as principais lideranças aliancistas e comunistas estariam presas e sentenciadas. Muitas delas haviam passado pelas torturas do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) do governo Vargas. No desenrolar das ações repressivas, a figura do chefe de polícia de Vargas, Filinto Müller, um conhecido admirador do fascismo se destacava.

São por demais conhecidos os horrores praticados pela polícia de Vargas-Müller contra os revolucionários presos: as torturas que levaram Harry Berger à loucura, assassinatos de presos políticos, deportações, a entrega de Olga Benário e Elise Berger à Gestapo para serem assassinadas – uma grávida de 7 meses e a outra barbaramente torturada – e o aniquilamento moral daqueles que não suportando a tortura contaram à polícia coisas que ela desconhecia. Os crimes, de responsabilidade direta de Filinto Strubing Müller, eram de pleno conhecimento de Getúlio Vargas, dos ministros de Estado e da alta cúpula militar que não só os aprovava como incentivava esse tipo de ação (VIANNA, 2007, p. 358)

Os anos que se seguiram às revoltas de novembro de 1935 intensificaram a repressão política no país e abriram espaço para o desmonte das liberdades democráticas. Dois anos depois das insurgências comunistas, o Brasil conheceu o regime varguista do *Estado Novo*. Contudo, não se pode creditar à “Intentona Comunista” a principal causa da ditadura de Vargas. Na verdade o que havia era um “caldo de cultura” política da qual a sociedade brasileira estava mergulhada e que se contradizia com a carta constitucional (de características liberais) de 1934. “Há muitos

indícios de que desde a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a 10 de novembro de 1933, Vargas começara a preparar-se para continuar no poder” (VIANNA, 2007, p. 354).

Os pecebistas remanescentes que escaparam do cerco de Vargas-Müller não conseguiram dar regularidade às ações do partido. Sua atuação partidária foi demasiadamente limitada, com ações isoladas em alguns Estados, sob a orientação de comitês regionais. Em 1939, no último momento de repressão aos comunistas, consolida-se a destruição do pouco que havia sobrado de sua direção, deixando-os “acéfalos”. Até 1943, o PCB praticamente inexistiu como partido organizado, ainda que tenham se mantido alguns focos de agitação, com um ou outro membro atuando isoladamente. (SEGATTO, 1981, p. 42).

## 2 DO RENASCIMENTO NA MANTIQUEIRA À MORTE DE STALIN

A *Conferência da Mantiqueira* foi o evento reorganizador do partido e o momento do *start* desta outra fase dos comunistas. Realizada em 1943, ainda no Estado Novo e, portanto, clandestinamente, foi a segunda conferência da história do PC brasileiro e, de tal encontro, saiu a linha política que levaria os pecebistas à legalidade de 1945 até 1947. Novos dirigentes<sup>10</sup> políticos foram eleitos, com Luiz Carlos Prestes sendo aclamado como Secretário Geral, mesmo estando na penitenciária. A principal diretriz que surgiu no encontro foi a necessidade de formação de uma frente nacionalmente ampla, em torno do governo e contra o fascismo: *a União Nacional*. O empenho do partido deveria ser o de compor com vários setores da sociedade brasileira uma organização pró-aliados na II Guerra Mundial. Ainda que o assunto da “frente” fora consenso na Conferência, dela saiu vencedor um grupo contrário à tendência de militantes que defendiam o término do PCB, os chamados liquidacionistas<sup>11</sup>. Este grupo reivindicava o fim do partido como demonstração de boa vontade e de sacrifício dos comunistas diante da necessidade desta frente ampla. Uma verdadeira prova de não provocação para com a classe dirigente.

A organização da Conferência foi, então, impulsionada pela pressão que os liquidacionistas exerceram sobre o futuro do partido. No desenrolar do processo, foi estabelecido o apoio quase incondicional ao governo de Getúlio Vargas. A anuência ao outrora algoz dos comunistas se justificava pela ajuda do Brasil à União Soviética, um dos países aliados da guerra. Isto porque as tropas de Hitler já estavam em território russo, colocando em perigo o “baluarte do socialismo e da paz”. É importante frisar que o apoio a Vargas limitava-se à questão da guerra. Neste cenário, o PCB seria parte importante do movimento de democratização, na medida em que o número de seus militantes cresceu expressivamente, tendo destacada atuação na luta contra a ditadura. Quando finalmente conseguiu sua legalização, em 1945, esse fluxo de crescimento continuou forte, sendo beneficiado pela pujança de suas ações e comícios, pela

---

<sup>10</sup> Segundo Ramos (2014) o novo Comitê Central do PCB, a partir de sua reorganização na *Conferência da Mantiqueira*, ficava composto por: Luiz Carlos Prestes, Diógenes Arruda Câmara, Pedro Pomar, José Medina Filho, Jorge Herlein, Mauricio Grabois, Amarílio Vasconcelos, Francisco Gomes, Leivas Otero, Julio Cesar, Sergio Holmos, Lindolfo Hill, Dinarco Reis, José Militão Soares, Armênio Guedes, José Medina Azevedo, Milton Cayres Brito, Ivan Ramos Ribeiro, Mário Alves, Celso Cabral, João Amazonas, Álvaro Ventura, Carlos Marighella, Claudino José da Silva, Abílio Fernandes, Agostino Dias de Oliveira.

<sup>11</sup> Ver “Conferência da Mantiqueira” disponível em Carone (1982a, p. 234).

expressiva atividade de imprensa, contando então com oito jornais diários<sup>12</sup>, e por uma significativa presença entre os intelectuais (LAHUERTA, 2014).

Em 1945 ocorrem eleições gerais, marcadas pelo esgotamento do Estado Novo varguista e, também, pelo momento democrático que o término do conflito mundial proporcionou. Mesmo com pouco tempo de campanha, neste pleito o PCB elegeu 14 deputados federais<sup>13</sup> e Prestes para o Senado, representando o Distrito Federal. Os 15 comunistas formaram a bancada do PCB na Constituinte de 1946. Nas eleições estaduais e municipais de 1947 a projeção do partido se confirmou, fazendo muitos políticos em âmbito local. Era a primeira vez na história do partido que os comunistas atuavam na vida institucional do país.

## 2.1 O Período Luminescente

Concomitantemente à novidade da via parlamentar, o partido crescia também no movimento sindical. Com o momento liberalizante da política do país, os sindicatos aumentaram e, junto a eles, a atuação dos comunistas neste meio. Isso refletiu, inclusive, no número de filiados, que saltou de uma centena em 1942 para três mil no ano seguinte, 50 mil no ano de 1945 e, em 1946, chegou a quase 200 mil<sup>14</sup>. Em sua maioria eram intelectuais, além dos operários dos principais centros urbanos do país, que se organizavam nas comissões de fábrica ou se aproximavam do PCB pela sindicalização. Neste processo, os pecebistas tentaram criar e se empenharam em controlar as intersindicais. O MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), uma intersindical, foi sua principal experiência deste momento. Sendo assim, o partido passou a privilegiar dois flancos de atuação, a “grande política” e o movimento sindical. Conquanto, a relação entre essas duas áreas, circundada pela linha política da União

---

<sup>12</sup> Segundo Segatto (1981) os jornais são *A Tribuna Popular* no Rio de Janeiro; *Hoje* em São Paulo; *O Momento* na Bahia; *Folha do Povo* em Pernambuco; *O Democrata* no Ceará e *a Tribuna Gaúcha*, no Rio Grande do Sul.

<sup>13</sup> Conforme disponível em Braga (1998), os demais eleitos foram: Carlos Marighela (BA); Batista Neto (DF); João Amazonas (DF); Maurício Grabois (DF); Agostinho de Oliveira (PE); Alcedo Coutinho (PE); Gregório Bezerra (PE); Abílio Fernandes (RS); Alcides Sabença (RJ); Claudino Silva (RJ); Caires de Brito (SP); Jorge Amado (SP); José Crispim (SP); Osvaldo Pacheco (SP). Deve-se somar a este quadro a considerável votação ao seu candidato a presidente, Yedo Fiuza, um engenheiro não comunista que conseguiu obter 10% do total de votos.

<sup>14</sup> Para o crescimento dos filiados ver Segatto (1981, p. 48). Para o tempo de campanha, segundo Santana (2001, p. 48) foram apenas 15 dias.

Nacional, foi tensa e complexa. A conexão entre as duas formas de atuar – *meio político e meio sindical* – seria a tônica do partido neste breve período de legalidade.

Para entender essa tensão, é preciso lembrar antes que o espectro de um Comintern stalinista era a grande referência dos comunistas. A União Nacional, surgida na Conferência da Mantiqueira e que, de certa forma, levava os comunistas a legalidade, continha em seu bojo a interpretação de um Brasil semifeudal. Essa visão se respaldava nas leituras sobre os países coloniais e semi-coloniais que orientavam o movimento comunista internacional desde o VI Congresso da IC (1928). Por trás da proposta de uma política de União Nacional havia uma premissa mais profunda e que implicava um apoio implícito à burguesia do país: a de que para desenvolver as forças produtivas de uma nação “atrasada” seria necessário cumprir a etapa de uma revolução de tipo “nacional-libertador” ou “democrático-burguês” enquanto antecessora ao socialismo. Esta questão pode ser compreendida, por exemplo, ao analisar um texto de Prestes, escrito em 1981, por ocasião do 59º aniversário do partido, em que ele classifica essas medidas a partir da ideia de “desvio de direita”. Mas, o que nos interessa no artigo é o reconhecimento por seu autor de que as teorias da IC exerciam grande peso no partido, com o prolongamento desta influência por décadas.

Negando o caráter capitalista da economia brasileira, aplicávamos mecanicamente e esquematicamente em nosso País as **Teses** para os países coloniais e semicoloniais aprovadas pelo VI Congresso da Internacional Comunista. Isto está expresso com bastante clareza no Manifesto de 5 de julho de 1935, onde, estranhamente, a uma estratégia de direita, porque negava que já se realizara no País a revolução burguesa, adotávamos, simultaneamente, uma tática "esquerdista". Mas é nos documentos da Conferência da Mantiqueira, de 1943, e nos elaborados a partir de 1945, que se torna mais claro ainda o caráter oportunista de direita da estratégia que adotávamos (Luís Carlos Prestes, 1981, site).

Na literatura crítica sobre o PC brasileiro, a aceitação da tese de que seria necessário realizar uma revolução de caráter burguês e democrático para desenvolver as forças produtivas e depois se atingir o socialismo foi caracterizada a partir da ideia de *etapismo*. E mesmo que o Comintern, seu instituidor, tivesse deixado de influenciar diretamente o PCB desde 1934, a influência teórico-ideológica dessa tese perduraria por um longo período, beneficiada pela vigência do sistema de culto à personalidade e de eliminação da divergência das ideias, que ficou conhecido como stalinismo. Vianna (2007) argumenta que se é certo que o Comintern prevaleceu sobre as especificidades

dos PCs nacionais de 1924 até 1934 (isto muda a partir do VII Congresso da IC em 1935), entretanto, o legado stalinista nos PCs nacionais, em especial ao PCB, continuou no pensamento dos comunistas para além de 1934, marcado de forma profunda pela “vulgata dogmática, mecanicista e eivada de subjetividade”.

Assim, o período da legalidade é marcado por ações político-partidárias do PCB guiadas pela questão latente da União Nacional, junto com a preocupação do fantasma da perseguição e do banimento. Isto refletiu na forma como o partido lidou com o movimento sindical. Os comunistas atuaram neste período, muitas vezes, a favor da “ordem e tranquilidade”, orientando os trabalhadores a “apertarem os cintos” contra a falta de comida, porque o momento não era para as agitações. O PCB chegou a evitar greves, e tendendo a conciliação, minimizava atitudes parlamentares agudas. O objetivo era o de “a partir *de fora* se credenciar para a obtenção do bilhete de entrada nas grandes disputas pelos destinos do país...o partido acabou por tentar instrumentalizar sua relação com o movimento dos trabalhadores nesta direção” (SANTANA, 2001, p. 28). É possível verificar esta linha de atuação em um documento do partido intitulado *Os comunistas e a luta pela democracia*, de 7/8/1945:

A democratização do país reclama eleições livres e honestas e, portanto, um ambiente de **ordem e tranquilidade**. Sabemos, no entanto, que isto não depende de nós, da política dos comunistas e das atividades dos Comitês Populares. Depende particularmente do próprio governo, da rapidez com que souber se adaptar à democracia, se refazer com figuras de prestígio popular e, assim, enfrentar com coragem os problemas mais imediatos, inspirar confiança a Nação e liquidar todas as causas de desordem e guerra civil (CARONE, 1982b, p. 55-56, grifo nosso).

Diante dos operários, a prática era a mesma, como se nota em um discurso de Prestes proferido em Recife, no dia 26/11/1945, pedindo que os trabalhadores “apertassem a barriga”:

Partido do proletariado, partido ligado à classe operária, o Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranquilidade. Mostrava e dizia aos operários: é preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações, porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos atravessando só interessa ao fascismo (VINHAS, 1982, p 116).

Como efeito das medidas “conciliatórias”, o ano de 1945 apresentou baixo índice de greves, sendo oito no total entre São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, não

demorou muito para que o cenário mudasse. No ano seguinte houve o aumento das paralisações, colocando os comunistas em uma situação de “encruzilhada”. O estímulo para as greves passou a ser a crescente politização e subjugação das demandas econômicas dos operários, que buscavam suas reivindicações mais imediatas, diante de um cenário que se agudizava devido à inflação, desemprego, etc. Um caso exemplar foi o da greve dos trabalhadores da Light, empresa de energia elétrica de São Paulo. Os trabalhadores deste ramo haviam conquistado o direito de um abono de natal ainda no governo Vargas, mas o direito foi cancelado pelo presidente interino José Linhares. Por esse motivo, a greve dos eletricitários cresceu, espalhando para outras empresas de energia em diversos Estados. A atitude do partido foi contraditória, pois, em sua imprensa, por exemplo, afirmava-se a justiça da greve, mas alertava-se os trabalhadores para que tomassem cuidado com os “provocadores, inimigo do povo”. Isso refletiu na relação da direção do PCB e da sua militância. No dia-a-dia do partido foram muitos os momentos de tensão entre direção comunista e base sindical (SANTANA, 2001, p 45).

Sobre a atuação na via político-institucional, Santana (2001; 2003) esclarece que existiu uma correlação entre a “encruzilhada” sindical e o dilema por qual passou os parlamentares comunistas. Isto porque, apesar da desvantagem numérica, a bancada comunista tentava propor projetos alternativos aos dos setores conservadores. Neste sentido era um grupo com característica combativa. Contudo, o nó que envolvia a “ordem e tranquilidade”, encontrava em seu centro a necessidade dos parlamentares do PCB em representar institucionalmente a classe. Assim, o desempenho dos deputados comunistas na Constituinte foi um misto de cautela e avanços às demandas dos trabalhadores. E, ainda que reforçasse, a todo momento, seu compromisso com a manutenção da ordem e a garantia dos direitos democráticos, o PCB era visto como um corpo estranho<sup>15</sup> ao sistema político. Para o que contribuía não só sua posição ideológica, mas também a origem social de seus representantes no Congresso Nacional: dos 15 eleitos, 9 eram operários. O espaço da representação legislativa – deve-se lembrar – fora exclusivo das elites até aquele momento. Assim, a relação conflituosa entre o PCB e o Congresso seria potencializada pelo quadro de políticos conservadores que se formou na Constituinte de 1946; nesse contexto o partido continuava sendo visto como o representante do “fantasma” do comunismo, voltado à desordem, à indisciplina,

---

<sup>15</sup> O PCB era a quarta maior bancada da constituinte, atrás apenas do PSD – Partido Social Democrático, com 151 deputados e 26 senadores; UDN – União Democrática Nacional, com 77 deputados e 10 senadores e o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, com 22 deputados e 2 senadores (BRAGA, 1998).

pronto assim que tivesse chance a desestabilizar e virar a mesa do jogo. Compreende-se que o primeiro pedido de cassação do partido tenha sido feito por um parlamentar, em março de 1946, apenas alguns meses depois das eleições.

De forma resumida, Santana (2001; 2003) problematiza que uma das características marcantes do PCB deste período seja, de fato, a sua postura conservadora no parlamento e no movimento sindical. Nesse sentido, reduzi-lo a um instrumento de conciliação de classe – postura muito frequente em boa parte da literatura que trata do PC neste momento – seria induzir ao erro. Assim, para ele:

(...) se buscou instrumentalizar o movimento dos trabalhadores no sentido dos interesses partidários, o PCB não logrou fazer isso da forma que queria. Este processo sofreu injunção, desvios e alterações oriundos seja da resistência interna, seja das pressões externas experimentada pela organização. A implantação das linhas políticas definidas pelo partido não se deu, portanto, de forma lisa e direta; antes, se realizou de forma negociada e perpassada por uma série de condicionantes tais como: cenário político geral e o quadro de alianças e competição travadas pelo partido dentro e fora do meio sindical, bem como as resistências estabelecidas pelos trabalhadores e/ou pela própria militância comunista (SANTANA, 2001, p. 21).

Completando a construção do panorama do partido dos anos da legalidade, Brandão (1988, p. 156) argumenta que o PCB esteve bem mais próximo de “um movimento do que um partido; a ele adere quase toda a intelectualidade mudancista e disputa com a União Democrática Nacional as lideranças das entidades que a reorganização da precária sociedade civil da época havia gerado”. O autor enfatiza, como se nota, os limites do pecebismo apontando que se trata de “outro” partido, ou de uma “refundação” do de 1922. Neste sentido, Gorender (2003) apresenta elementos para que se possa compreender a riqueza e a complexidade da atuação do PCB na conjuntura do pós-guerra, ao relatar que:

O período de vida legal de 1945-1947 foi **luminescente**, assinalado pelo êxitos eleitorais. Mas se tratava de brilho enganoso, que disfarçava a sustentação fracamente estruturada nas massas operárias e a penetração insignificante no meio camponês. Do ponto de vista da influência política efetiva, o PCB era, então, residual. Já no período 1958-1964, converteu-se numa organização com capacidade decisória, apesar da quase ausência de expressão eleitoral, uma vez que não conseguiu recuperar o registro de partido legal (GORENDER, 2003, p. 50, grifo nosso).



Sobre as condições objetivas que levaram o PC brasileiro à legalidade, Carone (1982b) explica que apesar do susto com o desempenho eleitoral e do crescimento entre os operários, a classe dirigente do país não podia deixar de reconhecer a importância do PCB no processo democratizante. Os comunistas brasileiros eram associados ao esforço da União Soviética no conflito europeu. “A época de intolerância e incompreensão parecia distante e tudo levava a crer que dentro do atual sistema democrático brasileiro houvesse lugar para a participação da esquerda comunista” (CARONE, 1982b, p. 5).

Mas os “ventos mudaram” e a conjuntura internacional se alterou com o início da Guerra Fria. Em tal acontecimento proporcionou o começo da perseguição aos comunistas no mundo todo. No Brasil, o governo Dutra rompeu relações diplomáticas com a URSS e a cassação do registro do PCB aconteceu em maio de 1947<sup>16</sup>. O comunismo se tornou, a partir deste momento, o inimigo nº 1 do país, que deveria ser combatido “pela força ou com sofismas”. No julgamento contra a legalidade do PCB no TSE (Tribunal Superior Eleitoral)<sup>17</sup>, por exemplo, foi alegado que o partido representava uma organização soviética e não brasileira, que utilizava símbolos estrangeiros (foice e martelo) e que havia estimulado conflitos entre as classes sociais, através de greves e manifestações. Os deputados Barreto Pinto do PTB, junto com o advogado Himalaia Virgulino foram os autores da acusação. Com a ilegalidade, os mandatos dos deputados e do senador do partido são cassados; seus jornais depredados e fechados; a UJC (União da Juventude Comunista) ligada ao partido tem seu funcionamento suspenso; suas sedes são fechadas e seus arquivos apreendidos. Além disso, o Senado aprovaria uma lei que demitia todos os funcionários suspeitos de serem comunistas. O Ministério do Trabalho decretou o fechamento da CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil), uma intersindical que estava sob influência do

---

<sup>16</sup> “Ao abrir-se o processo judicial de cassação do seu registro de partido legal, a direção do PCB não levou a sério. Prestes, em particular. Um mês antes do julgamento, o secretário-geral fez uma conferência para militantes comunistas na Casa do Estudante e ali tranquilizou os presentes (entre os quais me encontrava): a cassação era inviável, o processo judicial partia de inexpressivo grupelho fascista, a burguesia progressista não tinha interesse em tamanho disparate etc. Diante de tão autorizada apreciação, a militância do PCB se acomodou nas tarefas rotineiras e deixou de promover uma campanha de protestos de massa contra a cassação...No futuro, a repetição dos prognósticos calamitosos se revelou uma especialização de Prestes.” (GORENDER, 2003, p. 23)

<sup>17</sup> No site do TSE há uma seção para “julgamentos históricos”. Nela consta o desfecho do caso em uma espécie de autocrítica. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro#4>. Acesso em 25 fev 2015. A resolução que caça a legalidade do partido está disponível na íntegra em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>. Acesso em 25 fev 2015.

PCB, além de intervir em centenas de sindicatos. Vários líderes sindicais e militantes pecebistas são presos. Entre eles Gregório Bezerra, que foi acusado de atear fogo no 15º Regimento de infantaria, sediado em João Pessoa, Paraíba, distante cerca de mil quilômetros do lugar onde ele estava quando do incêndio (Segatto, 1981, p.58-59).

## 2.2 O hiato

Com a ilegalidade inesperada, o PCB sofreu transformações que o levou para o momento mais sectário de sua história. Na literatura sobre o partido, este hiato temporal é conhecido como o período “esquerdizante”. Trata-se do recorte que vai do fim dos anos “luminescente” e conciliadores (1947) até a sua fase de maior auge, iniciada no fim dos anos 1950. Este ínterim foi marcado pelo isolamento do partido diante das forças políticas do país e pela postura político-ideológica radical. O marco que consolida a mudança desta fase radicalizada se expressa na orientação política adotada em 1958, com a publicação da Declaração de Março.

Este intervalo teve, portanto, a duração de mais de uma década e seu desfecho só pode ser compreendido quando associado a variáveis independentes ocorridas no Brasil e no campo internacional. No cenário nacional, os principais fatores foram às adversidades causadas pela volta da ilegalidade, intrincados pela propaganda anticomunista que se propagou no país, fruto da Guerra Fria. No panorama mundial, a criação do Cominform (Agência de Informação dos Partidos Comunistas), em 1947, teve profundas influências nas decisões internado do PC brasileiro, pois a organização retomava em muitos aspectos o caráter dirigente da antiga IC, inclusive com a manutenção do mandonismo de tipo stalinista.

Por três importantes documentos internos do PC brasileiro pode-se compreender a forma consubstanciada com que se deram as ações esquerdizantes. Em 1948, o partido lançou o *Manifesto de Janeiro*. Em agosto de 1950, veio à tona o *Manifesto de Agosto*. Sendo este último a elaboração mais acabada do primeiro e o documento que marcou efetivamente as ações dos comunistas. Por último, sem muitas

alterações ao Manifesto de Agosto, foram estabelecidas as diretrizes oriundas do *IV Congresso*<sup>18</sup> do PCB, em 1954, vinte e cinco anos após o último encontro congressual.

No primeiro documento o partido fez uma autocrítica, classificando o período da ordem e da tranquilidade como sendo marcado por “desvios de direita”, estimulado por “ilusões reformistas”. Além disso, o texto apontava para o governo Dutra e Vargas como traidores e submissos ao imperialismo estadunidense (Vargas, a partir de 1950, quando retorna à presidência pela via eleitoral). Com o documento de 1950, se consolida a linha política que orientaria os comunistas em suas ações práticas nos próximos anos, tornando-se sua principal referência até a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. No texto, no lugar de uma União Nacional (proposta da Conferência da Mantiqueira, em 1943) se propunha a constituição da FDLN (Frente Democrática de Libertação Nacional). Esta “nova frente” postulava que a direção e o protagonismo principal dos processos sociais caberiam ao proletariado, mas dela deveriam participar militares, servidores públicos, intelectuais, pequenos comerciantes, pequenos proprietários rurais, camponeses e demais forças progressistas. Desta forma, o Manifesto de Agosto continha um horizonte imediatamente revolucionário, apelando para a insurreição com vistas à “imediata libertação do Brasil do jugo imperialista”, conduzida por um “exército popular de libertação nacional”. Esta força deveria substituir o regime político caracterizado como uma “ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo” por um “governo revolucionário”, formado pela frente de libertação nacional, com a classe proletária no comando, sendo conduzida pelo “seu” partido (SEGATTO, 1995, p. 36-37).

Quando comparada com a frente de União Nacional do período decorrido, a diferença estava no grau das correlações de força. Isto porque a FDLN aspirava uma aliança não tão ampla como havia sido a anterior. Contudo, a despeito da linguagem bastante radicalizada, nela se reproduziam alguns dos limites da proposta de União Nacional, pois se mantinha em essência o conjunto de elementos do “etapismo”, presente nas proposições dos PCs desde o VI Congresso da IC, em 1928.

Essa nova formulação objetivamente alterava o leque das alianças, que deixava de ser tão amplo. Isso fazia com que o partido se voltasse para

---

<sup>18</sup> Os três documentos estão disponíveis em: Manifesto de Janeiro de 1948 (CARONE, 1982b, p. 72), Manifesto de Agosto de 1950, cujo título original é “Frente Democrática de Libertação Nacional” (CARONE, 1982b, p. 108-112) e sobre o IV Congresso do PCB ver (CARONE, 1982b, p. 126-136; VINHAS, 1982, p. 158-163).

composições políticas que privilegiassem o proletariado, o campesinato e os setores da pequena burguesia, além de, marcadamente, buscar uma ação independente de classe. Portanto, a nova direção política buscava centrar sua política nos segmentos subalternos da sociedade civil, no sentido de construir uma hegemonia alternativa. Evidencia-se também a disposição do partido em estruturar a Frente Democrática de Libertação Nacional, o que irá caracterizar claramente a disposição da formação de um *bloco político marcadamente de classe*, sob comando do proletariado e composto por seus aliados, principalmente as camadas médias (MAZZEO, 1999, p. 75).

Ainda segundo Mazzeo (1999), o que se tem de originalidade suscitado por essa linha política é a interpretação da posição subalterna do Brasil no reordenamento da economia mundial. Ou seja, os pecebistas passaram a explicitar as alterações das formas de exploração do monopólio internacional no pós II Guerra, que se caracterizou pela busca de custos de produção mais baixos. A consequência foi que as nações ditas imperialistas passaram a controlar os mercados internos dos países subordinados. Com isso, o desenvolvimento capitalista estava coadunado à subordinação dos monopólios internacionais. Entretanto, aponta o autor, o que continuava prevalecendo nas construções analíticas eram suas limitações ocasionadas pelos ditames do etapismo. Por exemplo, a aceção dos rearranjos do Brasil na economia mundial, contido no Manifesto de Agosto, em nada alterava a visão dos “restos feudais” da sociedade brasileira.

Conforme Segatto (1981, p. 66) e Konder (1980, p.93-94), na prática, as ações advindas do Manifesto de Agosto isolaram o PCB politicamente, refletindo, inclusive, na queda do número de filiados. Dos quase 200 mil militantes de 1946, o partido passou para pouco mais de 20 mil no começo dos anos 1950. No meio sindical, com a revolução no horizonte, a “greve pela greve” foi incitada a qualquer custo e os sindicatos existentes, em sua maioria controlada pelo Estado, foram duramente combatidos. Em contrapartida, o partido estimulou a criação de instituições paralelas, intervindo nas comissões de fábricas, nas células de base e na criação de Associações similares aos sindicatos.

A expectativa de uma revolução iminente fez com que na cultura do partido se acreditasse que algumas manifestações de maior vulto fossem uma espécie de prelúdio da insurreição. Foi assim que o PCB interveio nas revoltas rurais de Porecatu, em 1951, no Paraná, e em Trombas e Formoso<sup>19</sup>, a partir de 1954, em Goiás. Com o

---

<sup>19</sup> Para as revoltas de Porecatu e as de Trombas e Formoso, demais conflitos rurais dos quais os comunistas estiveram envolvidos, ver Martins (1995).

mesmo teor se aproximou de revoltas como as ocasionadas pela falta de alimento devido à seca no nordeste, onde ocorreram muitos casos de saques a mercados. A redução do PCB só não foi maior “graças às suas campanhas de massa, em defesa da paz mundial, contra a ameaça de uma guerra atômica, no plano internacional, em defesa do nosso petróleo, contra os trustes, no plano nacional” (KONDER, 1980, p. 94).

Foi no meio sindical e de forma antecipada ao campo político, que começaram as alterações que poriam fim a postura esquerdizante. Isto é o que aponta Santana (2003, p.174-176), que argumenta que as portas fechadas para a luta institucional fizeram do movimento operário a prioridade dos comunistas<sup>20</sup>. No entanto, o isolamento sindical incomodava as bases, devido às experiências positivas das alianças vividas pelos militantes no período da legalidade. Junto a este contexto, o PCB começou a crescer novamente entre os operários, por força da tática de valorizar as necessidades mais imediatas dos trabalhadores. Ou seja, os pecebistas estimulavam as paralisações por reivindicações tais como: aumento de salário, melhores condições de trabalho, luta pela carestia, etc. Em resumo, o resultado foi certo crescimento do apoio dos operários ao partido. Este quadro criou dentro do PCB uma contradição entre a linha política, “que ia mal”, e os avanços que obtinha junto ao movimento operário. Esse tensionamento fez com que a direção do PCB, ainda em 1952, elaborasse um Ativo Sindical que, de certa forma, cedia às pressões das bases e estimulava os pecebistas a disputar a direção dos sindicatos legais, com a possibilidade de pactuar com outras forças a direção dessas organizações. Com isso, os comunistas se aproximaram dos *trabalhistas* varguistas reunidos no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)<sup>21</sup>. Os trabalhistas controlavam a maior parte dos sindicatos legais do país até aquele momento.

---

<sup>20</sup>Vinhas (1981, p.129) relembra que “O subjetivismo e o sectarismo dessas concepções haviam levado o partido a uma fragorosa derrota nas eleições de 1950...conseguiram eleger, com muita dificuldade, um deputado federal pelo Distrito Federal, Roberto Morena, pela legenda do PRT, um deputado estadual em Pernambuco, Paulo Cavalcante, pela legenda do PSD, ambos homens com muito prestígio político, e três vereadores no Distrito Federal”.

<sup>21</sup> Sobre o PTB e o Trabalhismo, Gomes (2002, p. 5-7) argumenta: “O PTB nascera de e para Vargas ainda no Estado Novo, e se afirmara nas eleições de 1945 com Vargas. Tendo como sua principal base de apoio a máquina sindical montada durante os 1930/40, o PTB ultrapassara em muito o PCB, devido basicamente a seu líder carismático. Contudo, o partido encontrava-se conturbado e cindido. Se era uma realidade através das urnas, era quase uma ficção em termos organizacionais. Contudo, além dos eleitores, tinha dois poderosos trunfos: o getulismo e o trabalhismo... a definição do que seja trabalhismo foi e continua sendo bastante polêmica e disputada. Na verdade, ele tem sido associado a sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a autoritarismo e até mesmo, a comunismo e a democracia social”.

Esta situação tensionada passou a um novo patamar com o suicídio de Vargas, ocorrido em agosto de 1954, em meio ao ambiente golpista, que marcava a cena política brasileira. Isto porque Getúlio, que voltara à presidência eleito em 1950, sofria forte pressão de grupos nacionais e estrangeiros antagônicos a sua linha política, que faziam carga o tempo todo para desestabilizá-lo. Nas palavras de um protagonista à época:

Novamente no poder, tendo como bandeira a industrialização do país, cria condições que permitem maior penetração do capital estrangeiro e dos monopólios; liberaliza gradativamente os sindicatos e joga com a política de “paz social” entre o capital e o trabalho, que permite forte incremento da taxa de mais-valia. Adota algumas medidas avançadas: resiste à assinatura do Acordo Militar Brasil - E.U.A., denuncia a violação da lei de remessa de lucros, tenta garantir o monopólio estatal do petróleo através da criação da Petrobrás, sob pressão do mais vigoroso movimento político de massas do período, e consolidar a siderurgia nacional. Não cede à pressão norte-americana de mandar tropas à guerra da Coreia, em plena “guerra fria”, e vez por outra ensaiava críticas a “poderosas forças estrangeiras”, identificadas com o embaixador do EUA no Brasil, James Scott Kemper implicando na conspiração golpista que iria levá-lo ao suicídio (VINHAS, 1980, p. 128).

Sua carta-testamento denunciava esta ação dos “grupos imperialistas” e a pressão golpista. A comoção nacional, que marcou a reação das massas que foram às ruas, criou um imenso constrangimento à UDN (União Democrática Nacional), partido que congregava a maior parte dos antigetulistas. Mas, o mal-estar não foi exclusivo aos liberais conservadores, já que o desfecho traumático reverberou também nos comunistas, que até então rotulavam Getúlio como o chefe de um “governo de traição”:

Os comunistas, cujo jornal *Imprensa Popular* pedia a cabeça de Getúlio em manchete, são obrigados a operar um giro de 180 graus da noite para o dia e acompanhar as massas. A reação popular, mais uma vez, impediu a consumação do golpe. A crise política que se instaura no país, e o suicídio de Getúlio, em particular, abrem um novo capítulo na história do país. Mas ainda não foi desta vez que a couraça ideológica que preservava os comunistas do contato com a realidade será rompido. A julgar pelos procedimentos e resultados do IV Congresso do Partido, que teve lugar menos de três meses após o suicídio de Getúlio...o impacto da crise política não logrou imediatamente abrir qualquer brecha na alienação reinante (VINHAS, 1980, p 133).

E foi sobre esse “clima” nacional que em novembro de 1954 os comunistas brasileiros realizaram o seu IV Congresso. Impregnado por uma espécie de “alienação reinante”, as diretrizes emanadas no congresso não surtiram a menor revisão

crítica da linha política do PCB sobre o mandato de Getúlio. Ou seja, não houve alteração em relação às orientações adotadas no Manifesto de Agosto de 1950. Também não houve nenhuma análise sobre o comportamento das massas diante do suicídio de Vargas. Na prática, o panorama da ação dos comunistas apontava que “O divórcio é nítido: a realidade caminhava para um lado e os comunistas para o outro. E a realidade era o capitalismo que se desenvolvia, a vida política que se complexificava e a classe operária que não aceitava a direção política do PCB” (VINHAS, 1980, p. 138).

### 2.2.1 Núcleo Dirigente

Um aspecto esclarecedor de como o IV Congresso do PCB não podia romper as amarras do Manifesto de Agosto de 1950, foi a forma arbitrária com que as teses foram discutidas e aprovadas. Para o congresso foram enviados somente membros ligados ao CC, devidamente escolhido pela direção. O resultado foi um programa partidário aprovado praticamente sem ressalvas. O caso mais emblemático foi o veto à participação de Gregório Bezerra, conhecido comunista pernambucano, ex-deputado Constituinte pelo partido, que mesmo eleito delegado para o Congresso fora vetado pelo “poderoso” número 2 do PC brasileiro, Diógenes de Arruda Câmara.

Torna-se lúcida a trajetória que os comunistas tomaram rumo ao sectarismo, quando dimensionado o papel do núcleo dirigente do PCB e a formação social de suas lideranças. Rodrigues (1991, p. 405) apresenta a composição da direção que ascende ainda na Conferência da Mantiqueira (1943) tendo como principais nomes, além de Arruda Câmara, Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois e Carlos Marighella. Estes eram de fato os regentes do partido, pois, Prestes, o número 1, se mantinha clandestino para se proteger de uma possível perseguição. Este isolamento de Luiz Carlos Prestes lhe distanciava do “alto comando” do PCB. Em contrapartida, essas lideranças tiveram grande responsabilidade na linha política estreita, que resultava em uma organização igualmente fechada, caracterizada por uma “Rarefeita capacidade de intervenção própria e autônoma na realidade, escassa democracia interna, práticas “mandonistas” de cima a baixo e um acentuado “servilismo” por parte dos dirigentes de alguns escalões” (VINHAS, 1980, p. 134).

Parte deste problema se ateve a uma condição muito frequente na história do partido: a troca contínua de suas lideranças. Isto refletia na não acumulação das experiências políticas ao longo do tempo. Deve-se lembrar que, desde o nascimento, a vida do PCB fora marcada por cisões e querelas pessoais. Além disso, o *turnover* da direção tinha outras causas, como as prisões dos dirigentes, o mandonismo, as recorrentes viragens de sua linha política. Nos anos anteriores ao breve período de legalidade, quase todos os dirigentes do partido tiveram uma carreira rápida e assumiram importantes postos na hierarquia partidária ainda muito jovem. Tinham em média 25 anos. Além da já citada herança anarquista, militar positivista e a origem classe média dos militantes comunistas, o problema se agravava pela falta de experiência política que marcavam essas atuações. Diógenes de Arruda Câmara e os demais comunistas do núcleo dirigente esquerdizante não eram diferentes. Apesar de apresentarem um pouco mais de experiência política do que os anteriores, os membros desse núcleo eram também oriundos dos setores médios e contavam com uma idade média entre 30 e 40 anos (RODRIGUES, 1991, p. 376).

Sobre uma questão polêmica, comum na literatura do partido, que associa as práticas mandonistas à origem socioeconômica da cúpula do PCB, Santos (1988) esclarece:

Muitos documentos oficiais e artigos oficiosos procuraram explicar a existência do mandonismo e do centralismo nos componentes de formação histórica do PCB, destacando-se o elemento pequeno-burguês e o atraso do país, que teriam germinado as formas caudilhescas de condução partidária, etc. Ao final da pesquisa, sem dúvida, reconhecemos nestes fatores certo peso específico, ampliador daquelas tendências, só que com isso não se ressalta que tais elementos adquirem uma materialidade bem específica – na estrutura partidária – e com bastante autonomia, que irá exercer uma determinação enorme na vida e mentalidade dos comunistas (SANTOS, 1988, p.268).

Completando esse argumento, Mazzeo (1999) considera como um agravante o fato dos dirigentes serem, à época, provenientes de famílias de profissionais liberais, de militares ou de famílias tradicionais falidas, não contando por isso mesmo com um aprendizado que os preparasse para a vida democrática e para a atuação institucional. “De certo modo, e ironicamente, o PCB pagou o preço imposto por uma forma de sociabilidade que ele, ao longo de sua história, buscou alterar” (Mazzeo, 1999, p. 81).



Entre o PCB e a *intelligentsia*, foi amplo o número de intelectuais que, ao menos uma vez, esteve ligado aos comunistas, geralmente na juventude. Foi o grupo que mais cresceu no partido depois de 1945. Entretanto, nenhum grande nome da intelectualidade brasileira chegou à cúpula da direção. Eles estiveram nas tarefas “transacionais na fronteira entre o mundo social externo e a máquina partidária”. O mesmo ocorreu com os artistas de renome. Foram várias as ocasiões em que tanto intelectuais quanto artistas disputaram eleições pelo partido ou por legendas “alugadas”, quando da ilegalidade. É o caso, por exemplo, de Graciliano Ramos, Cândido Portinari e Jorge Amado. É válido ressaltar que, este último elegeu-se deputado Constituinte pela Bahia. Contudo, apesar da penetração desses elementos de “classe média”, o PCB sempre contou com muitos operários em sua base e nos organismos intermediários, sendo até aquele momento o partido de esquerda com maior número das “classes populares” em sua militância (RODRIGUES, 1991, p. 434).

E se a “realidade caminhava para um lado e os comunistas para o outro”, o trabalho ideológico foi fundamental para “soldar” o hiato entre o programa e a realidade, nesse sentido:

No primeiro lustro da década de 1950, centenas de militantes passaram pelas escolas de quadros do Partido, onde faziam os famosos cursos “Stálin”, de trinta dias, e os cursos “Lênin”, de cem dias, e outros menores. Só na cidade de São Paulo, mais de 1000 operários passaram por um curso de oito dias. Outras centenas de pessoas estudaram a “teoria” alhures. O esforço “pedagógico” não era desprezível, mas todo o ensino era forjado a partir das idéias de Stálin, de sua interpretação do marxismo-leninismo, combinado “nacionalmente” com a política delineada pelo Manifesto de Agosto e pelo Programa do IV Congresso. Uma avaliação adequada do período, entretanto, não deve reduzir o fenômeno ideológico a uma mera imposição arbitrária de “cima para baixo”. Na verdade, o alinhamento automático em política, o monolitismo em teoria, a centralização global e a disciplina militarizada no “partido único” do proletariado compõem o “espírito da época” (VINHAS, 1980, p. 138-139).

Nos anos seguintes às diretrizes do IV Congresso do PCB, o “beco sem saída” em que se encontrava o partido distendeu-se com a relativa estabilidade democrática do governo Juscelino Kubitschek (1956-61). As *teses* do Congresso, que apontavam a “colonização crescente do país” para “conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas”, foram abaladas com a aceleração industrial contida no Plano de Metas, gerando um quadro de grande ambiguidade na ação dos comunistas.

Premiado pela realidade e pelos acontecimentos, ora o PCB assume a defesa da Constituição (mesmo com reservas), a importância das liberdades democráticas, das unidades amplas das forças democráticas e progressistas, a possibilidade de transformações nos quadros do regime vigente. Ora volta aos postulados anteriores, definidos no Programa do IV congresso, minimizando a política democrática, as alianças, deferindo e concentrando ataques ao “nacional-reformismo” ou alegando a impossibilidade de mudanças dentro da ordem vigente e propondo sua derrubada e substituição pelo “governo democrático de libertação nacional (SEGATTO, 1995, p. 42).

Entretanto, com a morte do Getúlio, os comunistas são forçados a rever suas posições e a reconhecer diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura. Isso os levou a considerar a possibilidade de construir uma frente bem mais ampla que a FDLN, distanciando-os cada vez mais do horizonte insurrecional. Em contrapartida, ganhou espaço entre suas fileiras a valorização crescente das liberdades democráticas como via privilegiada para conquistar as reivindicações populares. Este período pós-suicídio teria significado, portanto, o aprofundamento da “mutação” que levará à fase de maior presença do PCB no cenário político, à fase chamada de “Nova Política” (SEGATTO, 1995, p. 37).

### **2.3 A desestalinização e a “Nova Política”**

Foi preciso esperar a explosão liberadora do XX Congresso do PCUS para que a armadura stalinista rachasse por todos os lados. Saldando uma pesada hipoteca, ela reabria para os comunistas do mundo inteiro a discussão em torno dos caminhos possíveis da revolução e, principalmente, da questão da democracia e de seus vínculos com o socialismo. Neste sentido não foi o PCB que, à base de uma reflexão autônoma sobre a sua própria experiência, se capacitou para aproveitar positivamente as indicações dos comunistas soviéticos. Ao contrário, foi o impacto destruidor e criativo do XX Congresso que forçou os comunistas brasileiros a se debruçarem sobre si mesmo e a empreenderem um longo e tortuoso caminho em busca da realidade, de uma linha política a ela ajustada e, sobretudo, de uma concepção radicalmente diversa de fazer política. Tratava-se, assim, de uma verdadeira revolução cultural, cujos efeitos mais profundos, entretanto, só viriam a se manifestar ao longo do tempo. (VINHAS, 1982, p. 179-180).

O falecimento de Stalin, portanto, foi outra morte marcante na história do PCB. Ela aconteceu em 5 março de 1953, em Moscou. Após três anos da “saída de cena” do líder soviético, mais exatamente em fevereiro de 1956, foi possível a realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Foi neste evento

que Nikita Krushev, o futuro Secretário Geral da União Soviética, leu o *relatório secreto*. Pelo relatório foi explicitando as atrocidades cometidas por Stalin, em especial seu problema do “culto à personalidade”, o autoritarismo, o burocratismo, os crimes e outras ações do período stalinista.

Segatto (1995, p. 45-50) explica que o informe teve o efeito de uma “bomba” no mundo todo e em específico no MCI. Com muito constrangimento os comunistas receberam as notícias em estado de perplexidade. No Brasil o abalo se deu da mesma forma e, em decorrência disso, o PCB permaneceu em silêncio por meses a fio, enquanto os grandes jornais do país, a chamada imprensa burguesa, noticiaram o caso de modo intenso. A atitude dos pecebistas era um misto de “esperar a tempestade passar” e ganhar tempo para o planejamento de algo. Em julho do mesmo ano, voltou de Moscou o representante do partido no XX Congresso, Diógenes de Arruda Câmara. Ele confirmou a gravidade e a veracidade das notícias, mas, ainda assim, a direção do PC se manteve calada. Contraditoriamente, a imprensa do partido vinha publicando artigos e notícias sobre o assunto.

A revelia do CC, jornais pecebistas como *Voz Operária*, *Imprensa Popular*, *Notícias de Hoje* e *Folha do Povo* trataram do assunto de forma direta e objetiva, na maioria das vezes condenando as atitudes de Stalin. Nesses artigos havia o reconhecimento dos crimes do “Pai dos Povos” e eram apontados os problemas contidos no modelo de Estado Soviético, até então tratado como “baluarte da paz e da liberdade dos povos”. Nos periódicos dos comunistas brasileiros foram estampados textos de outros PCs, principalmente do PCI (Partido Comunista Italiano) e do PC francês, que provocavam os militantes brasileiros, fazendo das publicações agentes catalisadores das profundas mudanças que viriam a ocorrer no programa do PCB. Essas transformações eram caracterizadas por uma maior aceitação da questão democrática dentro do partido e pela preferência da via política face à insurrecional.

No início de agosto, sai a intervenção de Suslov, no Congresso do Partido Comunista Francês, em que afirma que “o socialismo é inconcebível sem a democracia política...Entre fins de agosto e meados de setembro, traduz e publica longa entrevista que Palmiro Togliatti dera à revista *Nuovi Argumenti* e seu informe preparatório do VIII congresso do PCI. Na entrevista, Togliatti coloca o problema do acúmulo, na União Soviética, de fenômenos de burocratização, de violação da legalidade, de estagnação e também, parcialmente, de degeneração, em diferentes pontos do organismo social. Além disso, diz, “a vida democrática soviética foi limitada, em parte sufocada, pela preponderância de métodos de direção burocráticos,

autoritários e pela violação da legalidade do regime”. Coloca, também, a questão da universalidade do modelo soviético e conclui que “não pode e não deve ser mais obrigatório”. A nova situação mundial e os novos problemas dela derivados obrigavam a se repensar o internacionalismo. “O conjunto do sistema tornou-se policêntrico e, no próprio movimento comunista, não se pode mais falar de guia único e, sim, de um processo que se realiza através de caminhos frequentemente diferentes”. Por fim, sugere que “das críticas a Stalin resulta um problema geral, comum a todos o movimento – o problema dos perigos de degeneração burocrático, do sufocamento da vida democrática, da confusão entre a força revolucionária construtiva e a destruição da legalidade revolucionária, do afastamento da direção econômica e política da vida, da iniciativa, da crítica e da atividade criadora das massas (SEGATTO, 1995, p. 48-50).

Além do mais, como se não bastasse toda a adversidade provocada pelo relatório Krushev, os comunistas brasileiros ainda tinham que lidar com a contradição entre as linhas orientadoras do seu “ultrapassado” IV Congresso, com as novas diretrizes do XX Congresso do PCUS. Isto porque, no encontro dos soviéticos, além dos crimes de Stalin, foram estabelecidas “as novas teses de Krushev sobre os avanços das ‘zonas de paz’, a necessidade de repensar a unidade com a social-democracia, e a clara admissão de caminhos diferentes para o socialismo” (SANTOS, 1988, p. 99-100).

Nos dois anos que sucederam às vicissitudes do relatório Krushev, o PCB vivenciou uma grave crise orgânica que resultou na formação de grupos internos. Com as publicações à revelia da direção, foram muitas as acusações via divulgação de cartas de militantes da base ou, até mesmo, através de reportagens. No centro das discussões estavam os problemas diretivos, orgânicos e ideológicos, contra a submissão às formulas advindas da URSS e contra a linha política adota nos últimos anos. Desse modo, entre 1956 e 1958, constituem-se três grupos internos principais que, segundo Segatto (1995, p. 63-65), podem ser caracterizados da seguinte forma:

- a) **Renovadores:** autodenominados “Sinédrio”, composto em sua maioria por intelectuais que trabalhavam na redação da imprensa comunista e em órgão do CC, como a UJC, comissões de agitação e propaganda, massas, etc. Eram liderados principalmente por Agildo Barata e, em síntese, reivindicava uma maior independência para os partidos comunistas do mundo, uma frente ampla que atuasse, primeiramente, contra o imperialismo norte-americano, com o intuito de desenvolver as forças produtivas da crescente indústria nacional,

compondo a aliança com a burguesia deste setor. A hegemonia deste pacto poderia estar com a burguesia e as transformações democratizantes deste processo abririam a possibilidade do socialismo. Isto porque a nova realidade do mundo, e do país, tornava viável o caminho da revolução pacífica, desde que a classe operária estivesse fortemente organizada para garantir as liberdades democráticas contidas na Constituição. As liberdades democráticas deveriam permanecer, inclusive, quando do advento do socialista, mantendo o caráter pluripartidário. Para este caminho o partido deveria imediatamente rever suas regras internas, coletivizando suas decisões e afastando os dirigentes comprometidos com o mandonismo.

- b) **Conservadores:** composto pelo “núcleo dirigente”, Prestes, João Amazonas, Mauricio Grabois, Carlos Marighella, e alguns dirigentes intermediários. Ainda que reconhecessem os erros oriundos da linha política e dos problemas internos do partido, foram defensores de preservar ao máximo o Programa construído com o Manifesto de Agosto de 1950/IV Congresso de 1954. Seus principais líderes foram os alvos das críticas ao mandonismo, ao sectarismo e ao dogmatismo.
  
- c) **Centro Pragmático:** este grupo se constituiu ao longo dos dois anos de debates internos. Inicialmente adotaram uma postura cautelosa, de críticas ao stalinismo e apoio a abertura dos debates. Seus membros mais destacados foram Giocondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender, entre outros. Ao longo das desavenças, mantendo uma postura cautelosa - *e com a adesão de Prestes mais a frente* - com seu prestígio consegue atrair parte dos renovadores (Zuleika Alambert, Armênio Guedes, Horácio Macedo, Roberto Morena, Francisco Gomes, entre outros) e boa parte dos conservadores (Marighella, Luiz Teles, Orlando Bonfim Jr., Apolônio de Carvalho e diversos militantes de postos intermediários).

O desenrolar deste processo, continua Segatto (1995, p. 65-72), é marcado em um primeiro momento pelo isolamento seguido de derrota dos renovadores. Com a decepção do desfecho das lutas internas, muitos dos renovadores que não se recompuseram no Centro Pragmático irão deixar o partido. É o caso de Agildo Barata. Em um segundo momento, o Centro Pragmático absorve as teses fundamentais dos renovadores, aquelas que antes haviam sido fortemente criticadas quando taxados de revisionistas e, em seguida, avançam contra os conservadores.

O fato da incorporação das teses dos revisionistas será fundamental para as transformações internas do PC. Isto porque, a discussão nacional começa a ganhar corpo no bojo dessas lutas internas. Assim, os dois grupos remanescentes, Conservadores e Centro Pragmático, aceitando parte das teses dos renovadores, passam a se empenham no esclarecimento de como participar da vida política e qual o papel do partido na formação de uma frente nacionalista de caráter amplo. Os Conservadores, minoria no partido e no Comitê Central, mas maioria nos cargos diretivos, reconheciam a necessidade de ampliar as alianças políticas. Contudo, apontavam por uma liderança hegemônica entre operários e camponeses dentro deste pacto nacional. O Centro Pragmático, maioria no partido e no CC, tendo Prestes ao seu lado, postulava contraditoriamente uma frente mais ampla. Nas palavras de Marighella “O nacionalismo deveria ser encarado, assim, como um movimento polarizador ou ‘um complexo de contradições’ entre a nação e o imperialismo, envolvendo e contagiando a maioria do povo brasileiro” (MARIGHELLA *Apud* SEGATTO, 1995, p. 68).

O desfecho dessa luta é a vitória do Centro Pragmático, consubstanciada pela intervenção de Luiz Carlos Prestes. A sequência dos acontecimentos é a renovação do núcleo dirigente do PCB procedente do grupo vitorioso. São rebaixados a cargos intermediários o “poderoso” Diógenes de Câmara Arruda e outros membros da Comissão Executiva, como João Amazonas, Maurício Grabois e Sergio Holmos. Sendo que, vale apontar, muitos destes irão compor os dissidentes que em 1962 dará origem ao PC do B (Partido Comunista do Brasil)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Em 1961, na perspectiva da ascensão que vivia e no anseio da conquista da legalidade, os pecebistas mudam de nome, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. No ano seguinte, o grupo composto por João Amazonas, Pedro Pomar, Mauricio Grabois, entre outros, que saíram enfraquecidos da crise do fim dos anos 1950, fundaram o PC do B, mantendo o nome “Partido Comunista do Brasil”. Diógenes Arruda, se junta a este grupo depois do golpe de 1964. Eles elegeram uma nova direção e formularam um programa político muito parecido com o **Manifesto de Agosto e com o IV Congresso**. Com o golpe, a partir de 1964, optaram pela luta armada (GORENDER, 2003, p. 37-38).

O novo grupo dirigente se empenhou, a partir de então, em elaborar uma nova linha política. A comissão que ficou responsável por redigir as novas orientações do partido foi formada principalmente por Giocondo Dias, Mário Alves, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba (SEGATTO, 1995, p 79). Dela saiu, em março de 1958, a declaração que deu início a uma próspera fase de crescimento do PCB e, também, o início da chamada *Nova Política*. Ainda que contivesse elementos significativos dos documentos anteriores (Declaração de Agosto de 1950/Programa de 1954) a *Declaração de Março* significou o fim do período esquerdizante.

Os renovadores, chamados revisionistas, cumprirão a função inovativa propriamente, na medida em que foram os responsáveis pelas mudanças parciais introduzidas na política do partido, e seu destino expressava então as reais possibilidades de transformação do PCB. O novo grupo dirigente, que desde então reivindica também a autoria da renovação partidária, segundo ele, iniciada com a *Declaração de Março* de 1958, por sua vez espelhará a capacidade reprodutiva de uma política ainda com eficácia na conjuntura, e também de um certo tipo de funcionamento interno, igualmente dotado de vitalidade suficiente para superar aquela crise (SANTOS, 1988, p. 270).

### 2.3.1 Declaração de Março de 1958

Publicada em março de 1958, a *Declaração sobre a Política do PCB*<sup>23</sup>, mais conhecida como *Declaração de Março*, significou o marco teórico-político da “nova política” dos comunistas, que passaram a se pronunciar claramente em favor do “caminho pacífico da revolução brasileira”, através de “reformas democráticas”. Nesta carta se enfatizava, entre outras questões, a emergência de um “capitalismo de Estado de caráter nacional” composto por um “elemento progressista e antiimperialista da política econômica do governo”. Ao analisar a política nacional, a Declaração de Março vislumbrava que se abria uma nova etapa na direção da “democratização e da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas” contra o ocaso da “tradicional influência conservadora dos latifúndios”. Duas contradições fundamentais estavam se encerrando na sociedade brasileira, a saber: “A primeira seria entre a ‘nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos’. A segunda, seria entre as ‘forças

---

<sup>23</sup>Publicado no jornal *Voz Operária*, 23/03/1958 (CARONE, 1982b, p. 176-196).

produtivas em desenvolvimento’ e as ‘relações de produção semifeudais na agricultura” (RODRIGUES, 1991, p. 428).

Com isso, o antagonismo entre o proletário e a burguesia não exigiria uma solução radical, pois “Nas condições presentes de nosso país – o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”. O caráter da revolução deveria estar em seu caráter anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática.

A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isso, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para adiante. Vem-se firmando, assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais (*Declaração de Março* In: CARONE, 1982b, p. 178-179).

Atrelada a esta “legalidade democrática” estavam:

Aos inimigos principais da nação brasileira se opõem, porém, forças muitas amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes. São forças, portanto, extremamente heterogêneas pelo seu caráter de classe, incluem desde o proletariado, que tem interesse nas mais profundas transformações revolucionárias, até parcelas das forças mais conservadoras da sociedade brasileira. A sua consequência na luta contra o imperialismo norte-americano não pode ser evidentemente a mesma, porém todas essas forças possuem motivos para se unirem contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. Quanto mais ampla for esta unidade, maiores serão as possibilidades de infligir uma derrota completa àquela política e garantir um curso independente, progressista e democrático ao desenvolvimento da nação brasileira (*Declaração de Março* In: CARONE, 1982b, p. 185).

Após as experiências do BOC nos anos 1920, da ANL de 1935, da “União Nacional” da legalidade e da FDLN advinda do Manifesto de Agosto/Programa



de 1954, o PCB iniciava uma nova perspectiva de frente ampla, consubstanciada na *frente nacional e democrática*, estruturada sobre os seguintes objetivos fundamentais:

- 1) política exterior independente e de paz; 2) desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; 3) medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; 4) elevação do nível de vida do povo; 5) consolidação e ampliação da legalidade (RODRIGUES, 1991, p. 428).

As linhas dadas pelo documento de 1958 foram ratificadas como resolução congressual dois anos depois, em setembro de 1960, com a realização do V Congresso do PCB. O encontro foi realizado às claras, sob uma legalidade *de fato*, pois o PCB já atuava a luz do dia havia dois anos. O Programa que dele saiu apresentou pouquíssimas alterações em relação à Declaração de Março. Além disso, nele o grupo dirigente que ascendeu nas lutas internas desencadeadas nos anos anteriores se reafirma nos cargos diretivos do partido<sup>24</sup>.

Entretanto, deve ter de antemão, que essas mudanças foram também marcadas, de certa maneira, por um “continuísmo”. Isto é, ainda que tenha fortes elementos renovadores, as novidades nos documentos orientadores do partido de 1958-60 continham muitos pontos de contato com a linha política anterior (Manifesto 1950/Programa 1954). É o que explica Segatto (1995), que traz a luz que essa conexão é marcada por uma contínua aplicação da relação da etapa democrático-burguesa antecedendo ao socialismo. Movidos pela “força dos fatos” sobre o desenvolvimento do capitalismo no país, os comunistas intensificam a valorização do papel modernizante da burguesia nacional, atendendo a seguinte sequência:

(...) o PCB imputaria um papel cada vez mais importante à burguesia nacional na etapa nacional e democrática da revolução...apesar de continuar sendo caracterizada como vacilante e conciliadora, tinha um papel de “força revolucionária”, pois tinha vocação democrática porque precisava da participação popular para derrotar o imperialismo e o latifúndio; tinha interesse no desenvolvimento nacional e autônomo, porque o imperialismo bloqueava a industrialização; era a favor da reforma agrária para expandir o mercado interno e aumentar sua capacidade de acumulação de capital (SEGATTO, 1995, p. 98-99).

---

<sup>24</sup> Para a Comissão Executiva do novo Comitê Central eleito no V Congresso foi boa parte dos militantes que compuseram o grupo do “Centro Pragmático”, são eles: Luís Carlos Prestes, Giocondo Dias, Mário Alves, Orlando Bonfim, Ramiro Luchesi, Carlos Marighella e Gerando Rodrigues dos Santos (VINHAS, 1981, p. 184).

Outro apontamento de vínculo com o passado feito por este autor versa a continuidade das noções de tática e estratégia contidas nas leituras estalinistas. Inspiradas no vocabulário militar, a estratégia visava vencer a guerra (socialismo), enquanto a tática se ocupa de episódios menores, como uma batalha, um combate, etc. Em perspectiva, a tática podia ser mais flexível, podendo variar mais a direita ou a esquerda, mas sempre condicionada a atender a estratégia. Dentro deste quadro, tendo esta relação tática/estratégia como parâmetro, a “nova política” passou a objetivar dois grandes temas: o *nacional* e a *democracia*. Assim, o elemento central tornou-se a “questão nacional”, enquanto que a “questão democrática” estaria a ela taticamente subordinada, relegada a um segundo plano. Sem obscurecer, nem desqualificar os aspectos inovadores da “Nova Política”, o PCB operou uma importante renovação, mas uma renovação de caráter conservador, onde os *elementos de conservação acabaram prevalecendo sobre os de mudanças* (SEGATTO, 1995, p. 100 grifo nosso).

Com a nova política o partido comunista volta a um fluxo de crescimento, mesmo sob as condições da ilegalidade jurídica, que lhe imperava a ausência do registro eleitoral. A partir daquele momento, o PCB voltou a ser uma organização de relevância na política do país. Seu crescimento lhe proporcionou um protagonismo diante dos processos decisórios da sociedade brasileira. “Em suma, a Declaração e o V Congresso simbolizaram um marco em uma nova fase liberalizante do pensamento dos comunistas. Um momento de inflexão e de ruptura qualitativa” (SANTOS, 1988, p. 99).

### 3. OS ANOS 1960: A DÉCADA LONGA

Sob o estímulo das mudanças advindas da conjuntura nacional e internacional, e beneficiando-se das perspectivas de ação abertas pela Declaração de Março, os comunistas se tornaram – às vésperas do golpe de 1964 – uma organização com maior capacidade decisória, passando a realizar suas atividades a “céu aberto”, numa situação de legalidade *de fato*. Este período marca o momento de maior poderio de sua história, confirmando-se assim como a principal força da esquerda de inspiração marxista do país (GORENDER, 2003, p. 22). Nessas condições, o PCB passa a movimentar-se com desenvoltura nas articulações da sociedade civil e política do país. Com isso, adquire uma influência na sociedade brasileira que extrapola em muito sua força orgânica e seu contingente numérico, passando a ter responsabilidades e papel de destaque nos principais episódios e acontecimentos do período em questão. (SEGATTO, 2003, p. 128).

Mais que um crescimento, a “virada” dos comunistas nos anos 1960 significou a consolidação da valorização da *política* como campo privilegiado de sua atuação. Isto é, houve uma ruptura com conceitos e formas cristalizadas de se pensar a ação, na medida em que os comunistas brasileiros se distanciaram do caminho *insurrecional*, que historicamente prevaleciam nas diretrizes dos partidos marxista-leninistas “stalinistas”. Ao optar pela defesa da via institucional, mesmo com o advento das agruras da ditadura alguns anos depois, os comunistas solidificaram a tradição das *frentes únicas democráticas* no Brasil. Esta postura “frentista”, necessário lembrar, seria fundamental para o enfrentamento e derrota do regime ditatorial imposto a partir do golpe de 1964. Ao findar a ditadura em meados dos anos 1980, o PCB conseguiria, enfim, a tão ensejada legalização. Contudo, como veremos, contraditoriamente, a convergência destes acontecimentos resultaria na pior crise orgânica da história do “partidão”, culminado no seu “desaparecimento” enquanto partido histórico no início dos anos 1990 com a fundação do PPS<sup>25</sup>. Entretanto, mesmo que o PC brasileiro não

---

<sup>25</sup>Em Janeiro de 1992, durante a realização do X Congresso do PCB, que aconteceu no Teatro Zócaro, em São Paulo, decidiu-se pela fundação do PPS e pela troca dos símbolos do partido. Neste mesmo encontro, uma dissidência de 600 militantes, entre eles 44 membros do CC, sendo 6 pessoas da Comissão Executiva Nacional, abandonam o X Congresso, por não reconhecê-lo como legítimo, devido a forma como os delegados foram eleitos (pessoas não pertencentes ao quadro de militantes do partido puderam ser escolhidos delegados). No mesmo dia, os dissidentes que deixaram o Congresso se dirigem para o Colégio Roosevelt, também em São Paulo, e realizaram a Conferência Nacional de Reorganização do PCB, almejando a seqüência das atividades do partido, sem a mudança de nome. Três anos depois, este

tenha conseguido concluir sua jornada, para autores como Segatto (1995, 2003, 2007) e Santos (1988, 1992, 2007), o traço democrático e autêntico dos comunistas brasileiros da fase 1958-1992 – chamado por eles de *pecebismo* – marca a melhor herança da “sinuosa trajetória” dos comunistas no Brasil.

### 3.1 Um partido de massa e um país polarizado

Mas no início dos anos 1960 não era somente o PC brasileiro que havia se transformado. A sociedade brasileira também se metamorfoseara estimulada pelo “desenvolvimento juscelinista”, que havia promovido a internacionalização e a definitiva incorporação das multinacionais na economia do país. Essa condição de avanço das forças produtivas, somada à manutenção da legalidade e da democracia, fez com que se espalhasse pelo Brasil um “caldo de cultura” democrático e renovador. O entusiasmo político chegava inclusive ao campo, com a organização dos sindicatos rurais e das Ligas Camponesas. Este ambiente favorável também se estendeu para o movimento estudantil, com a mobilização pela reforma universitária e a organização dos CPCs (Centros Populares de Cultura), realizados pela UNE (União Nacional dos Estudantes)<sup>26</sup>. Durante o período, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que havia sido criado em 1956, teria um papel decisivo, promovendo inúmeros ensaios sobre temas de Sociologia e História, provocando um grande impacto na intelectualidade brasileira. “Na verdade, o país atualizava-se e civilizava-se, procurando conhecer a si mesmo” (VINHAS, 1981, p.178).

O entusiasmo nacional se refletia também no campo da Cultura. A politização da sociedade e as transformações estruturais da economia se encontraram com uma arte politicamente engajada. Sobre esta questão Moraes (2011, p. 20-22) afirma que: “O “novo” era o povo. Um sentimento que animava a descoberta de caminhos para o país. Experimentar, nos laboratórios de ideias, outras poções mágicas”. Da Bossa Nova ao Cinema Novo, as experiências eram exitosas e originais. “Nós não queremos Eisenstein, Rossellini, Bergman, Fellini, Ford, ninguém”, escrevia Glauber

---

grupo dissidente consegue na justiça o registro definitivo do nome e dos símbolos do Partido Comunista Brasileiro, atuando até hoje na política brasileira sob a legenda de número 21. (MAZZEO, 1995)

<sup>26</sup>Para um estudo sobre o movimento estudantil e a composição política que comandou a UNE do período 1945-1964, ver: Mattos (2014).

Rocha, um dos ideólogos do Cinema Novo. Muitos dos artistas deste período vão participar das fileiras do PC. É o caso, por exemplo, do ator e dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha. No encontro entre o PC e o movimento artístico, a concepção do papel revolucionário da arte dava o tom dos debates que estimulavam os jovens artistas à militância, e assim:

Levar a cultura às ruas, morros e aos cafundós nordestinos, tudo rápido. Lembram-se do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes? Um escrete: Oduvaldo Vianna Filho, João das Neves, Cacá Diegues, Arnaldo Jabor, Ferreira Gullar, Leon Hirszman, João Pedro de Andrade, Carlos Estevam Martins, Carlos Vereza, Nara Leão, Carlos Lyra, Sergio Ricardo... Para uma seleta de dez metros quadrados, nos fundos do auditório da UNE, confluíam jovens atores, autores, cineastas, músicos e artistas plásticos, atraídos pela empolgante ideia de levar a produção cultural às classes subalternas nos subúrbios e na periferia. Passavam dias e noites ali, envolvidos em múltiplas tarefas para a popularização da arte. O CPC não escolhia meios de transportes: seus militantes deslocavam-se por caravanas, ônibus, carros, trens e caminhões. As peças teatrais, os filmes e os shows musicais eram apresentados em sindicatos, favelas, clubes, quadras de escolas de samba, praças públicas ou à entrada de estações rodoviárias e ferroviárias. O importante era ir onde o povo estivesse, com espetáculos que refletissem suas aspirações e necessidades mais imediatas. Os principais a denunciar eram o capitalismo, as elites gananciosas, o imperialismo, o latifúndio, a corrupção e a exploração dos trabalhadores pelo capital. O caminho dos artistas e intelectuais do CPC era o da “arte popular e revolucionária” (MORAES, 2011, p. 21).

Na conjuntura política do país, entretanto, o que mais marcou o momento pré-golpe foi a aguda polarização entre os campos de poder. Conforme Vinhas (1981, p. 176-196), esse processo se potencializou com os acontecimentos da sucessão de Juscelino nas eleições de 1960. Colocando em prática as diretrizes da Declaração de Março/Programa do V Congresso, os pecebistas apoiaram os candidatos indicados por Juscelino. Para presidente, o general Henrique Teixeira Lott, para vice-presidente, João Goulart (Jango). No caso de Goulart era uma reeleição, pois ele já ocupava o cargo de vice de Juscelino. Passado o pleito, os comunistas assistiram a vitória de Jânio Quadros, ligado aos conservadores da UDN, que, obviamente, colocaria dificuldades para as pretensões de legalidade dos pecebistas<sup>27</sup>. As expectativas dos comunistas

<sup>27</sup> Em agosto de 1961 o PCB enviou para o TSE o Estatuto e o Programa do partido com as alterações do nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro para fins de registro legal. “Ao substituir “do Brasil” por “Brasileiro”, pretendia-se obviar uma das alegações da cassação judicial de 47, a de que o PCB não era um partido *brasileiro*, mas a Seção do Brasil da Internacional Comunista. A substituição se mostrou inútil, uma vez que o TSE não se impressionou com a alteração nominal e negou o registro”. Deste ocorrido, um ano depois, é que surge a dissidência que daria origem ao PC do B. “De

concentraram-se em João Goulart – líder trabalhista – que venceu a eleição para vice-presidente, já que as candidaturas à presidência e à vice-presidência não eram vinculadas.

Após sete meses de governo, marcado por um acúmulo de contradições, Jânio Quadros renunciaria. A renúncia, ainda que obscura, indicava uma tentativa de golpe, alicerçada na crença de que os ministros militares, que substituíram Jânio Quadros, iriam preferi-lo a Goulart. A intenção de Jânio era o retorno apoiado nos militares, livre dos partidos e do congresso, já que nos poucos meses em que esteve no governo Jânio tivera problemas em realizar as alianças e os acordos políticos dentro Congresso Nacional. Contraditoriamente com suas expectativas de “voltar por cima”, se desencadeou uma tensão entre os conservadores e as forças populares. De um lado, corporificado nos chefes militares, estavam esses setores conservadores que não queriam a volta de Jânio, muito menos desejavam Goulart na presidência. De outro lado, consubstanciada na “cadeia da legalidade”, estava o bloco dos “setores populares”, que contava com o PTB, o PSD, com a Frente Parlamentar Nacionalista<sup>28</sup>, com cerca de 100 deputados, e com os militantes comunistas, costurando as alianças à esquerda do governo. Além dos partidos e parlamentares, outro apoio de impacto pró Goulart era o governador gaúcho, Leonel Brizola, que contava com o III Exército, baseado no Rio Grande do Sul. Apesar de garantida a posse de Jango como presidente, o desenlace dos fatos foi o aceite forçado do regime parlamentarista por João Goulart, quando Tancredo Neves do PSD e, depois, Brochado da Rocha, tornaram-se primeiros ministros.

Os acontecimentos que envolveram a eleição de Jânio Quadros e o desfecho de sua renúncia até a posse de João Goulart demarcaram um rearranjo das forças no poder. Esta movimentação promoveu novos e inéditos contornos no ambiente político do país, entretanto, esses fatos também apontaram para um descompasso entre:

---

imediatamente, no entanto, a cisão do PC do B teve pequena dimensão e não afetou o PCB, então em vigoroso ascenso político e orgânico”. (GORENDER, 2003, p. 38).

<sup>28</sup> Para Delgado (1994, p. 65-66) A Frente Parlamentar Nacional, formada em 1956, era composta por “parlamentares de vários partidos políticos, mas, na sua composição, a hegemonia ficava com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que contribuiu com 60% dos seus filiados. Além de petebistas também se entregavam a Frente Parlamentar Nacionalista políticos do PSD, da UDN e de partidos menores como o PSB... Em 1963, quando a polarização ideológica tomava conta do Parlamento e da sociedade civil, os dirigentes da Frente Parlamentar Nacionalista publicaram um termo de compromisso por meio do qual os integrantes da FPN se comprometiam a sustentar e a votar no Congresso projetos de leis relativos: à democratização do ensino e da cultura; à reforma agrária; ao abastecimento e custo de vida; ao desenvolvimento econômico independente e à política externa independente”.

O acelerado desenvolvimento do capitalismo que se internacionalizava, de um lado, e o avanço político das forças nacionalistas, de outro, indicam que a base sobre o qual está assentada a forma de dominação estatal no Brasil já não dá conta da nova realidade. Progressivamente, o país começa a se ver diante de uma disjuntiva, tendo de optar entre duas formas distintas de desenvolvimento capitalista, que se fará excluindo ou incorporando o povo – o conjunto das classes subalternas – no processo político e em seus benefícios sociais, através da ampliação da democracia ou contra ela. Mas a novidade, e a complexidade, dos **novos fenômenos antes confunde do que ajuda a compreensão imediata do que está ocorrendo**. (VINHAS, 1981, p. 185, grifo nosso).

No governo Goulart essa “confusa realidade” ganhou contornos ainda maiores, quando do aumento da abertura política. O fortalecimento da sociedade civil foi de tal proporção só comparável à época do pós-guerra. Todos os partidos políticos estavam atuando e as organizações operárias e sindicais cresceram e se espalharam pelo país. Até o fim do primeiro ano do mandato Goulart/Tancredo foram fundados a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). Junto a este contexto, o Governo Jango articulava, principalmente com a Frente Parlamentar Nacionalista, a implantação das *reformas de base*<sup>29</sup>.

A conjuntura liberalizante do país e a linha política ampla e flexível possibilitaram ao PCB um grande protagonismo, garantindo-lhe assim “algumas características de um verdadeiro partido de massas”. Entre a Declaração de Março e o golpe militar o partido chegou a 50.000 militantes. A coerência entre as diretrizes e as ações práticas “lhe evitou, em vários momentos, mergulhar no ziguezague tático e confuso de outras forças” (VINHAS, 1981, p. 191). Os comunistas influíram significativamente em diversos sindicatos de variados setores e regiões do país. Esta ação tinha como objetivo dotar o movimento sindical de uma espécie de “superestrutura política” que lhe permitisse mais agilidade em suas ações e a superação de seu corporativismo. Como resultado os comunistas conseguiram avançar e, de certo modo, combater as organizações ditas “pelegas” que atendiam à estrutura sindical oficial. Dentre estas entidades estava a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da

---

<sup>29</sup>As reformas de base pediam: “reforma agrária, controle e limitação da remessa de lucros para o exterior, ampliação das liberdades sindicais, reforma do ensino, principalmente universitário, reforma urbana, direito de voto para os analfabetos, soldados e marinheiros, revogação da Lei de Segurança Nacional, legalidade para todos os partidos, inclusive o PCB, política externa independente e um governo nacionalista e democrático”(VINHAS, 1981, p. 186). Sobre as características das reformas de base, Gorender (2003, p. 56) esclarece “A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista avançado.”

Indústria), reconhecida por ser um tradicional “feudo pelego”. Nesta instituição, por exemplo, os comunistas conseguiram conquistar a direção com a ajuda de aliados, principalmente a ala mais à esquerda do PTB, partido que mais cresceu neste período.

Mesmo sem o registro partidário, mas contando com os textos orientadores de 1958-60 mais infundidos dentro do partido, o PCB voltou a ter considerável resultado eleitoral nas eleições de 1962. Utilizando-se das legendas dos partidos legais, como o PTB, o PSD e o pequeno PST (Partido Social Trabalhista), o PCB elegeu: Marco Antônio Tavares Coelho, deputado federal pela Guanabara, Adão Pereira Nunes e Demistóclides Batista, deputados federais pelo Rio de Janeiro, Hércules Correa, João Massena e Sinval Palmeira, deputados estaduais pela Guanabara. Em 1963, elegeu para vereadores na cidade de São Paulo, Moacir Longo e Odon Pereira Silva (Vinhas, 1981, p. 189). Ademais, ainda em 1962, os militantes comunistas tiveram importante papel na vitória de Miguel Arraes para governador de Pernambuco, como se sabe um aliado do governo Goulart e um defensor das reformas de base. Nesta mesma eleição, com a ajuda fundamental dos comunistas, o PTB dobrou sua bancada no Congresso Nacional, passando de 66, em 1958, para 116 deputados, em 1962<sup>30</sup>.

Não obstante, a contra resposta ao aumento das forças populares se intensificou e fez recrudescer o antagonismo político do país. Os setores à direita empenharam-se em desestabilizar o governo Goulart e deter o avanço da esquerda. É neste momento que o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, personagem protagonista da morte de Getúlio, torna-se o principal nome da oposição. Junto a isso são fundados o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Essas instituições, pensadas e financiadas junto ao governo estadunidense, tiveram um papel de articulação contra o governo, unindo empresários e os militares, e sendo determinantes para o desfecho do golpe de 1964.

No meio rural a reforma agrária pretendida pelo programa de Jango era posta na ordem do dia. Na mesma proporção o movimento camponês se desenvolvia,

---

<sup>30</sup> Para uma maior clareza da disposição eleitoral pós-eleições de 1962 e da composição e crescimento do PTB, tem-se: O PTB “Assumia, assim, o segundo lugar (29,8%) na preferência popular (ficando) a poucas cadeiras do líder PSD (30,3%) e mais distanciado da arqui-rival UDN (23,4%). Os trabalhistas consolidaram sua base urbana e evidenciavam maior penetração nos Estados menos desenvolvidos e também no interior. O PTB se apresentava dividido em duas facções principais: o “grupo compacto” e o “grupo fisiológico”. Enquanto o grupo fisiológico estava mais próximo de um conservadorismo, o grupo compacto “negava a tradicional política clientelística desenvolvida pela ‘velha guarda’ petebista que controlava a burocracia sindical e a máquina na Previdência Social”. Os compactos tinham como maior estrela Brizola e Arraes e eram, portanto, mais próximos dos setores da esquerda nacionalista brasileira e, conseqüentemente, das reformas de base. (MORAES, 2011, p. 67)



polarizado pelas forças políticas em conflito. Diante deste contexto, a atuação dos comunistas no campo foi marcada, por um lado, pelo combate à fúria violenta dos latifundiários, que não mediam esforços para deter os revoltosos; por outro, pela concorrência de uma Igreja Católica que, naquele momento, era predominantemente reacionária. A disputa veio também de setores à esquerda, como a posição radicalizadora de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas no nordeste, que queria a reforma agrária “na lei ou na marra”. Esta postura, adotada por Julião, se chocava com as posições defendidas pelos pecebistas, que eram consideradas conciliadoras. Apesar de tudo, os comunistas conquistam importantes sindicatos, como o de Palmares, que abrangia 21 municípios da Zona da Mata pernambucana. Em âmbito nacional, a vitória mais importante dos comunistas no meio sindical foi a conquista da hegemonia dentro da direção da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), entidade que substituiu a ULTAB, em 1963.

### **3.2 Diversificação à esquerda, radicalização e crítica do reformismo**

As Ligas Camponesas de Francisco Julião não foram as únicas concorrências à esquerda que o PCB teve que se defrontar durante o governo Goulart. Neste ínterim, surgiram novas correntes que pretendiam dirigir o movimento dos trabalhadores e desafiavam o PCB no próprio campo marxista. Segundo Gorender (2003, p. 37-45) e Moraes (2011, p. 69-97), as demais esquerdas se apresentavam da seguinte forma:

- a) PC do B (Partido Comunista do Brasil), primeira grande ruptura com o PCB histórico, reivindicava o programa do IV Congresso dos comunistas brasileiros, a tradição estalinista e o alinhamento ao PC chinês e ao maoísmo<sup>31</sup>. Seus dirigentes e militantes consideravam-se os verdadeiros

---

<sup>31</sup>É preciso situar que as ideias do “timoneiro” da Revolução Chinesa, Mao Tse Tung, “mais que uma formulação ideológica própria, foi uma linha estratégica que, em certo momento, basicamente nos anos 60, foi entendida e de alguma maneira elaborada como uma concepção alternativa da totalidade do movimento operário ocidental e do movimento comunista internacional ligado ao partido comunista soviético” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 734-737). Diante do leninismo, a alternativa maoísta se completava com o advento do camponês como sujeito histórico revolucionário e o caráter voluntarista e subjetivo da revolução armada.

herdeiros do partido fundado em 1922, e recusavam as transformações ocorridas na linha política do PCB com a Declaração de Março;

b) o POR-T (Partido Operário Revolucionário Trotskista), organização que reunia a maioria dos militantes trotskistas e caracterizava-se por ser uma organização pequena, com pouca influência entre os trabalhadores, que se desprendia dos demais PCs por aspirar, entre outras coisas, a “revolução permanente” de Trotsky. Internacionalmente o POR-T era filiado à chamada “Quarta Internacional Posadista”, uma das dissidências da organização internacional fundada por Trotsky, que tinha como líder o argentino J. Posadas;

c) a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) também inspirada em Trotsky, mas sem o caráter ortodoxo dos que militavam no POR-T, era uma organização pequena, construída por jovens intelectuais do meio universitário e jornalístico, muitos deles advindos do PCB, principalmente depois das mudanças advindas da Declaração de Março. Esses intelectuais admitiam outros marxistas para além de Trotsky, como Rosa Luxemburgo e Bukharin, por exemplo;

d) a AP (Ação Popular), composta por uma maioria de estudantes católicos que se colocava à esquerda e pretendia atuar com autonomia com relação às posições oficiais da Igreja, combatendo a hierarquia católica que era hostil à politização esquerdizante. Aspiravam a um “socialismo humanista próprio”, que tentava se diferenciar do marxismo – pelo menos neste período – se referendando em pensadores católicos, tais como: Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques Maritain e o padre Lebreton. Na AP militavam também marxistas não religiosos, além de uma vertente protestante. Isto porque, desde o princípio, a organização se declarava não-confessional. Tiveram forte atuação no meio estudantil, presidindo a UNE entre os anos de 1961-64;

e) o Brizolismo também era uma corrente que se assumia como de esquerda e gravitava em torno do governador do Rio Grande do Sul, em virtude principalmente de sua atitude na “cadeia da legalidade” para garantir a posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros. Brizola e seus militantes tinham forte inserção nas massas de

trabalhadores urbanos, principalmente na região sul do país. Esta corrente se caracterizava por um nacionalismo pequeno-burguês e se diferenciava das demais pela quase ausência de conteúdo socialista ou inspiração marxista;

f) o PSB (Partido Socialista Brasileiro) atuava legalmente desde 1947, e tinha como características principais a postura reformista e a moderação. Apesar de possuir uma bancada reduzida, tinha presença ativa no Congresso, principalmente na defesa das reformas de base.

### **3.3 O Golpe e as influências teóricas dos grupos armados**

O declínio do governo João Goulart, paradoxalmente, tem como marco a vitória diante do plebiscito de janeiro de 1963, que restabeleceu o presidencialismo no país. Gorender (2003, p. 46-63) enfatiza que o resultado foi visto como uma verdadeira “reeleição” e, contraditoriamente, acabou ocasionando um efeito ilusório. Contrariando a perspectiva de afirmar um projeto nacional popular, pautado pela inclusão social e pelo aprofundamento da democracia, o país vivia uma grave crise econômica, na contramão da fase expansionista da economia capitalista mundial. Exatamente para tentar dar conta do processo recessivo e do descontrole das contas pública, o governo apresentou o Plano Trienal<sup>32</sup>, elaborado por Celso Furtado, Ministro do Planejamento, que previa medidas “amargas” para a estabilização.

Esse plano econômico foi proposto durante a campanha eleitoral do plebiscito, objetivando atrair as forças “burguesas” para a defesa do presidencialismo. No decorrer da disputa plebiscitária, Goulart omitiu das discussões o tema das reformas de base, passando a impressão de um governante oscilante e confuso, impressão que só se reforçaria até o desfecho do golpe militar. Em um primeiro momento, Goulart procura afirmar uma imagem centrista, distanciando-se de qualquer aproximação com o PCB e apresentando-se como uma opção melhor diante de Carlos Lacerda, por não ser

---

<sup>32</sup> Entre as medidas recessivas do Plano Trienal estavam “a ‘verdade cambial’, ou seja, a desvalorização do cruzeiro, com vistas ao incremento das exportações; o corte dos subsídios ao consumo de trigo e de derivados de petróleo; a elevação das tarifas de serviços públicos; a contenção do crédito e das emissões de papel-moeda; a disciplina de salários e preços” (GORENDER, 2003, p. 60).

“*nem extremista de esquerda, nem de direita*”. Com o insucesso das medidas do Plano Trienal e com a intensificação de ações conspiratórias por parte da oposição, Goulart assistiu à derrocada de suas pontes com os setores conservadores. Em uma manobra de 180°, voltou-se então para as reformas de base, com a intenção de ganhar as massas e dar prosseguimento a seu atribulado mandato. Nas palavras de Jacob Gorender (2003, p. 56), a “manobra e seu objetivo estavam bem dentro do estilo populista” e não foram capazes de impedir a articulação golpista que teve inúmeros focos, dentro e fora do país. De certo modo os golpistas passariam a contar com o apoio crescente da opinião pública, pois o governo não se mostrava capaz de estruturar um bloco de forças que pudesse colocar em prática o grau de ruptura que sua retórica propugnava.

Ante a ofensiva de Mourão, Goulart caiu sem resistência, não acionando seu dispositivo militar, que supostamente resistiria a iniciativas golpistas da direita. Teria tomado com facilidade o Palácio Guanabara, onde estava o governador Carlos Lacerda, que se defendia precariamente. Poderia ter dispersado as tropas de Mourão, através da ação de uns poucos aviões bombardeiros. Porém, pretendeu evitar uma “guerra civil”, ou apenas avaliou que seria inútil resistir. Saiu do país, mas antes mesmo disso perdeu o seu mandato. (FICO, 2012, p. 18)

Os outrora aliados nada fizeram contra o golpe. A iniciativa de luta faltou tanto às lideranças operárias quanto às nacionalistas. “*Todos ficaram à espera do comando do Presidente da República*. Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arraes, Julião e os generais nacionalistas” (GORENDER, 2001, p. 72).

De forma reduzida, Delgado (2004, p. 15-28) faz uma discussão acerca dos motivos do golpe, tipificando as análises já realizadas por importantes autores sobre o tema. A tipificação agrupa-os segundo o suporte teórico e empírico nos quais esses autores apoiaram suas construções interpretativas. Para essa autora, as condições que desembocaram no golpe de 1964 só podem ser bem compreendidas se considerarmos que “fatores inerentes aos tempos históricos de longa e curta duração se entrecruzam, conformando uma crise complexa, que não cabe ser interpretada através de qualquer tipo de esquema teórico preestabelecido...” (DELGADO, 2004, p. 26). Desta forma, diante de sua singularidade, para um entendimento adequado do golpe militar, deve-se considerar a necessidade de sintetizar as seguintes abordagens:

a) Aquelas que se centram nas condições estruturais e funcionais da realidade brasileira e é composta por nomes consagrados da intelectualidade brasileira, como, Fernando Henrique Cardoso, Otavio

Ianni, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira. Ainda que estes pensadores apresentem pontos divergentes, existem muitas convergências em suas observações. Como, por exemplo, a importância dada à industrialização tardia e à dependência, que geravam uma economia concentradora de renda; a denúncia da tradição agrária exportadora e a crítica do modelo político populista. Estes problemas teriam atingido um ponto crítico às vésperas do golpe, provocando agudos conflitos, e levando ao desfecho da solução autoritária para regulação dos mesmos;

b) Interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil militar. Nesta linha, a intervenção preventiva se daria, principalmente, para evitar possíveis e profundas transformações na economia e na política do Brasil, diante de um governo - Goulart - que titubeava entre as forças populares e as conservadoras. Entre os autores que seguem este caminho estão Florestan Fernandes, Caio Navarro de Toledo, e a própria autora, Luciana de Almeida Neves Delgado;

c) Caráter conspirador do golpe. Entram nesta construção interpretativa os autores que dão maior importância à interferência dos setores que se articularam pró-golpe, tais como: os militares anticomunistas (principalmente os ligados à Escola Superior de Guerra), parte expressiva do empresariado nacional, grandes proprietários de terra, setores conservadores da igreja católica, a UDN, o capital estrangeiro que tinham interesses no Brasil, a grande imprensa e as instituições como: CIA, IBAD e o IPES. Ao contrário das demais linhas, os autores que trabalham este panorama dão maior ênfase às condições conjunturais das conspirações, sem deixar de relacioná-las às profundas mudanças vividas pela sociedade brasileira na segunda metade do século XX. São depositários deste eixo comum: Moniz Bandeira, René Dreifuss e Heloísa Starling;

d) Radicalização Política. Esta linha defende que o movimento que se desdobrou em 1964 deve ser entendido dentro de um quadro essencialmente político e estaria vinculada à falta de compromisso institucional com a democracia. Esta atitude estaria presente tanto nas

forças de direita, quanto nas de esquerda. Compõem este grupo Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira. É necessário lembrar que, ainda que a esquerda tenha desprezado a democracia no pós-1964, os pecebistas atuavam em um sentido contrário à radicalização política. Assim, pelo menos no que se refere ao PCB, o pressuposto desta linha interpretativa precisa ser relativizado.

Por mais que seja complexa a elucidação das causas do golpe de 1º de abril de 1964, vale ressaltar que, a queda de Goulart aconteceu pela ação de forças políticas, civis e militares, que ao assumirem o poder estabeleceram outras diretrizes políticas para o país.

Foram eles os principais responsáveis pela interrupção da experiência democrática que caracterizou a conjuntura de 1945 a 1964, foram eles também os principais sujeitos históricos que reproduziram por vinte anos a prática autoritária e excludente, que caracterizou o tempo da ditadura do pós-1964 no Brasil (DELGADO, 2004, p. 26).

Com o golpe, houve um retrocesso das liberdades democráticas vividos no país nos últimos. A autonomia política da sociedade brasileira decaiu no mesmo movimento em que o regime ditatorial foi se impondo, inclusive com o aumento do aparato repressivo. Fico (2012, p. 72) defende que uma forma esclarecedora de compreender os anos seguintes ao golpe é verificar “a trajetória do surgimento, consolidação, institucionalização e decadência da linha dura”. Assim, a segunda metade dos anos 1960 seria o período de ascensão da linha dura, com a posse de Castelo Branco, classificado como moderado, mas que foi substituído dois anos depois por Costa e Silva, que era um expressivo membro “linha dura”. O vértice deste movimento seria o fim do governo Médici, em 1973, consubstanciado pelo “sucesso” do crescimento econômico do país, ocasionado pelo “milagre econômico”. Entre 1974 e 1985, o país seria governado por Ernesto Geisel (1974-1979) e por João Batista Figueiredo (1979-1985). Desde o golpe militar, mas, principalmente após o AI5, em dezembro de 1968, os opositores do regime foram perseguidos, com as liberdades sendo cerceadas, através de medidas repressivas e da utilização da tortura, envolvendo as então chamadas “comunidades de segurança e informações”. Neste último item, atuavam o SNI (Serviço Nacional de Informação), os DOI-CODI (Destacamento de

Operações de Informações – Centro de Operação de Defesa Interna), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), entre outros (FICO, 2012, p. 71-122).

A sequência desta “trágica” história consiste na censura de boa parte da sociedade civil, seguida da intensificação das torturas físicas e psicológicas nos “porões da ditadura”. Os grupos de esquerda foram os que mais sofreram com a repressão do governo, tornando-se os principais alvos dos seqüestros, prisões arbitrárias e assassinatos<sup>33</sup>. Como principal força entre as esquerdas marxista, o PCB sofreu as agruras da ditadura desde o início do golpe. Além dos problemas ocasionados pelas perseguições aos seus líderes, o PC brasileiro viveu uma crise interna sem precedentes na história. O que ocorreu foi uma sequência de defecções que resultou na saída de muitos militantes. Neste período, a maioria dos egressos do PCB deixou a organização por entender que o partido errara diante das manobras políticas e das alianças no momento pré-golpe. Além disso, houve acusações de inércia aos dirigentes pecebistas pela não reação diante da tomada do poder pelos grupos conservadores. Estes militantes fundaram organizações cuja singularidade foi a opção pelo caminho da luta armada. Este processo de ruptura interna não foi exclusivo ao PCB, sendo vivenciado por outras organizações de esquerda.

Até 1968 as cisões internas do PCB lhe causariam a perda de metade de seus militantes. Segundo Ridenti (2010, p. 30-32), as defecções foram fruto da falta de autocrítica profunda sobre os motivos dos acontecimentos de 1964, somada à insistência do partido em manter a mesma linha política de antes do golpe. As primeiras fragmentações pecebistas vieram do movimento estudantil na formação das DI (dissidências). As principais foram as do Rio de Janeiro, DI-RJ e a da Guanabara, DI-GB. Posteriormente, ambas se juntariam para formar o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro). Mas as principais cisões que atingiram da base à cúpula, foram capitaneadas por Carlos Marighela, com a criação da ALN (Ação Libertadora Nacional) e por Mário Alves, que daria origem ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Nas demais correntes as defecções seguiram um movimento semelhante. Do PC do B saíria, em 1967, o PCR (Partido Comunista Revolucionário), e o PC do B -

---

<sup>33</sup> Para maiores informações sobre as torturas, suas formas e consequências, ver o projeto/livro da Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: nunca mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Ala Vermelha. Depois, este último grupo daria origem ao MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e o MRM (Movimento Revolucionário Marxista). De 1972 a 1974 os que permaneceram no PC do B desencadeariam a experiência da guerrilha rural do Araguaia, mantendo-se distante das guerrilhas urbanas. A AP, ao trocar o cristianismo pelo maoísmo no início dos anos 1960, perdeu muitos integrantes para os vários grupos que faziam ações armadas urbanas. Os nacionalistas de esquerda formaram pequenas organizações, sendo a mais conhecida a MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Por último a POLOP, cujas cisões deram origem à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), ao COLINA (Comandos de Libertação Nacional) e a outras organizações que, em igual medida, também sofreriam cisões e rearranjos. Em 1967, os remanescentes da POLOP fundaram o POC (Partido Operário Comunista).

A maioria das correntes de esquerda que se mantiveram minimamente organizadas durante os primeiros anos do regime confluíram para a luta armada. Devem ser subtraídos desta relação o PCB e o “minúsculo” PORT. Para as demais, a inspiração às armas vinha de acontecimentos, tais como: a eclosão da Revolução Cubana, a presença de Che Guevara na Bolívia, a pujança e a derrota da Primavera de Praga, a explosão de Maio de 1968, a indignação com a Guerra do Vietnã, a rebeldia dos movimentos de contracultura, a Revolução Cultural Chinesa, entre outros.

Outro ponto determinante de influência para fomentar as correntes de esquerda foram as construções teóricas advindas das obras de Caio Prado Jr., cuja ligação com o PCB data dos anos 1930<sup>34</sup>. Nos anos 1960, Prado Jr. intensifica a reformulação das teorias que envolviam a esquerda, principalmente a chamada *teoria consagrada*, que faz menção ao caráter da revolução brasileira defendido pelo PCB. O historiador marxista faz uma espécie de “acerto de contas” com o partido, exposta em melhor medida no livro *A Revolução Brasileira*, de 1966. Os apontamentos de Prado Jr. recaíam sobre o método de análise da *teoria consagrada* que se iniciava na falta de um passado feudal no Brasil, e de todo problema que isso causava quando associado as suas origens nas teses do VI Congresso da IC de 1928. Teses que ainda “assombravam” o PCB.

---

<sup>34</sup>Caio Prado Jr. foi vice-presidente da ANL dos anos 1930, mas nunca ocupou um cargo de direção nacional no partido. Conforme Segatto e Santos (2007) o PCB não o reivindicava como seu autor clássico. No debate que antecedeu o V Congresso do Partido Comunista, em 1960, antes do golpe, portanto, Prado Jr. escreverá uma terceira tese bem divergente das apresentadas pelos “Pragmáticos” de um lado e pelos “Conservadores” do outro. Na sua versão havia muito dos pontos que depois foram explanados em *A Revolução Brasileira*, mas, nesta altura, Prado Jr. era voz isolada e, portanto, sem chances de vencer a batalha das ideias (SEGATTO, 1995, p. 92).



Trata-se, pois, em primeiro lugar, nesta nova fase em que nos encontramos, de reconsiderar atentamente, e sem convicções e atitudes preconcebidas, as circunstâncias em que se processa a evolução histórica, social e econômica de nosso país. E procurara aí, e não em esquemas abstratos desligados da realidade brasileira, as forças e os fatores capazes de promoverem as transformações econômicas e sociais iminentes na conjuntura presente. Bem como a natureza, direção e eventual ritmo dessas transformações. Trata-se em suma de reelaborar a teoria da nossa revolução, a fim de por ela acertadamente pautar a ação política da esquerda brasileira. Mas para isso devemos antes começar pela apreciação crítica das concepções teóricas até hoje consagradas e que, de maneira tão lamentavelmente errada, vêm inspirando as forças políticas renovadoras do nosso país (PRADO JR., 2012, p. 44).

Para Caio Prado Jr., a colonização do país se fizera estimulada por um capitalismo ibérico ainda que insipiente, dando ao Brasil uma origem essencialmente capitalista. A economia brasileira nasceu criada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado externo, compartilhando das mesmas relações econômicas que deram origem ao capitalismo. Para o autor, no meio rural o trabalhador não reivindicava a terra, mas melhores condições de trabalho, pois, aqui não existira a pequena propriedade feudal. A luta deveria ser ao lado dos trabalhadores do campo pela expansão dos direitos trabalhistas, entre outros, o que o PCB historicamente classificava como reformismo. Esta era uma das formulações teóricas divergentes entre o partido e o autor (RICUPERO, 2012).

Outro ponto central da ampla discussão que se deu entre a herança caiopradiana e o que estava consagrado na esquerda foi o caráter nacional da burguesia brasileira, que implicava na discussão do imperialismo. Devido a essa “origem capitalista” da formação econômica e social do Brasil, para o historiador não havia uma “burguesia nacional”<sup>35</sup>, industrial, que se opusesse à burguesia mercantil, agrária, aliada ao imperialismo. Essa condição refutava a premissa pecebista das amplas alianças com o lado progressista da burguesia nacional (REIS, 1999).

O diagnóstico de Caio Prado Jr. revelava que o país já era predominantemente capitalista, contendo em seu interior as classes sociais típicas do capitalismo: burguesia e proletariado. Mas era um capitalismo com características coloniais, por lhe faltar a alta tecnologia característica dos países desenvolvidos. Com isso, os avanços das forças produtivas deveriam ser objeto de uma ação deliberada no

---

<sup>35</sup> O dilema da existência ou não de uma burguesia nacional fez parte de uma discussão muito ampla da intelectualidade brasileira nas décadas seguintes, como pode ser visto em Reis (1999).

interior do próprio capitalismo, exigindo uma forte presença do Estado, visando superar a dependência da economia nacional para com o imperialismo. E, ainda que Caio Prado Jr. reconhecesse os avanços econômicos e sociais que, naquele momento, estavam em curso no país, para ele, esses eram avanços limitados, pois continuavam limitados pela dinâmica própria da dependência colonial.

Em resumo, a condição ditatorial em que se encontrava o país, “pôs em pauta a necessidade inadiável de consumir a longa tradição do Brasil colônia de ontem para o Brasil-Nação de amanhã”. Com isso, impunha-se um roteiro para as forças de esquerda que se definia com base em dois eixos fundamentais: 1) se empenhar por uma ampla reforma agrária, “principal política para equilibrar a correlação de força entre o capital e o trabalho” e; 2) superar a dependência do capital estrangeiro, “único meio de viabilizar a formação de uma base empresarial umbilicalmente vinculada ao espaço econômico nacional” (SAMPAIO JR; SAMPAIO, 2012, p. 8).

De certa forma as colocações de Caio Prado Jr. vão reverberar nos grupos que optam pela estratégia da luta armada, principalmente no tocante ao caráter da revolução brasileira. Sobre essa questão – o caráter da revolução brasileira –, os grupos se dividiam em dois principais modelos teóricos. No primeiro, o esquema analítico do PCB, mesmo quando reformulado no plano retórico ou na proposição das formas de luta por essas organizações, permanecia sendo a referência fundamental, com poucas alterações em relação ao modelo original. Isto é, mantinha-se a necessidade das insurreições em etapas, sendo a primeira de caráter nacional-libertador, com o intuito de eliminar o imperialismo e os restos feudais, até a chegada ao socialismo. Organizações como a ALN e o PCBR, por exemplo, estavam nesta classificação, pois, acreditavam na formação de um governo popular e revolucionário para o estágio inicial da revolução. A crítica ao PCB estava na aliança que ele procurara manter com a burguesia nacional, “sempre débil e vacilante” e no “reformismo não armado” de suas ações. No segundo grupo, estavam organizações que defendiam o *caráter imediatamente socialista* da revolução brasileira. As correntes que faziam parte deste entendimento eram: a VPR, a VAR-Palmares, o POC, o PRT e o MR-8, que herdaram a teoria da POLOP, que já a defendia antes mesmo de 1964. Para esses últimos, o imperialismo e os atrasos no campo ainda eram o grande problema para o avanço das forças produtivas no Brasil. Entretanto, nesta leitura, os restos feudais e o imperialismo estavam imbricados no cerne do capitalismo brasileiro, não sendo possível separá-los da burguesia nacional. De

modo que não seria possível falar em uma revolução democrática e nacional que não contrariasse, simultaneamente, os interesses do imperialismo e do latifúndio.

Segundo Ridenti (2010, p. 34-35), além da influência caiopradiana, esta leitura antagônica às teses pecebistas teve outro suporte teórico de igual impacto para os grupos. O autor faz menção a “teoria da dependência”<sup>36</sup> do alemão Gunder Frank de 1964, que foi professor universitário no Brasil e, em 1964, escreveu o artigo “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo”, contestando a ideologia do PCB. Para Frank, não havia alternativa de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo. Isto resultava na necessidade da força bruta das ditaduras para manter o *status quo*. Este pessimismo sobre o futuro econômico do Brasil foi entendido como uma anunciação de que a tensão social se tornaria crescente e levaria ao enfrentamento com regime. Funcionou assim como uma leitura da realidade que se refletiu amplamente nos grupos armados – a vanguarda do proletariado –, levando-os a trabalhar com o suposto de que a situação de estagnação econômica criaria um momento propício para conduzir as massas à revolução socialista.

Entretanto, apesar da aparente contradição entre “etapistas reformistas” e “socialistas revolucionários”, Ridenti (2010) enfatiza que os dois modelos apresentavam muitas semelhanças, inclusive em relação ao modelo “original” do PCB. Isto porque não ultrapassavam a ideia de etapa da revolução e se prendiam demasiadamente ao problema do atraso no campo e à ação do imperialismo como razões que impediam o avanço capitalista no Brasil.

Outra forma de dividir os grupos armados era diferenciando-os entre os tipos de suas estruturas interna e as diversas formas de combate armado. No primeiro item – as estruturas – as organizações guerrilheiras também podiam ser agrupadas em duas tendências maiores. Aquelas que acreditavam na necessidade de um suporte partidário para conduzir as massas, dentro da tradição leninista, e aqueles que defendiam que as guerrilhas podiam funcionar sem um partido formal. Eram adeptos do primeiro time organizações como: o PCBR, a ALA, o PRT e o POC, mesmo que compostos por poucos militantes. No segundo grupo estavam: ALN, VPR, MNR e

---

<sup>36</sup> Trata-se da escola econômica composta por Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que procurava se diferenciar, não só dos PCs, mas também da “teoria da dependência”. Esta última, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, na concepção deles, negava as teses estagnacionistas e projetava um desenvolvimento capitalista para o Brasil e para a América Latina, ainda que dependente e associado ao capital internacional (BAPTISTA, 2004).

COLINA, que, em sua maioria, privilegiavam as ações práticas e criticavam as tradições de discussões teórico-analítica do PCB, assim também como a estrutura burocrática do PC brasileiro.

No segundo item - a forma de ação revolucionária - algumas organizações se inspiravam no Maoísmo, outras no Foquismo<sup>37</sup>, sendo comum a mistura entre as táticas. A AP e o PC do B abstiveram-se das ações armadas na cidade, pois, focavam a tática maoísta do “cerco das cidades pelo campo”. O PC do B chegou às *vias de fato* com a guerrilha do Araguaia, mas os militantes que permaneceram na AP não chegaram a pegar em armas. Para os demais coube o caminho da guerrilha urbana, sem desprezar a importância do campo. “De qualquer modo, apesar da gama de diferenças quanto às formas de luta propostas, todas as organizações armadas tinham em comum a proposição de iniciar a revolução pela guerra de guerrilha no campo” (RIDENTI, 2010, p. 50). As ações de expropriação de bancos, por exemplo, tinham como fim preparar a luta no campo que, na prática, nunca ocorreu. Havia também a discordância sobre o peso dos operários e camponeses no desenrolar das guerrilhas, maior para uns (ALA, POC, PRT, VAR, PCBR, MR-8), menor para outros (VPR, ALN, etc.).

Mas o que havia de convergência entre os grupos era uma leitura da realidade brasileira que apontava para um *processo irreversível de estagnação*, sob o comando do governo ditatorial. Com isso, as alternativas de desenvolvimento do capitalismo estavam obstruídas enquanto o país estivesse submetido ao imperialismo. Diante deste diagnóstico o caminho para a revolução deveria ser:

Colocava-se então, como tarefa central, derrubar a ditadura e expulsar os imperialistas, que, aliados a setores das classes dirigentes locais, entravariam o desenvolvimento das forças produtivas. Nessas medidas, estariam dadas as condições objetivas para a revolução brasileira, faltando apenas as subjetivas. Isso implicaria a ruptura com o “imobilismo” do PCB e de outras organizações de esquerda de 1964. Seria necessário o surgimento de uma *vanguarda* de novo tipo para liderar a revolução, organizando, inicialmente, a guerrilha rural, num processo de luta armada relativamente longo que incluiria várias etapas, contando com a mobilização das massas trabalhadoras rurais e urbanas (RIDENTI, 2010, p. 56).

---

<sup>37</sup>Conforme Bobbio; Matteucci; Pasquino (1998, p. 152-155), trata-se da tática derivada das ideias de Régis Debray, concebida nos anos 1950 e colocada em prática por Fidel Castro na revolução Cubana. Nela, previa-se que uma pequena vanguarda guerrilheira deveria criar as condições objetivas para a tomada do poder, começando com um foco guerrilheiro e ampliando gradualmente seu raio de ação, desencadeando a revolução sem a necessidade da estrutura de um partido.

Mas o diagnóstico das correntes que optaram pela luta armada se revelaria “errado”. O que ocorre de fato é a intensificação do desenvolvimento capitalista no Brasil à custa de um autoritarismo excludente e da concentração de renda, inclusive com o uso crescente da repressão policial. Junto a isso, o movimento de massas entrou em refluxo e os grupos armados foram perdendo suas bases sociais. Sem se dar conta do isolamento para o qual caminhavam e muito menos para as transformações conjunturais da sociedade brasileira, as organizações guerrilheiras insistiram nos conflitos armados até sua completa destruição.

#### 4 SABEDORIA TÁTICA E TEORIA POLÍTICA

Seguindo uma perspectiva contrária à dos grupos guerrilheiros, o movimento do PCB nos anos que sucedem o golpe militar, ainda que com alguma ambigüidade, é marcado pela preocupação de fazer política e pela perspectiva de constituir uma ampla frente democrática. Neste sentido, cada vez mais, os comunistas do PC brasileiro vão cimentando o *gosto pela política*, como argumentam Segatto e Santos (2007), evoluindo pelo caminho da “frente única permanente”, desconstruindo sua práxis de revolução *stricto sensu*, apostando na democratização política e valorizando a via institucional.

As influências teóricas do campo marxista e do pensamento nacional não ficaram restritas às demais esquerdas. Neste período, o PCB também sofreu influxo da “diversificação do marxismo”, que foi uma marca dos anos 1960 e que potencializou a escolha do PC brasileiro pela “opção política”. Essa heterogeneidade das matrizes de esquerda aconteceu por circunstâncias variadas, como, por exemplo, as denúncias dos crimes de Stalin, que geraram um grande debate no campo do marxismo, que extrapolou em muito os limites jurisdicionados pelos PCs (LAHUERTA, 2005), ou por conta de acontecimentos emblemáticos como a *Primavera de Praga*<sup>38</sup>. Esses fatores eram tensionados pela explicitação do dogmatismo – consubstancial ao sistema de culto à personalidade – que havia acometido, em maior ou menor grau, todos os PC. Mas também em virtude de discussões teóricas mais profundas que envolviam, entre outros assuntos, os dilemas entre um marxismo mais humano *versus* o condicionante do estruturalismo marxista, tendo Althusser entre os principais nomes desta corrente.

A “abertura” do marxismo brasileiro chegava à área pecebista através dos títulos da editora Civilização Brasileira, de propriedade de Ênio Silveira, e dos materiais publicados na *Revista Civilização Brasileira*. Conforme Segatto e Santos (2007, p. 33-34), no período a *RCB* chegou a publicar dois volumes sobre a renovação do

---

<sup>38</sup>Conforme Hobsbawn (1994), o período conhecido como Primavera de Praga se caracterizou por acontecimentos ocorridos na Tchecoslováquia em meados do ano de 1967, marcados por uma série de manifestações de descontentamento contra o autoritarismo do partido único, contra as repressões, contra a censura, a planificação burocrática e as relações economicamente desiguais impostas pelas diretrizes da URSS. No início de 1968, Aleksander Dubcek (jovem membro do PC da Eslováquia) substituiu Antonin Novotny na liderança do Partido Comunista Tcheco. Sua posse funcionou como um sinal de abertura para mudanças e para avanços democráticos, pois, Dubcek demonstrava defender princípios liberalizantes diante do movimento popular. No entanto, as manifestações avançaram e, como consequência, Dubcek foi preso e levado à URSS. Diante desta situação, a URSS invade a Tchecoslováquia em agosto de 1968.

comunismo. Um em 1967, com textos de Lênin, Trotsky e Lukács, entre outros, que contou com a tradução de Leandro Konder, intelectual ligado ao PCB, que despontará como uma das vozes reivindicadoras do processo democratizante dentro do partido. O outro volume, divulgado em 1968, trouxe informações e discussões sobre a invasão Soviética na Tchecoslováquia e a renovação socialista que este país vivia antes do conflito.

Diante desta conjuntura teórica, o PCB se afastou de qualquer veleidade revolucionarista, desenvolvendo uma espécie de *sabedoria tática* pautada pela cautela diante da ditadura. Suas ações se concentraram, ao longo dos anos seguintes, em ampliar as alianças democráticas com as forças progressistas. Esta reafirmação de linha política dos comunistas teve como marco simbólico o seu *VI Congresso* em 1967. Neste encontro, entre outros assuntos, se fez um balanço dos motivos que levaram ao golpe militar, dando ênfase aos erros do partido. Mas, mais importante do que isso, se demarcou com ênfase a rejeição das concepções *foquistas*. Não obstante o acerto tático, tal linha política mantinha-se tributária da mesma concepção anti-imperialista que marcara a trajetória do país, ainda que reconhecesse que agora com a singularidade do bloco vencedor ser composto por setores da burguesia nacional.

Outro documento símbolo desta fase foi a publicação da *Resolução Política do Comitê Regional da Guanabara* em 1970. Este texto cimentou a importância das “frentes” e deu ênfase à “questão democrática”, colocando o assunto na ordem do dia dos comunistas brasileiros. Um dos autores do texto foi Armênio Guedes,<sup>39</sup> que anos depois se tornará o principal nome da direção do partido, a compor o grupo que reivindicará a ampliação da questão democrática dentro do PCB. Guedes, ao voltar do exílio com o resto do CC, irá liderar um das frações que disputará a direção do partido, defendendo uma linha que visava a um comunismo “mais democrático”, inspirado nas transformações democratizantes que os partidos europeus estavam vivendo. Passados dois anos pós-AI 5, o texto de Guedes analisava o acirramento do autoritarismo do governo militar e apontava um “avanço do processo de fascistização” da ditadura. E argumentava que a tendência reacionária do regime podia ser barrada, reforçando a lógica das alianças.

---

<sup>39</sup> Santos (2012, p. 26) vai apresentá-lo como um dos principais interlocutores dos debates que antecederam à Declaração de Março de 1958 e como “o principal expositor das proposições inovadoras e, também, quadro importante no processo de conversão do PCB em partido propriamente político”.

Ao analisar as marchas e as contramarchas da ditadura, Guedes põe atenção nas áreas de conflito que, segundo ele, ampliavam-se com a exacerbação da natureza do regime em várias direções (liberdade, instituições políticas, economia nacional, intelectualidade e cultural). O publicista via nos “males do regime” as possibilidades de oposição, quer seja contestação manifesta, de caráter parcial (em relação a um ou a mais aspectos da ação do regime), quer seja latente. Atento aos movimentos da conjuntura, ele observa que, à medida que avançava a tendência fascistizante, crescia a insatisfação e o regime perdia apoio no mundo político, o que era um dado dos mais importantes. O analista buscava identificar o “aspecto positivo” e o “ponto de partida” de um instante ou dimensão de um atrito que suscitasse iniciativas e ações continuadas. Segundo sua previsão, em torno dessas linhas de resistência, reunir-se-iam grupos e correntes políticas, sociais e culturais cada vez mais numerosas, cujos movimentos se afirmariam até adquirir dimensão nacional (SANTOS, 2012, p. 59-60).

Assim, a *Resolução* advertia:

Se não prevemos uma queda fácil e imediata da ditadura, temos, como Partido revolucionário, de subordinar nossa ação política e o trabalho de organização a uma tal realidade...Nossa ideia de resistência apóia-se (sic) no fato de existir no Brasil um sentimento generalizado de repulsa à ditadura, abrangendo as mais diversas classes e camadas sociais, mas disperso e desorganizado. Devemos partir de ações parciais, em todos os níveis do movimento de massas ou dos acordos de cúpula, a fim de conseguir que aquele sentimento passivo vá tomando forma, pouco a pouco, até se transformar num grande movimento nacional, em frente única, que englobe os sindicatos, o movimento estudantil, a Igreja Católica, os partidos e os partidos de oposição – um movimento que expresse, em nível superior, a rebeldia brasileira contra o processo de fascistização do país (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÊ REGIONAL DA GUANABARA In: CARONE, 1982b, p. 97).

No dia-a-dia do PCB nos anos pós-1964, as diretrizes políticas orientadoras eram postas em prática na articulação com as alianças que compuseram o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Muitos dos pecebistas estiveram filiados ao MDB desde sua fundação, em 1966, construindo a legenda junto com outros nomes de oposição à ditadura que vinham do campo liberal, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, entre outros. O papel que o PCB desempenhou na articulação e manutenção do MDB foi de fundamental importância. Nas eleições de 1970, por exemplo, diante da derrocada do MDB para o partido do regime, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), os pecebistas se esforçaram em manter unida a frente democrática e o próprio MDB. Foi um contraponto a uma parte dos emedebistas que desejavam encerrar a legenda. Para eles, o motivo principal em acabar com o MDB e, conseqüentemente, com as eleições, era mostrar a todos a essência autoritária da ditadura, deslegitimando a aparente democracia do regime. Os comunistas, ao contrário, defendiam que a ditadura



só seria vencida de forma gradual, pela ampliação das liberdades, e com a união de amplos setores sociais (LAHUERTA, 2001).

Nas eleições de 1974<sup>40</sup>, a cristalização da estratégia de frente democrática fez do MDB o partido vitorioso. Passada uma década do golpe, o resultado do pleito mostrava que a ditadura apresentava fissuras. Este fator, somando à desarticulação das organizações de resistência pela guerrilha, com a prisão, tortura e sequestro de seus membros, reforçava no PCB como a convicção de que sua tática fora acertada. Esta “certeza” ganhava maior amplitude quando considerado o contínuo crescimento econômico do país, que contradizia a um dos prognósticos do qual a divergente esquerda armada se baseava. É neste momento que parcela dos militantes que haviam deixado o partido logo após o golpe retorna arrependida para suas fileiras.

Mas a opção para dentro do MDB e para fora da resistência armada não fez do Partido Comunista uma organização imune às investidas da repressão do governo. Pelo contrário, como já exposto, desde o início do golpe, o PCB era tido como o inimigo número um do regime e alvo central do aparato repressivo da ditadura. Esta situação ficou ainda pior nos anos 1974-1976<sup>41</sup>. A partir da decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968, e da intensificação das ações das guerrilhas que sucedeu ao AI-5, a repressão concentrou-se prioritariamente nos grupos armados. Neste momento, a perseguição ao PCB esteve de certa forma “atenuada”. O cenário se agravou para o PC brasileiro a partir de 1974, quando o perigo mais iminente para a ditadura – os focos guerrilheiros – já havia sido desarticulado. Neste momento, não só o PC brasileiro, mas também o PC do B<sup>42</sup> sofrem duras perseguições.

---

<sup>40</sup> Conforme dados encontrado em Alves (1987), nestas eleições, surpreendentemente, o MDB fez 16 cadeiras para senador, de um total de 22 disputadas, e 160 cadeiras para Deputado Federal, quase dobrando a quantidade alcançada nas eleições anteriores de 1970. Seus eleitos também cresceram significativamente nas Assembleias Estaduais. O resultado assombrou as lideranças do regime, pois o momento era fortemente marcado pelo “sucesso” do milagre econômico e pelo relativo controle da oposição, silenciada pela censura, tortura e assassinatos.

<sup>41</sup> Em Carone (1982c, p. 4) consta que, até o fim da década, foram presos mais de 4.000 membros e simpatizantes do partido e doze membros do CC foram mortos, sendo que o grosso das prisões e mortes ocorreram entre 1969 e 1974. Em Konder (1982) foram sequestrados e mortos do Comitê Central do PCB: “(David Capistrano da Costa, Luís Inácio Maranhão Filho, João Massena Neto, Walter Ribeiro: pouco depois, Elson Costa, Jaime Miranda, Hiram Lima Pereira, Itair Veloso e Orlando Bonfim Junior). Marcos Antônio Tavares Coelho e Osvaldo Pacheco também foram presos e barbaramente torturados.” A circulação da *Voz Operária*, principal periódico do PCB do período, foi interrompida.

<sup>42</sup> Em relação ao do PC do B, seus revezes acontecem a partir de 1972, quando os militantes envolvidos com a guerrilha do Araguaia são sistematicamente massacrados. Em 1973, membros do partido são mortos em São Paulo e no Rio de Janeiro; e, em 1976, ocorre o episódio conhecido como *Chacina da Lapa*, em São Paulo, quando são assassinados vários membros do Comitê Central, entre eles, Pedro Pomar (NETTO, 2014).

Numa perspectiva que visava um prazo menos imediato, o núcleo repressivo do regime tinha como inimigos maiores as organizações cujas características ideológicas e históricas as credenciavam para uma resistência de maior fôlego... O núcleo estratégico do regime colocou-se, pois, a tarefa de liquidar os dois PCs: ao mesmo tempo que atingia o PC do B, a repressão deflagrou contra o PCB a *Operação radar*, que também culminaria anos depois (NETTO, 2014, p. 164-165).

Depois de 1974, o partido passou pelo momento mais problemático do período da ditadura, sendo possível comparar tal adversidade com os fatídicos anos 1940-1941 (Estado Novo), quando o PC brasileiro praticamente deixou de existir. Nos anos de maior perseguição aos pecebistas – através da operação radar – a repressão desarticulou bases do PCB em várias partes do país, como, por exemplo, a célula dos funcionários da *Volkswagen*, que contava com mais de 60 militantes. A existência da célula dos metalúrgicos da Volkswagen demonstrava a capacidade de inserção sindical que o partido ainda possuía, mesmo que o raio de influência dos comunistas fosse menor do que no período anterior ao golpe. A atuação do partido extrapolava o meio sindical, como é o caso inusitado da célula pecebista dentro da Política Militar de São Paulo que, quando desbaratada pela repressão, contava com 63 policiais (GASPARI, 2004).

Mas o infortúnio mais significativo do período 1974-1975 foi a morte do jornalista e militante pecebista Vladimir Herzog em 1975, nos porões do DOI-CODI do II exército de São Paulo. Essa fatalidade aconteceu sob a conjuntura da falta de liberdade política e o declínio da economia da sociedade brasileira. Estes fatores provocaram na opinião pública a intensificação dos protestos pelo fim da ditadura. O ato ecumênico realizado na Igreja da Sé em São Paulo, por circunstância da morte do jornalista, simbolizou o ocaso do regime e a ampliação das forças democráticas. É neste momento que parte da Igreja Católica passa a compor as fileiras da oposição ao regime. Entre os vários religiosos que se destacaram no enfrentamento à ditadura estava Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

A intensificação das perseguições ao PCB fez com que o Comitê Central do partido optasse por sair do país no intuito de resguardar sua direção. Como o Chile já se encontrava sob a ditadura de Pinochet e a Argentina era um destino perigoso, devido às incertezas políticas que o país vivia, o destino principal foi a Europa. A situação do

exílio proporcionou aos dirigentes que lá estavam a experiência de viver *in loco* as transformações que os Partidos Comunistas Europeus estavam sofrendo. Isto é, parte da direção do PCB teve contato com aquilo que ficou conhecido como *Movimento Eurocomunista*, que seguia a lógica da diversificação do marxismo, se deslocando do centro de influência Soviética. Este encontro com o arcabouço teórico dos eurocomunistas vai marcar o momento histórico do PCB, entre o fim dos anos 1970 e início dos 1980, na medida em que os comunistas do “velho mundo” contestavam a teoria marxista-leninista “Stalinista”. Para Carone (1982c) a fuga não só dos militantes do PCB, mas das esquerdas as mais variadas, indicou uma fase enriquecedora para o marxismo.

Estes milhares de indivíduos peregrinam por países os mais diferentes, passando por experiências as mais complexas: depois de viverem o socialismo de Allende, no Chile; o peronismo argentino; o liberalismo uruguaio, a maioria se refugia na Europa – França, Itália, Portugal, Suécia, Espanha, etc.; outros vão trabalhar nos jovens países socialistas da África – Moçambique, Angola, Argélia etc. Agora a experiência se enriquece, os modelos vivos são variados. Pela primeira vez o militante brasileiro pode refletir sobre as diversas vias do socialismo, compará-las, analisá-las em relação a realidade brasileira. Como todos os outros, os do P.C.B. vão sentir a mudança de tática e estratégia elaboradas pelo Eurocomunismo (CARONE, 1982c, p. 8-9).

No encontro dos pecebistas com o eurocomunismo, houve um momento de “completude” entre a “sabedoria tática” (dos recuos e das frentes democráticas) e a elaboração de uma teoria política complexa. Em boa medida, foi o casamento entre as diretrizes eurocomunistas com as proposições da “valorização da política institucional”, adotada desde o fim dos anos 1950. A inter-relação destes fatores proporcionou ao PCB ganhos qualitativos nas análises da realidade brasileira. Entretanto, este casamento não se fez de modo harmoniosa em toda a direção do PCB. Na volta do exílio, em 1979, o impulso renovador se amesquinha em disputas internas cada vez mais destrutivas, em torno não só de quem iria liderar o partido, mas principalmente acerca do distanciamento ou da reafirmação da tradição marxista-leninista.

#### 4. 1 Sopros de renovação: o eurocomunismo e a assimilação de Antônio Gramsci

O *eurocomunismo* é o nome consagrado pela historiografia marxista ao movimento que se constituiu como fruto das mudanças na concepção teórico-política dos partidos comunistas europeus. Ele surgiu, portanto, dos rearranjos do MCI (Movimento Comunista Internacional), catalisado pelos acontecimentos que envolvem os crimes de Stalin/Relatório Krushev, refletindo na estrutura, nas ações e na agenda política daqueles PCs. Essas transformações se caracterizaram pelo distanciamento dos partidos comunistas da Europa Ocidental (mas não só dela) em relação ao PCUS e ao modelo marxista-leninista “stalinista” de matriz soviética.

A movimentação desencadeada pelo eurocomunismo fez com que os comunistas europeus guinassem para a via parlamentar como estratégia política, pela incorporação de lutas para além das questões do proletariado e por posicionamentos internacionais divergentes dos soviéticos. Estas mudanças foram circunstanciadas pela discordância dos europeus às atitudes de Moscou em relação a acontecimentos como a Primavera de Praga.

Mas nem todos os partidos comunistas tiveram esta adesão, diferenciando também a intensidade da penetração do fenômeno entre eles. As maiores anuências vieram dos principais PCs da região, o PCI, o PCF e o PCE (Partido Comunista Espanhol). O mesmo não ocorreu, por exemplo, com o partido grego, considerado filo-soviético, e no PC português a influência foi tardia. Outra observação importante é a delimitação territorial do termo, já que o *eurocomunismo* aconteceu de forma imediata em partidos não europeus, tais como: o PC japonês e o PC australiano.

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o eurocomunismo se caracteriza pela discordância sobre duas dimensões sistemáticas, quais sejam: o leninismo e o stalinismo. Sobre o leninismo, passaram a divergir de forma diversa, em tempos e condições sócio-históricas diferentes, sobre três aspectos que alicerçavam os partidos leninistas ligados ao Comintern. São eles: a conquista do poder pela *via insurrecional*, a gestão do poder em relação à *ditadura do proletariado* e a natureza do *centralismo democrático*.

No PCI, por exemplo, a *via parlamentar para o socialismo*, desenvolvida por Palmiro Togliatti, se deu logo no pós-guerra, com uma forte acentuação nos anos

seguintes, substituindo o modelo insurrecional. Para os franceses, somente após o relatório Kruschew é que isto aconteceu. No PCE, a aceitação de uma frente popular ampla teve início nos anos 1972 e se concretizou depois da queda de Francisco Franco, em específico nas eleições de 1977. Na experiência do PC português, o atraso do *eurocomunismo* foi causado pela tentativa de levante de 1974, seguida à derrubada de Salazar. Diante do fracasso, refeita a autocrítica, tenderam lentamente para as amplas alianças eleitorais. Subtraindo os gregos, em meados dos anos 1970, todos os demais partidos comunistas da Europa convergiram para a via parlamentar.

No tocante à questão *ditadura do proletariado*, em muitos partidos o termo já havia perdido força, consequências das reformulações do pensamento gramsciano, fruto da estratégia da conquista gradual do universo político pelos comunistas. Na prática o PCF e o PCE lidavam com esta questão há tempos, e explicitaram definitivamente suas discordâncias ao modelo soviético nos Congressos de 1976, quando ocorreu o 22º Congresso do PCF, e em 1978, no 9º Congresso do PCE.

Esta estratégia tinha como fundo teórico o conceito de *Estado ampliado* do italiano Antônio Gramsci (1891-1937). Gramsci se esforçou em entender o porquê das dificuldades dos países capitalistas desenvolvidos em realizar a Revolução Socialista, como era o caso da Itália. O conceito de Estado Ampliado seria formulado na tentativa de responder a esse anseio. Conforme Coutinho (1998), Mochcovitch (1988) e Costa (2011), havia uma diferenciação entre países Ocidentais e países Orientais. Por Ocidental entendiam-se aqueles países onde o capitalismo havia desenvolvido uma sociedade civil, com instituições “burguesas” fortes – países da Europa Ocidental, por exemplo – e onde os interesses privados se sobressaiam à sociedade política (Estado). A *hegemonia* de classe ou do bloco das classes se fazia presente através do conjunto dos “aparelhos privados de hegemonia”. Neste tipo de sociedade a tomada do poder não deveria ser pela via insurrecional, pois seria muito mais onerosa, diante desta estrutura social complexa. Ao contrário, a tomada do poder deveria acontecer através da “guerra de posição”. Isto é, Gramsci afirma que a estratégia da luta dos comunistas nas sociedades ocidentais deveria se dar na batalha da *hegemonia* das ideias (intelectual orgânico), no campo da política (valorização da superestrutura frente à infraestrutura) e por instituições como o sindicato, a escola e, principalmente, o partido. Essa era a explicação deste autor ao insucesso do modelo de revolução bolchevique para os países ricos do “velho mundo”. No outro modelo, o Oriental, o Estado era tudo e a sociedade

civil era “primitiva e gelatinosa”, como por exemplo, a Rússia de 1917. Para este tipo de sociedade a via insurrecional, ou a “guerra de movimento”, era o caminho, daí o êxito de Lênin (VIANNA, 1988a).

Outro ponto fundamental em Gramsci é que, a contradição ocidental e oriental não estava para o autor como uma condição estática, geograficamente posta. Ao contrário, os países podiam passar por transformações históricas, saído do Oriente para o Ocidente. Foi o caso da Itália, por exemplo, que lhe servirá de estudo para formular o conceito de *revolução passiva*, entendendo o processo histórico do *Risorgimento* ao fascismo italiano. Este conceito servirá como um instrumental “chave” para a interpretação da “nova” realidade do Brasil do fim da década de 1970, pelos “eurocomunistas brasileiros”. Nestes intelectuais houve uma maior percepção de que a sociedade brasileira se ocidentalizava, por conta disso, a via insurrecional não caberia mais como estratégia principal para o PCB. A influência de Gramsci no Brasil se inicia antes do contato com o eurocomunismo, mas é no exílio, e principalmente através de comunistas ligados ao PCB como Carlos Nelson Coutinho, que esta relação se intensificará.

Mas ainda no cenário europeu, os conceitos de Gramsci influenciaram também o desuso do *centralismo democrático*. Mantê-lo como característica se tornou mais custoso aos PCs por motivo semelhante ao da *ditadura do proletariado*. À medida que as democracias do ocidente foram se dinamizando, ficou difícil para os comunistas ocidentais lidar com três de suas consequências: a subordinação de seus parlamentares, a condução dos sindicatos, e os expurgos aos membros discordantes. De modo geral, a solução para tais problemas foi uma maior autonomia para os sindicatos e parlamentares e um afrouxamento das condenações para os membros divergiam do marxismo-leninismo. O centralismo democrático (e sua manutenção) variou entre os partidos eurocomunistas, conforme a disposição dos grupos dirigentes em lidar com esses afluxos, mas também conforme o tamanho dos grupos internos. Nos partidos pequenos, como o sueco, tendeu-se para um maior centralismo devido a homogeneidade de sua sustentação social (predominantemente operário). O contrário ocorreu nos grandes partidos, como o PCI, que se dizia representante não só dos operários, mas também dos trabalhadores, intelectuais, cidadãos, etc, e que abarcaram outras lutas sociais para além da monopolização do proletariado.

Em relação ao stalinismo, as maiores transformações aconteceram no campo da subordinação internacional ao PCUS. O ápice deste momento foi a conferência dos partidos comunistas europeus em 1976, na Berlim Oriental. Na resolução final deste encontro, se reafirmou a independência de cada partido, foi aprovado o diálogo com forças progressistas não comunistas, houve uma ascensão da “solidariedade internacional” sobre a “internacionalização do proletário”, não se falou em unidade de linha política e, muito menos, em ditadura do proletariado.

#### 4.2 A tese da democracia como valor universal

No fim dos anos 1970 o Brasil viveria uma fase decisiva de seu processo de redemocratização. Mais precisamente em 1979, houve o pacto da anistia entre o governo militar e as oposições democráticas. Este fator trazia esperança de restauração das liberdades políticas na sociedade brasileira e colocava o debate sobre a “questão democrática” na ordem do dia dos comunistas. Os pecebistas que voltavam do exílio se deparavam com essa discussão, estendendo-a para o dilema da “revolução brasileira”. O contínuo debate sobre a democracia/revolução perpassava pela necessidade de fazer a associação do socialismo com a democracia, em pleno processo de redemocratização do país. Acrescentava-se a esta contenda a problemática em lidar com as transformações da realidade brasileira que se complexava no fim da década de 1970. Em 1979 o Brasil apresentava uma estrutura social modificada que, entre outros fatores, revelava o aumento da urbanização e do setor industrial. Maior e mais diversificado também era a classe trabalhadora, que se constituía como “novo sujeito social”, submergindo à cena da política nacional. É exemplo desta inaudita realidade a atuação dos metalúrgicos do ABC, que se organizam em sindicatos combativos, realizando greves grandiosas em pleno regime militar (BRAZ, 2012, p. 237-246).

Foi circunscrito a esta conjuntura histórica que Carlos Nelson Coutinho<sup>43</sup> publicou em 1979, na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*<sup>44</sup>, o ensaio A

---

<sup>43</sup> Carlos Nelson Coutinho (1943-2012) viveu na Europa entre 1976 e 1978, passando por Portugal, França e Itália. Filósofo de formação, ele tornou-se umas das referências de Gramsci no Brasil e foi outro personagem central na ascensão da “questão democrática” dentro da esquerda brasileira, quando ficou famoso pelo impacto do artigo “A democracia como valor universal”, publicado em 1979. Braz (2012) vai enfatizar que a importância do autor é bem maior que a fama de seu artigo (sem demérito de “A democracia...”). O amigo José Paulo Netto, o descreve: “Carlos Nelson *não* é um “produto” ou “resultado” da academia; com efeito, fez-se intelectual *fora dela*. Segundo: *Carlos Nelson só se serviu à academia*, não se serviu da instituição para nada... compromissos próprios de quem se refere a si mesmo

*democracia como valor universal*. A elaboração do texto teve como motivação a necessidade do autor em marcar posição diante das tendências políticas divergentes que se formaram no interior do PCB no fim da década de 1970. Nesse sentido, o artigo é fruto da influência do exílio e do contato do autor com o eurocomunismo. Quando surgiu, o ensaio criou polêmica entre os intelectuais de esquerda, principalmente os que gravitavam em torno do PCB e se consagrou com uma das referências teóricas do período. Mais tarde Coutinho faria uma autocrítica sobre alguns pontos do artigo, mas defenderia sua essência. Segundo as palavras do próprio autor:

O meu ensaio foi uma espécie de condensação do pensamento comum desse grupo de pessoas então ligadas ao PCB...a reavaliação da questão democrática num plano teórico-geral me foi imposta, antes de mais nada, pela necessidade de repensar a experiência dos países do chamado socialismo real. Era evidente que aqueles países não tinham solucionado a questão democraticamente tal como me parecia que ela devesse ter sido resolvida. Isso me levou também a reler melhor a própria tradição do pensamento marxista a respeito dessa questão. E aqui faço uma primeira autocrítica: o fato de o ensaio estar inserido num processo de luta interna me levou, de modo incondicional, a avaliar de modo pouco crítico o legado de Lenin à compreensão da democracia. O ensaio começa com a idéia de que Lenin é o ponto de partida dessa tentativa de reavaliação positiva da democracia; hoje, estou convencido de que não é bem assim. Acho que, embora Lenin não seja Stalin (essa é uma coisa sobre a qual é preciso ter clareza, ou seja, que há uma ruptura evidente entre a reflexão e a prática de Lenin e a reflexão e a prática de Stalin), há na obras dele vários elementos extremamente problemáticos a respeito do conceito de democracia. O primeiro deles é a excessiva preocupação em adjetivar a democracia, terminando por subestimar o substantivo: a preocupação, por exemplo, de distinguir radicalmente entre democracia burguesa e democracia proletária....Quem me ajudou a repensar, de um ponto de vista marxista, o conceito de democracia foi sobretudo Gramsci (COUTINHO, 1986, p. 61-62).

Carlos Nelson Coutinho foi a encarnação (não exclusiva) pessoal, política e intelectual de toda uma época. Junto com outros intelectuais, como Luiz Werneck Vianna, Gildo Marçal Brandão, Ivan Otero Ribeiro, Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder, além de uma nova geração de militantes intelectuais que se forma na universidade no final dos anos 1970, compunha o time de militantes pecebistas que se vincularam a produções teóricas, para além das cartilhas stalinistas. Tornaram-se intelectuais militantes influenciados pela “diversificação do marxismo” que se fazia acontecer naqueles anos. Eram leitores de Marx, Engels, Lenin, Lukács, mas foram

---

com a frase célebre de Mariátegui: “*Eu, marxista convicto e confesso*” (NETTO, 2012, p. 52). Para o autor desta dissertação, além de um personagem importante da história do PCB, serve também como referência gramsciana.

<sup>44</sup> A revista *Encontros com a Civilização Brasileira* foi fundada em 1978, por Enio Silveira, com o intuito de dar sequência a *Revista Civilização Brasileira* fechada pelo AI-5 dez anos antes.



marcados como pensadores ligados à Gramsci. Através dos periódicos: *Voz Operária* (1967-1981) e *Voz da Unidade* (1980-1991) e das revistas: *Temas de Ciências Humanas* (1977-1981) e *Presença - Revista de Política e Cultura* (1983-1992)<sup>45</sup>, fizeram a ampliação do debate da “revolução brasileira” e da “questão democrática” para além das instâncias do PCB. Ao longo dos anos 1970 se organizaram em torno de Armênio Guedes e formaram o grupo dos *renovadores*<sup>46</sup> do PCB.

Alguns desses renovadores tinham larga tradição no PCB, como Armênio Guedes; a maioria, porém, provinha da militância mais recente da passagem dos anos 50 para a década de 60, como Ivan Ribeiro, Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Konder, Aloisio Teixeira, Leo Lince, Maria Lúcia T. Vianna, Luiz Sergio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Mauro Malin, Nemésio Sales, Milton Freitas, e muitos outros jovens intelectuais de vários estados. Seu itinerário comum nesta experiência renovadora foi o de se empenharem no que, com o tempo, eles mesmos foram chamando de “batalha das idéias”. Tipo de intervenção que expressa bem o papel que vão cumprir como elementos responsáveis pelas controvérsias que forçaram o PCB a repensar a sua política (SANTOS, 1994, p. 38)

Se Coutinho é a encarnação de uma época, o texto *A democracia como valor universal* pode ser entendido como a materialização condensada de uma teoria política que se diversificava entre o pensamento de esquerda, em especial no PCB. Ela é o símbolo do crescimento qualitativo das análises interpretativas da realidade brasileira pela *intelligentsia* comunista. Sua criação foi o resultado da junção de vários fatores e “supera o momento histórico imediato apontando questões para além dele, indicando problemas que seriam objeto do futuro da esquerda do Brasil”. Nesta acepção, “O caminho indicado por CNC colocaria o *acento na democracia*, cujas mediações e elementos constituintes deveriam compor tanto o momento de construção do “bloco histórico” hegemônico pelos trabalhadores, como forma de torná-lo “classe dirigente”, quanto o próprio momento posterior de transição socialista, até constituir-se um dos fundamentos da futura sociedade comunista” (BRAZ, 2012, p. 246).

O ensaio representou um ponto de partida e um ponto de chegada. Ponto de partida porque levava o problema do par socialismo/democracia para além das instâncias internas e dos documentos do PCB. Assim, também como dava uma

<sup>45</sup> Os periódicos citados estão com suas datas de origem e término, que não, necessariamente, correspondem ao período em que esses autores escreveram ou fizeram parte dos mesmos.

<sup>46</sup> Necessário lembrar que os *renovadores* do PCB dos anos 1970/1980 não são os mesmos dos renovadores que apresentava Agildo Barata como liderança, nos debates que antecederam a construção da Declaração de Março de 1958.

formulação teórica de maior fôlego ao assunto, que não se encerrava no texto – o próprio Coutinho voltaria ao tema diversas vezes ao longo da vida - mas que havia ganhado um tratamento teórico sistemático e consistente de Coutinho. Ponto de chegada porque era o início do ocaso do Partido Comunista Brasileiro, na sua feição histórica. Ao longo da década de 1980, a crise orgânica premente dos comunistas continuaria com o desfecho da fundação do PPS (Partido Popular Socialista) em 1991, pondo fim ao processo que se iniciou em 1958/1960 com a “Nova Política”.

Conforme Coutinho (1979) e Braz (2012), o ensaio se completa com três teses centrais. A primeira é de natureza teórico-conceitual e diz respeito a “*Algumas questões de princípios sobre o vínculo entre socialismo e democracia política*”. Nela é exposta a relação da democracia no pensamento marxista. A segunda intitula-se “*O caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à ‘via prussiana’*”, também de natureza teórico-conceitual, sustentava o caráter universal da democracia como valor do gênero humano - sem adjetivos - tornando-se necessário dissociá-la da ordem burguesa e do liberalismo. A terceira e última, tendo natureza teórico-histórica, refere-se à “*falência do modelo soviético e ao esgotamento da estratégia do PCB*”. Para Coutinho há uma dupla falência destes modelos.

Em resumo, o texto parte da premissa de que a dualidade socialismo e democracia não é questão nova no marxismo. Ela estaria na raiz da evolução do pensamento marxista. Do Marx da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e *Para a questão judaica* até o último Engels, da introdução de 1895 de *As lutas de classe na França*. O tema se estenderia para a polêmica entre Lênin e Rosa Luxemburgo, depois Trotsky, sobre a funcionalidade dos institutos democráticos para o governo proletário. Passava também por outros autores históricos, como Gramsci, introduzindo novas ideias acerca das estratégias diferenciadas em “oriente” ou “ocidente” de sociedade. Mais tarde o tema seria repensado sobre as especificidades de marxistas contemporâneos, principalmente nos expoentes do PCI, tais como: Palmiro Togliatti, Pietro Ingrao e Enrico Berlinguer. Os desafios democráticos diante do “fracasso” do socialismo real impunham-lhes a necessidade de rever as estratégias de luta por uma sociedade socialista. Mais ainda quando comparado aos avanços dos combates travados pelos trabalhadores nas sociedades capitalistas desenvolvidas, que era o exemplo dos operários do “ocidente”. Este dilema de “morte” trazia em si o enigma “decifra-me ou te devoro”.

Tais avanços exprimiam uma ampliação das esferas de atuação dos diversificados movimentos sociais que, ainda que não deslocassem a centralidade da classe operária, apresentavam novos sujeitos próprios das contradições do capitalismo monopolista maduro. Os partidos vinculados ao proletariado estariam, assim, diante de um tecido social diversificado que exigia da luta socialista “uma expansão da democracia representativa, a sua articulação com múltiplos organismos de democracia de base, a defesa de uma vida política e cultural aberta e pluralista” (BRAZ, 2012, p. 261).

A proposição vinha das novas determinações do mundo capitalista desenvolvido, repensadas pelos eurocomunistas.

E, se hoje se generaliza entre os marxistas ocidentais a rejeição do “modelo soviético” como modelo universal de socialismo, isso resulta em grande parte de uma diversa concepção do vínculo socialismo-democracia por parte desses marxistas. Concepção que Enrico Berlinguer sintetizou expressivamente no discurso que pronunciou em Moscou, em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”. Essa universalidade não deve ser concebida apenas num sentido teórico; o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. Pois se há por sua vez algo de universal nas reflexões teóricas na prática política do que é hoje chamado de eurocomunismo, esse algo é precisamente o modo novo — um modo dialeticamente novo, não uma novidade metafisicamente concebida como ruptura absoluta — de conceber essa relação entre socialismo e democracia (COUTINHO, 1979, site).

Conforme explica Braz (2012, p. 264-265), os pressupostos do eurocomunismo estavam de forma incontestada na elaboração de *A democracia*. A ligação do ensaio brasileiro com a teoria dos marxistas europeus estava na articulação que a realidade dos países desenvolvidos era bem diferente daquele na qual teorizaram Marx, Engels e Lênin. Por isso a necessidade de Gramsci, revivido pelos eurocomunistas, sugerindo a “ocidentalização da vida para o socialismo”. Se no marxismo-leninismo a estratégia para a revolução estava na insurreição, nos países de capitalismo monopolista das décadas de 1960/70 ela precisava ser repensada. O conceito de *Estado Ampliado* de Gramsci marcava a elaboração da estratégia diferenciada para o ocidente. O estágio dos Estados europeus dos anos 1970 apresentava “complexos aparelhos institucionais” que legitimavam a ordem através de “mecanismos coesivos”. A “questão democrática” como estratégia para o socialismo supunha que o processo revolucionário avançaria, tanto mais avançasse o processo democrático. Sendo “instrumentos estratégicos” para a

transição socialista ao criar as condições objetivas e subjetivas para que o proletário se afirmasse como “classe dirigente”.

O processo de modernização conservadora do capitalismo no Brasil, forçado pelo ciclo ditatorial, reforçava as características antidemocráticas do país, e se assemelhava ao conceito de *Revolução Passiva* de Gramsci, onde a participação popular nos processos democráticos era pífia, tornando-se um Estado de institutos democráticos pouco desenvolvidos. Para Carlos Nelson Coutinho, o “desafio democrático” do Brasil perpassaria pela adoção de dois planos principais:

Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que, se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das regras do jogo a serem implantadas por uma Assembléia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e antiimperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política (COUTINHO, 1979, site).

A aparente ilusão liberal que podia se atribuir a Coutinho era combatido por ele na proposição de que o processo da luta de classe potencializaria a criação de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente na democracia liberal clássica.

E, do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessárias à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia já se esboçam — freqüentemente em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos e práticos do liberalismo clássico — no seio dos regimes políticos contemporâneos dominados pela burguesia. Refiro-me aos mecanismos de representação direta das massas populares (partidos, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, etc.), mecanismos através dos quais essas massas populares — e em particular a classe operária — se organizam de baixo para cima e constituem aquilo que poderíamos chamar de sujeitos políticos coletivos (COUTINHO, 1979, site).

A *Guerra de Posição* deveria se dar pela ampliação das alianças políticas para além dos setores socialistas, fazendo da via institucional parlamentar o campo privilegiado desta expansão. Um salto qualitativo junto às massas e aos setores

progressistas aconteceria, agregando elementos políticos democratizantes e reformadores da própria sociedade capitalista. O processo revolucionário atenderia a uma dinâmica de conquistas parciais, institucionais. Com isso, a *hegemonia* não aconteceria pela insurreição, mas pela atuação das forças sociais revolucionárias, “obtida por meio da direção social exercida tanto nas organizações políticas da sociedade civil como nos órgãos e instituições estatais” (BRAZ, 2012, p. 268).

Ampliar a organização e a articulação desses vários sujeitos políticos coletivos de base e ao mesmo tempo, lutar por sua unificação (respeitadas sua autonomia e diversidade) num poderoso bloco democrático e popular não é apenas condição para extirpar definitivamente os elementos ditatoriais que deverão permanecer ao longo do período de transição que se anuncia: é também um passo decisivo no sentido de criar os pressupostos para o aprofundamento e generalização do processo de renovação democrática e conseqüentemente, para o êxito do programa antimonopolista de democratização da economia no rumo do socialismo. Esse bloco unitário dos organismos da democracia de base já é hoje — e deverá se tomar cada vez mais — um poderoso instrumento de pressão e controle sobre a ação dos mecanismos de representação indireta, como os parlamentos (COUTINHO, 1979, site).

#### **4. 3 O fim da trajetória**

Os acontecimentos que envolvem os comunistas brasileiros depois da anistia no governo Figueiredo marcam uma disputa interna no PCB que colocava em lados opostos três grupos diversos. As divergências se davam sobre os rumos do partido diante do regime e o caráter da revolução socialista. Conforme Carone (1982c, p.9-10) e Frederico (1995, p. 204-205), um grupo se organizou sob a liderança de Luís Carlos Prestes e desejavam o retorno do partido as origens soviéticas. Outro grupo era formado pela maioria do CC e tinham em Giocondo Dias sua principal figura. Para esses a revolução brasileira estava em curso e as alianças com a burguesia deveriam continuar. No último, os eurocomunistas ou renovadores, comandados por Armênio Guedes, contendo em seus quadros intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, defendendo de forma mais radical os pontos democratizantes apontadas pelo grupo de Dias. Neste sentido os dois últimos grupos apresentavam pontos de contato.

A formalização da saída de Prestes aconteceu nos primeiros meses da sua volta do exílio. As divergências entre Preste e, principalmente, Giocondo Dias, já se faziam na Europa há alguns anos. A saída do “Cavaleiro da Esperança”, após quarenta e seis anos de intensa militância no PCB, demonstrou que aquela crise orgânica não era algo simples.

Alguns anos após a saída de Prestes foi à vez dos militantes ligados aos renovadores que deixaram o partido. A desvinculação deste último grupo se deu de forma gradual, em um período que foi de 1981 a 1983. Ela aconteceu por divergências com o Comitê Central, dominado por Giocondo Dias, que primeiro cuidou de destituir Armênio Guedes do CC e depois interrompeu a circulação do jornal *A Voz da Unidade*, principal veículo de divulgação dos renovadores. O momento final da luta entre centro dirigente e os renovadores foi o debate interno para aprovação das *teses* do VII do PCB em 1983. Contudo, apesar da derrota dos renovadores, a “questão democrática” permanecerá nas discussões dos documentos dos pecebistas.

É importante observar que essa preocupação (com a “questão democrática”) não se esgota na corrente eurocomunista que acabou sendo derrotada no interior do partido. O documento “Uma alternativa democrática para a crise brasileira” – que saiu em 1984 como resultado do Encontro Nacional pela legalidade do PCB – sustenta, por caminhos diferentes da estratégia eurocomunista, mas incorporando-a criticamente no que se julgava de seu potencial revolucionário, uma orientação na qual a “questão democrática” é central no quadro das transformações sociais promovidas no Brasil (BRAZ, 2012, p. 248).

No campo da “grande política”, sem a capacidade de reformulação dos renovadores/eurocomunistas, a linha frentista do PCB com o MDB se desvirtuou na seqüência da distensão do governo Figueiredo. O resultado disto foi que a derrota da ditadura e a tão sonhada conquista da legalidade foi coroada com uma contínua e “melancólica” desagregação do partido culminando na fundação do PPS em 1992. Conforme Mazzeo (1999, p. 171-176) o fim do regime foi marcado por uma *transição pactuada* com o MDB/PMDB à frente, composta por forças de esquerdas que tentavam se reorganizar como o PCB, PC do B e o MR-8. Entretanto, as esquerdas ficavam a reboque dos grupos majoritários conservadores, bem mais fortes na composição da frente. Esta hegemonia era reforçada pela ausência das demais esquerdas, que neste

período já se encontravam articuladas e divididas em dois outros partidos, o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

O PCB, uma vez legalizado, em 1985, continuou a desenvolver sua política de aliança com a “burguesia nacional” para consolidar a “revolução democrático-burguesa” e tentou subordinar o movimento sindical ao projeto do governo Sarney por meio de uma política sindical realizada na CGT. Em função de sua postura de adesão ao governo, um número bastante expressivo de quadros partidários começa a abandonar o partido, constituindo, assim, o início de sua melancólica desagregação política e ideológica. Objetivamente, o processo de lutas e de divisões internas que se intensificam na década de 80, com a explicitação das críticas de Prestes à linha política partidária, constituía-se no desdobramento de uma crise que havia ficado suspensa no ar, com o golpe de 1964, pois, como podemos verificar, a crise político-organizativa do PCB inicia-se, de fato, com as inúmeras defecções dos anos 60. A saga do proletariado escrita sob a ótica do instrumental de 1958-1960 parecia ter encontrado um novo caminho, com a candidatura de Roberto Freire à Presidência da República em 1989, mas na verdade era o último suspiro de um esgotado instrumental teórico-analítico, exaurido com o alargamento dos espaços democráticos postos pela legalidade burguesa que não permitiu que o PCB ampliase sua visão. Em meio às árvores, o partido não conseguia vislumbrar todo um bosque à sua frente, perdendo-se mais ainda com a crise do “Socialismo Real”. A partitura da sinfonia cuja composição o PCB havia iniciado em 1922, e que foi retocada em 1958-1960, ficaria inacabada, pois seus compositores – o *grupo dirigente tardio* – perderam-se nos emaranhados das notas, tantas vezes refeitas, reescritas e revisadas, e terminaram por ruir juntamente com o Muro de Berlim e com a velha e carcomida burocracia soviética (MAZZEO, 1999, p. 175-176).

Pretende-se relatar a partir do trecho supracitado que, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, em 1984, e com o rearranjo do colégio eleitoral, o PMDB se articulou com outros setores conservadores constituídos pela dissidência governista recém-organizada no PFL (Partido da Frente Liberal). Esta coalizão garantiu a transição pactuada, “pelo alto”, do processo de redemocratização. Neste processo o PCB atuou como um dos avaliadores, fazendo de sua política a “mão esquerda” do pacto das elites.

## CONCLUSÃO

A ponto de finalizar, porém distante da pretensão de esgotar o tema, o presente texto inicia-se discutindo o nascimento do PC brasileiro e as vicissitudes que envolveram seus primeiros anos. Assim, a problematização desta fase do PCB, teve como recorte histórico o período que abrange de sua fundação até o fim dos anos 1930, quando há um acentuado refluxo de suas atividades. Na reconstrução desta trajetória, houve um empenho em rever algumas afirmações “viciadas” da literatura sobre os primeiros anos do PCB, com o intuito de compreender melhor os fatores que deram forma a seu surgimento.

Um dos primeiros desses vícios trata dos anos iniciais do partido e de sua relação complexa com o movimento anarco-sindicalista. O texto explorou a limiar afirmação de que o rompimento dos comunistas com os anarquistas foi “natural”, atribuída à supremacia bolchevique. Isto só pode ser entendida dentro de um caráter limitado, pois o processo foi às escondidas, com os comunistas sorvendo o espaço dos anarquistas no movimento operário. Além do problema que isto causou no meio sindical, a ideologia ácrata continuou a “orientar” os primeiros pecebistas. A pesquisa mostrou que entender o PCB nos primeiros anos implica compreender quais valores os “fundadores” trouxeram para dentro do partido. Além da influência da experiência anarquista, foi apontado o tamanho do peso de outra corrente ideológica entre os líderes comunistas: o Positivismo.

Pela compreensão das heranças ideológicas, foi possível abordar a importância dos primeiros estudos dos comunistas sobre a realidade brasileira. Justamente por isso, houve o cuidado de se dar um tratamento específico à obra *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a guerra de classe no Brasil e a revolta de São Paulo*, problematizando-a no que toca a seus limites metodológicos, mas sem omitir sua importância pioneira na interpretação do país. Octávio Brandão, autor do texto e protagonista intelectual do partido em sua primeira fase, foi apresentado junto com Astrojildo Pereira, pois os dois foram os principais interlocutores da década de 1920, além de construírem as linhas políticas do II e III Congresso do PC brasileiro. Com este panorama inicial, tornou-se possível entender que as construções das análises se deram sob a luz das heranças anarquistas e positivistas. Contudo, foi um específico marxismo-leninismo que predominou nessa interpretação.



Como demonstrado no texto, estes primeiros estudos e seus líderes foram menosprezados pelos próprios pecebistas anos depois.

Atribuiu-se o problema dos estudos ao tipo de abordagem teórica marxista que foi dado às análises. Entretanto, passadas várias décadas da condenação do texto e de seus autores, é necessário problematizar esta sentença. Isto porque o marxismo-leninismo de Brandão, com os olhos de hoje, sem dúvida pareceria muito “rudimentar”. Mas, talvez o que mereça ser considerado como sua principal característica é sua capacidade de analisar com lucidez os acontecimentos importantes daquele período, em especial no que se refere ao tenentismo. O argumento ganha mais consistência se se tem em conta que, ainda que Brandão lesse tudo que lhe chegava às mãos sobre os principais autores do comunismo, as condições históricas impunham limites ao conhecimento que circulava em nosso exíguo meio intelectual. Mas, mesmo que com todos esses limites teóricos e cognitivos, é possível dizer que Brandão e Astrojildo estavam “nacionalizando” o marxismo, desenvolvendo com base nele uma interpretação original sobre as possibilidades de mudança colocadas à sociedade brasileira.

Entretanto, nem *Agrarismo e Industrialismo* nem Brandão ou Astrojildo sobreviveram às rupturas ocorridas no PCB, quando do fim da década de 1920. No início dos anos 1930, a lógica de ruptura se amplia ainda mais, marcando assim um segundo momento dentro do recorte traçado neste capítulo. Com este panorama, o presente trabalho discutiu outra informação “viciada” sobre a história do partido. Trata-se da interpretação, comum na literatura pecebista, de que o PC nasceu a “reboque” da IC. E que sua existência teve laços regulares com o organismo internacional. A relação PCB x Comintern foi complexa e difícil, com os comunistas brasileiros inicialmente marginalizados pela IC, tendo o Caso Canellas como símbolo maior deste contexto. Problema que não foi exclusivo do PCB. Assim também como não foi restrita aos comunistas daqui a influência que o Comintern passou a ter sobre os PC da América Latina, quando da realização do VI Congresso da organização internacional.

A pesquisa se debruçou então sobre os acontecimentos exógenos que refletiram no PC brasileiro de forma problemática. Com a intervenção da IC no Brasil, além da troca do corpo dirigente pelos operários autênticos – obreirismo – houve, também, um reducionismo teórico das análises interpretativas. É o marco do VI Congresso da IC, com a ascensão do grupo de Stalin e a generalização esquemática da

realidade soviética, “passando por cima” das especificidades históricas nacionais. Só assim foi possível compreender que, com a derrota de Brandão e Astrojildo, perdeu-se também a maturidade analítica que, de certa forma, começava a se desenvolver autonomamente no PCB. Esses acontecimentos são seguidos da ascensão nas leituras interpretativas de um marxismo “vulgar”, caracterizado pelo que se tornou conhecido como stalinismo.

Depois de entendida a forma com que o Comintern influenciou os PCs nacionais, procurou-se apresentar as causas do isolamento político dos comunistas brasileiros nos anos 1930. Foi principalmente pela perda de capacidade interpretativa e de maturidade de direção, que o PCB se distanciou da revolução de 1930. A pesquisa mostrou que essa imaturidade permaneceu nos anos seguintes e, de certo modo, foi potencializada com o ingresso da ala esquerda do tenentismo nas fileiras do partido. Ainda que o partido tenha ganhado amplitude política com a vinda de Prestes e com a alteração do perfil dos militantes, com maior presença de quadros oriundos da classe média, isso não resultou em análises mais sólidas sobre a realidade brasileira.

Ao transitar ao comunismo, Luís Carlos Prestes e os demais se viram imersos dentro deste marxismo dogmatizado do VI Congresso do Comintern e, de certa forma, também foram vítimas dele. A vontade de fazer a revolução dos “novos comunistas” se encontrou com as invencionices de Miranda sobre a condição brasileira. Todo esse contexto teve como pano de fundo o “caldo cultural e político” radicalizado dos anos 1920 e 1930. Esta miscelânea de acontecimentos, por sua vez, desaguou na participação na ANL, que teve como desfecho o trágico episódio conhecido como “Intentona” comunista de 1935. Com o *Estado Novo*, os comunistas foram perseguidos, torturados, presos e, alguns mortos. Este efeito foi maior nas lideranças, que provocou uma situação de acefalia em sua militância.

Com as bases desorientadas, o influxo da saída de militantes foi intenso, fazendo com que o partido quase desaparecesse no fim de 1940 (LAHUERTA, 2014). Esta situação apontava o tamanho do “estrago” causado pelas manobras dos anos 1934-1935. Mas, no ano de 1943, o PCB “ressuscitava-se”, liderado por um novo quadro de dirigente que se formou no encontro da *Conferência da Mantiqueira*. Era uma nova fase que se iniciava no PCB, discorrido ao longo desta dissertação no seu segundo capítulo.

Neste período específico, a pesquisa iniciou seus apontamentos, mostrando que o “renascimento da fênix” tinha como correlação o fim da II Guerra e o

desgaste da ditadura varguista. Ao chegar a meados dos anos 1940, o PCB conseguia sua legalização, proporcionado por um vácuo no poder, ocasionado pelo rearranjo das forças políticas do país. Outro fator sintomático para a conquista legal da legenda foi o reconhecimento do papel do partido na luta pela redemocratização do Brasil.

Atuando pela primeira vez na “grande política”, o PCB se torna uma das quatro maiores forças do país. Seu crescimento se dá em número de militantes e em inserção no movimento sindical. Por trás das ações do partido, havia a prioridade em manter uma frente ampla, a “União Nacional”, atendendo aos objetivos de: garantir a legalidade do PC, combater o fascismo e, principalmente, pôr em prática a teoria da etapa “democrático-burguesa”, como premissa para à revolução socialista. Este último item – vilipendiado na literatura sobre o PCB pelo termo “etapismo” – trazia em seu bojo todo o problema que envolvia a leitura de que o Brasil se encontrava em uma fase “semifeudal”. Junto a isso, havia o peso difuso da “vulgata dogmática do stalinismo”, principalmente depois do prestígio atingido pela vitória de Stalin na II Guerra Mundial. A pesquisa apontou que se tratava do rescaldo ideológico do VI Congresso do Comintern, de 1928, que permanecia como herança no PCB, mesmo depois do fechamento da organização internacional, nos anos 1940.

O momento histórico era o da Constituinte de 1946, onde o PCB apresentava-se com 15 Congressistas, que atuavam de forma combativa, mas em muitos casos se portavam como “conciliadores”. O débito desta ação estava na necessidade em manter coeso a “União Nacional”, com as demais forças políticas do país e resguardar sua legalidade. Entre os trabalhadores, no entanto, os problemas econômicos acirravam as greves e isso criava um dilema para o partido, pois, em muitos casos, o PCB intervém no movimento “segurando” as paralisações. Criou-se uma situação intrincada, entre a forma de agir do campo político-institucional e as lutas imediatas no movimento sindical. Boa parte da bibliografia sobre partido vai caracterizar o PCB como um “conciliador de classe” nesta fase.

Em um sentido diverso, a dissertação vai mostrar que ao preterir o campo político ao sindical o PCB não o fez da forma que queria. Classificá-lo como um instrumento da “ordem e da tranquilidade” é induzir ao erro. O contexto do partido deve ser problematizado por vários condicionantes envolvidos. Entre eles, a necessidade que perpassava pela negociação política com as demais forças e com a resistência interna,

fazendo um movimento dialético entre ora ceder e ora reivindicar, tanto no ambiente político quanto no meio sindical, ou ainda dentro do próprio partido.

A trajetória do PCB se agravou com a ilegalidade súbita e com a intensificação das perseguições pelo governo Dutra. Era o início de um período de adversidades que marcava uma terceira fase diferente em menos de uma década. O PCB vai terminar os anos 1940 com a radicalização de sua linha política, entrando na fase mais “esquerdizante” de sua história. A pesquisa mostrou que, neste intervalo, o “etapismo” fez raiz no partido, resultando em práticas internas mandonistas, materializado na carta orientadora de 1950, o *Manifesto de Agosto*. Ainda que o Manifesto previsse uma frente de atuação com demais setores da sociedade - FDLM - na prática, o que houve, foi o isolamento político dos comunistas brasileiros. Nem mesmo a estabilidade política do governo JK ou o Ativo Sindical de 1952 que ampliava alianças do PCB no meio sindical, foram suficientes para alterar o quadro “esquerdizante”. Mais que isso, mesmo com a morte de Getúlio, o partido realizou um Congresso, o de número IV, marcado pelo mandonismo das lideranças, que na prática, só ratificou a Declaração de Março de 1950.

A formação social do núcleo dirigente foi apontada no corpo deste texto como uma das causas da opção esquerdizante. A dissertação rememorou que além de uma influência marcante do anarquismo/positivismo no núcleo dirigente original, ao longo da sua trajetória o PCB sofreu também com as irregularidades com que os quadros diretivos eram ocupados. Com exceção de Prestes, houve uma constante alternância dos líderes, que submergiam aos comandos ainda jovens e sem experiência política. Era o efeito das permanentes perseguições, prisões e morte de sua militância. Além deste problema, havia a questão da origem social destas lideranças, que ao comandar emanavam direta ou indiretamente a cultura antidemocrática comum aos setores médios e aristocráticos dos quais eram oriundos.

Este cenário radical só vai se alterar de forma mais completa dez anos depois, com a publicação da *Declaração de Março de 1958*. Ela significou uma “renovação qualitativa” do PCB. Neste ínterim, a pesquisa mostrou que as mutações que levaram o PC brasileiro às “novidades” da Declaração de Março foram iniciadas com a repercussão da morte de Getúlio (1954). Entre outros motivos, a comoção social com o suicídio forçou o PCB a repensar seu distanciamento das massas e o desenvolvimento capitalista que se acelera com o governo JK. No panorama

internacional, a morte de Stalin (1953) e o *relatório Krushev/XX Congresso PCUS* (1956) foram as variáveis mais impactantes. Como resultado, a fase da “Nova Política” do PCB fez com que o partido reconhecesse os avanços capitalistas das forças produtivas. Fator esse que os leva a uma ampliação substancial de sua política de alianças com a chamada “burguesia nacional”. A prioridade na luta institucional passou à ordem do dia dos comunistas brasileiros, com a perspectiva da possibilidade da revolução pela “via democrática”.

Na última parte do segundo capítulo, a dissertação apontou que a Declaração de Março/Novas Política foi originalmente idealizada pelos *renovadores*, que eram um grupo liderado por Agildo Barata, formado durante os debates travados após a notícia-bomba dos crimes de Stalin (relatório Krushev). Mesmo que os renovadores tenham se desarticulado como grupo dentro do PCB, suas ideias principais foram absorvidas pelo novo núcleo dirigente que se formou nesta reordenação do quadro diretivo. Por último, fechando o capítulo, a renovação iniciada com a Declaração de Março foi relativizada, explicando que ela mantinha semelhança com a fase anterior. Ou seja, ainda que fosse um momento de renovação para o partido - “os elementos de conservação acabaram prevalecendo sobre os de mudança” - principalmente no que tange ao caráter semifeudal da sociedade brasileira (mesmo com os avanços capitalistas) e a necessidade das “etapas” para a revolução socialista.

Os efeitos positivos da Nova Política são apresentados na terceira parte da dissertação, quando se discute o crescimento do PCB, então, início dos anos 1960, marcando a maior expansão da sua história. O partido se torna uma organização com capacidade de influência decisória na sociedade brasileira, intervindo decisivamente em muitos acontecimentos políticos do país, exercendo um papel que extrapola seu tamanho numérico. O texto apontou que as ações dos comunistas brasileiros entravam em conformidade com as transformações do país, que viveria, naqueles anos, um desenvolvimento econômico e um momento de efervescência político-cultural. O ambiente democrático fez com que os comunistas atuassem a “céu aberto”, como se estivessem legalizados.

Diretamente ligado ao contexto histórico, havia as vicissitudes dos governos Jânio Quadros, depois, João Goulart, ocasionando na polarização do campo político. A pesquisa, então, descreveu as divisões que se formaram no cenário da política nacional, dando ênfase, principalmente, às correntes que se constituíram à

esquerda. O trabalhismo do PTB, as suas ramificações, como o Brizolismo, e a dissidência do PC do B, foram algumas das correntes discutidas. Na segunda parte do capítulo, fez-se menção ao golpe de 1964, debatendo as principais causas do seu desfecho e apontando os reveses para a esquerda, com a chegada dos setores conservadores ao poder, junto com os militares. O PCB se dilacerou com as perseguições e prisões dos militantes e, principalmente, com as defecções dos grupos que passam a optar pela luta armada. A resistência contra a ditadura pela guerrilha – principalmente a urbana – foi também a opção das demais esquerdas.

A partir desta conjuntura, a pesquisa concentrou-se na diversificação do pensamento de esquerda, que se intensifica nesta época, tanto no campo tático, com o *foquísmo*, *maoísmo*, etc., quanto nas leituras interpretativas do Brasil. Demonstrando o peso que estas “novidades” tiveram nas guerrilhas armadas, foi realizado um breve resgate do arcabouço teórico de Caio Prado Jr., com destaque a sua contradição com a *teoria consagrada* do PCB. O pensamento caiopradiano foi resumido na discussão da obra *A Revolução Brasileira*, de 1966, onde Prado Jr. melhor demonstra os “erros” do marxismo-leninismo “stalinismo”. Nesta obra, entre outros pontos, Prado Jr. enfatiza o passado colonial capitalista do país – e não feudal – e a “ausência” de uma burguesia nacional. Esta construção teórica chocava-se com a tradição “etapista” presente no pensamento dos comunistas brasileiros.

Entre outras influências, foi citada, também, a previsão de estagnação político-econômica do Brasil, ocasionada pela condição de subordinação estrutural ao imperialismo – na vigilância das ditaduras nacionais –, conforme o entendimento de Gunder Frank em sua obra *A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo*. Por último, a pesquisa fez uma correlação entre a influência caiopradiana/Gunder Frank e as táticas por trás das ações das organizações armadas. Elas se correlacionam na medida em que o referencial “etapista” do PCB era refutado por organizações como MR-8 e VPR ou, conforme descrito no corpo do texto, repensado a luz destes autores, como ocorrido com a ALN ou o PCBR.

Um movimento contrário ao das organizações armadas foi o sentido tomado pelo PCB no pós 1964, na medida em que os comunistas brasileiros deram seqüência à valorização da luta política institucional, consubstanciado na tática das frentes democráticas. Em boa medida, esta postura significou a extensão da linha política adotada com a Declaração de Março de 1958, distanciando-se cada vez mais do

modelo insurrecional para o socialismo. A postura “frentista” e o “gosto pela política” do PCB tornavam-se, neste momento, uma característica marcante de sua história. A realização do VI Congresso em 1967 e a articulação “para dentro” do MDB concatenaram a tática de “recuo” do PCB diante do regime pós-1964.

A consolidação das diretrizes advindas desde 1958 e o trajeto do partido ao longo dos anos da ditadura foi o cerne do quarto e último capítulo da dissertação. A pesquisa apontou que a “tática de recuo” foi de certa forma, uma tática “acertada”. A desarticulação violenta dos grupos guerrilheiros e o desenvolvimento concentrador do capitalismo brasileiro – ambos realizados com a ajuda do “eficiente” aparato repressor do regime ditatorial – justificaram a afirmação do acerto tático. Ao fim e ao cabo, o PCB conseguiu se resguardar enquanto organização e, ao longo dos anos da ditadura, o crescimento da frente democrática/MDB, que se fez proporcionalmente ao definhamento do regime, teve em sua participação um elemento determinante para a redemocratização país nos anos 1980.

Nem mesmo a perseguição sistemática do regime ao PCB, intensificada em 1974 e 1976, no qual o CC teve que deixar o país rumo a Europa, não refuta a justeza do recuo tático. Este ponto é explicitado na pesquisa que mostra que o aumento do enalço aos comunistas brasileiros fez piorar sua condição organizativa, situação comparada somente aos anos de 1940. Entretanto, a dissertação enfatizou que o desfecho desta perseguição ocasionou outra situação, não melhor, mas que deve ser pensada separadamente. É a correlação da “fuga” do CC com o encontro de parte dos pecebistas com as “novidades” do movimento eurocomunista. Os PCs europeus estavam discutindo os limites do marxismo-leninismo “stalinismo” há alguns anos, sobretudo depois dos crimes de Stalin/XX Congresso do PCUS.

Grosso modo, os eurocomunistas reivindicavam o arcabouço teórico de Antônio Gramsci para repensar um socialismo mais democrático, que foi a marca singular do movimento. Conceitos gramscianos, como o de *Estado Ampliado*, se propagaram entre as esquerdas através da atuação de líderes comunistas como Palmiro Togliatti e Enrico Berlinguer. Para os eurocomunistas, através do instrumental analítico gramsciano, a revolução socialista deveria ser “levada a cabo” com a manobra tática da “guerra de posição”.

O ponto de contato dos eurocomunistas com o PC brasileiro se fez com o grupo liderado por Armênio Guedes, um dos dirigentes que se destacaram no processo

de implantação da “Nova Política” do PCB, onde a “questão democrática” já era embrionária. Estes eram os “renovadores/Eurocomunistas” do PC brasileiro, do qual Carlos Nelson Coutinho significou o personagem síntese dos vários que, como ele, preferiam Marx e Gramsci a Stalin e suas cartilhas. O seu ensaio *A democracia como valor universal*, de 1979, foi também um elemento síntese deste processo.

Fechando a proposta deste trabalho, a pesquisa discorreu sobre o encontro do Partido Comunista Brasileiro com um instrumental teórico-analítico que se mostrava muito mais complexo e completo quando comparado às demais teorias que fizeram a cabeça dos comunistas brasileiros. Neste sentido, as “novidades” que chegavam da Europa, explicitado em *A democracia*, significaram um momento complementar com as práticas já em curso desde as mutações de 1958.

Ainda que não fosse o objetivo principal da dissertação ajuizar sobre as linhas propostas pelos eurocomunistas pecebistas, no sentido de afirmar se foram acertadas ou não, entendemos que é fato que no fim dos anos 1970, o PCB subia qualitativamente seu patamar interpretativo, com um marxismo significativamente mais rico. Junto a isto, temos acordo que havia uma ascensão de intelectuais comunistas potencializados na vontade de ir além da tradição etapista/III internacionalista, e que, por isso, oxigenavam positivamente a relação do PCB com a realidade brasileira. Em termos de produção intelectual de um partido histórico, como foi o “partidão”, este período marca o apogeu de uma trajetória, “sinuosa”, iniciada com os esforços de Octávio Brandão, mais de meio século depois. Entretanto, a diversificação intelectual trazida pelos “ventos do Atlântico” foi subitamente “abortada” com a crise orgânica que se deu na reorganização do partido, no início dos 1980 (VIANNA, 1988b).

Talvez se possa dizer que a saída dos “europecebistas” significou a cena final de um longo processo no qual o PC não se mostrou capaz de articular sua “sabedoria tática”, adquirida pela prática política, com uma elaboração teórica à altura das circunstâncias. Nesse sentido, a interrupção do processo de renovação e a imposição restrita da lógica da luta interna interferiram negativamente nas possibilidades de reinvenção do Partido Comunista na conjuntura que se abriria com a redemocratização. O que pode ser observado não só porque ele se apequenou no desfecho da “transição pactuada”, passando a uma posição reboquista e residual (revelada pelos pífios resultados obtidos nas eleições de 1986 e 1989), mas, principalmente, pela “melancólica” desagregação dos anos 1990 (expressa tanto na criação do PPS quanto na



tentativa de recriá-lo como PCB). Nas duas opções mostrou-se a ironia da história; seja em sua face trágica seja em sua face farsesca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, Vozes, 1987.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAPTISTA, K. A. Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso - Perspectivas sobre a Teoria da Dependência. **Trapézio** (UNICAMP), v. 5/6/7, p. 137-160, 2004

BATALHA, C. H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, J. Q. **História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos**, II. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 11-44.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRAGA, S. S. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. v. 1. Brasília: Biblioteca Câmara, 1998.

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista: 1920/1964**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. Sobre a fisionomia intelectual do partido comunista (1945-1964). **Lua Nova**, n. 15, São Paulo, 1988.

BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BUONICORE, A. C. Agrarismo e Industrialismo: o primeiro encontro do marxismo com o Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 64, setembro. 2006. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/064/64res\\_buonicore.htm](http://www.espacoacademico.com.br/064/64res_buonicore.htm)>. Acesso em: nov. 2014.

CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: DIFEL, 1973.

CARDOSO, F. H., SERRA, J. As aventuras da dialética da dependência. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.23, jan. fev. mar. 1978, p. 33-80.

CARONE, E. **A internacional Comunista e as 21 condições**, 2003. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=109> Acesso em 15 jan 2015.

\_\_\_\_\_. **O PCB (1922-1943)**, v. I. São Paulo: Ed. Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **O PCB (1943-1964)**, v. II. São Paulo: Ed. Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **O PCB (1964-1982)**, v. III. São Paulo: Ed. Difel, 1982.

COSTA, E. A reconstrução revolucionária do PCB: balanço da resistência até a conferência de reorganização de 1992. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 7, p. 237-268, 2º semestre de 2012.

COSTA, R. **Gramsci e o conceito de hegemonia**. São Paulo: Inst. Caio Prado Jr., 2011.

COUTINHO, C. N. Exposição. In: REIS FILHO, D. A. **A esquerda e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 59-66.

\_\_\_\_\_. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, J. Q. (Org.). **História do marxismo no Brasil: teorias, interpretações**, III. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. p. 123-157.

\_\_\_\_\_. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **A democracia como valor universal**. 1979. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>> Acesso em 14 agosto 2014.

DELGADO, L. A. N. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, São Paulo/ ANPUH, v.27, p. 61-71, 1994.

\_\_\_\_\_. 1964: Temporalidade e interpretações. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004. p. 15-28.

DEL PICCHIA, P. **O PCB no quadro atual da política brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DEL ROIO, M. De um século a outro: Trajetória e atualidade da questão comunista no Brasil. In: **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 281-300.

\_\_\_\_\_. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. **Crítica marxista**, Rio de Janeiro, v. 18, n.16, p. 115-132, 2004.

\_\_\_\_\_. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 63-78, 2007.

DULLES, J. W. F. **O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Rio de Janeiro, 1985. Nova Fronteira, 1985. (Coleção Brasil século 20).

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, F.; PRADO JR., C. **Clássicos sobre a revolução brasileira**: Caio Prado Junior, Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, J; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). **Revolução e democracia: 1964...**Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3)

FICO, C. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

FISHUK, E. **As 21 condições de admissão dos Partidos na Internacional Comunista (1920)**. 2012. Disponível em: <http://www.materialismo.net/2012/07/as-21-condicoes-de-admissao-dos.html>. Acesso em 10 jan 2015.

FREDERICO, C. A política cultural e os comunistas do PCB e na universidade. In: MORAES, J, Q. **História do marxismo no Brasil:** os influxos teóricos, II. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 183-222.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, A. C. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

GOENDER, J. **Combatente nas trevas**. 6ª ed. S. Paulo: Ática, 2003.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere:** Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos:** o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LAHUERTA, M. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”, In **CADERNOS AEL – Tempos de Ditadura**. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, nº 14/15, 2001. [http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael\\_publicacoes/cad-14/Artigo-2-p53.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-14/Artigo-2-p53.pdf)

\_\_\_\_\_. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. In: **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da UNESP**. V.28, São Paulo, 2005. [http://www.fclar.unesp.br/perspectivas/vol\\_28\\_lahuerta.pdf](http://www.fclar.unesp.br/perspectivas/vol_28_lahuerta.pdf)

\_\_\_\_\_. **Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940**. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2014.

LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: LENIN, V.I. Obras escolhidas, V. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

LÖWY, M (Org.). **O marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2ª Ed. ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUKÁCS, G. Carta sobre o stalinismo. In: **Temas de Ciências Humanas**. Volume 1. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

MACAULAY, N. A **Coluna Prestes**. 2ª ed. São Paulo: Editora Difel, 1977.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MATTOS, A. L. R. R. **Uma história da UNE (1945-1964)**. Campinas: Fontes, 2014.

MAZZEO, A. C. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MAZZEO, A. C.; LAGOÁ, M. I. (Orgs.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, D. **A esquerda e o golpe de 1964**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES FILHO, E. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS FILHO, D. A; et al. **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções, I**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 15-45.

MORAES, J. Q. (Org.). A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: **História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos, II**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 45-100.

\_\_\_\_\_. (Org.). **História do marxismo no Brasil: teorias, interpretações, III**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, D. A; et al. **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções, I**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 47-88.

MOTA, C. G. **A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 5.ed. São Paulo: Editora Ática, 1985.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 51-84.

NOGUEIRA, M. A. (Org). **PCB: Vinte anos de política**. Documentos (1958/1978). São Paulo: Lech, 1980.

PRADO JR., C. **A Revolução Brasileira**. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESTES, A. L. A conferência dos partidos comunistas da América do Sul e do Caribe (Moscou, outubro/1934) e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 132-153, mai. 2006.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: Os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/1935)**. São Paulo: Brasiliense: 2008.

PRESTES, L. C. **Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário**, 1981. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1981/03/aprender.htm>. Acesso em 25 jan 2015.

RAMOS, A. C. **A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)**. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

REIS, C. J. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “a revolução brasileira”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, setembro. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100012&script=sci_arttext)>. Acesso em: Ago. 2014.

REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_; et al. **A esquerda e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

RICHARDSON, R. J. (Col) **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. S. Paulo: Atlas, 2007.

RICUPERO, R. Caio Prado Jr. como intérprete do Brasil. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, nº 19, p. 1-128, mai./ago. 2012.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2010.

RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 361-443. Volume 3

SAMPAIO JR., P. A; SAMPAIO, P. A. Apresentação. In: **Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes: clássicos sobre a Revolução Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 7-20.

SANTANA, M. A. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-9). In: **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 171-206.

SANTOS, R. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1988.

\_\_\_\_\_. (org.). **O marxismo político de Armênio Guedes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

\_\_\_\_\_. **O pecebismo inconcluso**: escritos sobre ideias políticas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 1994.

\_\_\_\_\_. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: REIS FILHO, D. A; et al. **História do marxismo no Brasil**: o impacto das revoluções, I. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 133-156.

SEGATTO, J. A. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1981.

\_\_\_\_\_. **Reforma e Revolução**: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: **Corações Vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. p 123-134.

SEGATTO, J. A; SANTOS, R. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: REIS FILHO, D. A; RIDENTE, M. **História do marxismo no Brasil**: partidos e movimento após os anos 1960, v. 6. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 13-62.

SILVA, F. P. **Utopia dividida**: crise e extinção do PCB (1979-1992). 2005.168 p. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

TELLES, J. **O movimento sindical no Brasil**. Rio de Janeiro: Ciências Humanas, 1981.

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2ª ed. São Paulo: Editora Difel, 1979.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. Vantagens do moderno, vantagens do atraso. **Presença**, 12, julho 1988a.

\_\_\_\_\_. Questão nacional e democracia: o Ocidente incompleto do PCB. Rio de Janeiro, Iuperj, 1988b.

VIANNA, M. A. G. A ANL (Aliança Nacional Libertadora). In: **Corações Vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Revolucionários de 1935**: sonhos e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VINHAS, M. **O Partidão**. São Paulo: Hucitec, 1982.

ZAIDAN FILHO, M.. Apresentação. In: PEREIRA, A. **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. **PCB (1922-1929)**: Na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **Comunistas em céu aberto**: 1922-1930. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1989.